



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

ELISÂNGELA BATISTA VIUDES

**GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA PONTAL DO
PARANAPANEMA:
ANÁLISE DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Presidente Prudente-SP
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

ELISANGELA BATISTA VIUDES

**GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA PONTAL DO
PARANAPANEMA:
ANÁLISE DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Mestrado Profissional da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente.

Orientadora:
Prof.^a. Dr.^a. Renata Ribeiro de Araújo

Co-orientador:
Prof. Dr. Luis Antônio Barone

V854g	Viudes, Elisangela Batista Gestão social no território da cidadania Pontal do Paranapanema: análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial / Elisangela Batista Viudes. -- Presidente Prudente, 2020 160 f. : tabs., fotos, mapas Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Renata Ribeiro de Araujo Coorientadora: Luis Antônio Barone 1. Desenvolvimento territorial. 2. Gestão social. 3. Governança. 4. Participação. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

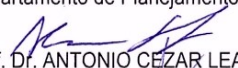
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA PONTAL DO
PARANAPANEMA: ANÁLISE DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL

AUTORA: ELISANGELA BATISTA VIUDES
ORIENTADORA: RENATA RIBEIRO DE ARAÚJO
COORIENTADOR: LUÍS ANTONIO BARONE

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área:
Recursos Hídricos e Meio Ambiente pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. RENATA RIBEIRO DE ARAÚJO
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / FCT/UNESP - Presidente Prudente


Prof. Dr. ANTONIO CEZAR LEAL
Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Presidente Prudente


Prof. Dr. FRANCISCO ITAMI CAMPOS
UniEvangélica - Centro Universitário de Anápolis

Presidente Prudente, 17 de outubro de 2019

*Dedico este trabalho à minha filha, Natália,
por me motivar, me inspirar e me encher de esperança.*

AGRADECIMENTOS

Ao fazer a opção, a escolha de passar pela experiência do mestrado, inevitavelmente envolvi pessoas, familiares, amigos, professores, colegas de trabalho e, sem a ajuda ou compreensão dessas pessoas eu não conseguiria, em momento algum, concluir essa etapa, passar por este desafio. Por isso, quero agradecer as pessoas que de uma forma ou de outra estiveram comigo durante esta caminhada.

Agradeço à minha família, pessoas queridas, amadas, que compreenderam as minhas ausências e me motivaram a persistir, porque sempre me disseram que ia dar certo, que eu ia conseguir. À Eliane, minha irmã, em especial, agradeço pelo apoio, pela troca de experiência, por me socorrer sempre, e por estar ao meu lado.

À professora Renata, por me acolher no mestrado profissional, por me orientar, me ajudar nos momentos de dificuldades, me apresentar soluções e com toda sua experiência, profissionalismo e carinho, me conduzir até aqui.

Ao professor Luis Barone, por me apresentar à possibilidade de iniciar este mestrado, me orientar na pesquisa, me apoiar em momentos bastante difíceis e, principalmente, me fazer confiar na minha capacidade.

Agradeço aos membros do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Pontal do Paranapanema, especialmente às pessoas que estiveram na Coordenação Executiva, no Núcleo Técnico, nas coordenações das Câmaras Temáticas, aos agricultores e agricultoras assentados da reforma agrária e da agricultura familiar, pessoas com as quais pude aprender muito durante o período em que estive como assessora do colegiado e, cujas vivências, estão implicitamente presentes neste trabalho.

Agradeço aos profissionais da então Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de São Paulo, por todo profissionalismo, dedicação e humanidade com que conduziram a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) no Pontal do Paranapanema, especialmente, agradeço pelos ideais que compartilhamos e pela amizade que construímos.

Por fim, quero agradecer à minha filha Natália, por me motivar a iniciar este mestrado, por me incentivar durante todo o percurso, por me fortalecer com seu amor, com sua alegria, com sua presença.

RESUMO

As experiências de participação, governança e gestão social se consolidaram no Brasil especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, e se expandiram na década de 1990, notadamente com a criação dos Conselhos Gestores. Trata-se de um processo que é resultado de intensa organização social para a defesa de direitos, da cidadania e do fortalecimento da democracia. A partir de 2003, o então governo Federal, por meio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), possibilita uma nova experiência de participação e gestão social quando cria o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), e adota a abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento rural, inicialmente, com a criação dos Territórios Rurais, em 2008, com os Territórios da Cidadania. No âmbito do território estabelece o Colegiado Territorial como a institucionalidade responsável pela gestão social. Desse modo, o trabalho aborda todo o processo de implantação do Pronat no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, a partir da criação do Território Rural e, posteriormente, sua inclusão no Programa Territórios da Cidadania, especialmente no que diz respeito à gestão social ocorrida por meio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). Serão abordados os ciclos de elaboração e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e os ciclos de discussão e aprovação de projetos para o Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf). Ao final, compara a experiência de gestão social do Codeter àquela que ocorre a partir dos Comitês de Bacias Hidrográficas, com uma contextualização a partir da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que estabelece um novo modelo de gestão descentralizada e participativa da água. A pesquisa conclui pela importância da existência dos diferentes espaços que favorecem a participação da sociedade civil nos processos de elaboração e de gestão das águas e das políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Gestão social. Governança. Participação.

ABSTRACT

The experiences of participation, governance and social management were consolidated in Brazil especially after the promulgation of the Federal Constitution of 1988, and expanded in the 1990s – notably with the creation of Management Councils. This is a process that resulted from an intense social organization for defense of rights, citizenship, and from democracy's strengthening. From 2003, the then federal government, through the Ministry of Agrarian Development (MDA) and from the Secretary of Territorial Development (SDT), enabled a new experience of social participation and management when it created the National Program for Sustainable Development of Rural Territories (Pronat), and adopted the territorial approach as a strategy for rural development, initially with the creation of the Rural Territories and, in 2008, with the Territories of Citizenship. Within the territory's ambit, the Territorial Collegiate was established as the responsible institution for social management. Thus, this paper addresses the whole process of the Pronat implementation in Pontal do Paranapanema, São Paulo state, from the creation of the Rural Territory and, later, its inclusion in the Citizenship Territories Program, with special regard to the social management performed through the Territorial Development Collegiate (Codeter). It also addresses the preparation and qualification cycles of the Territorial Plan for Sustainable Rural Development (PTDRS) and the discussion and approval cycles of projects for the Infrastructure and Services Support Program in Rural Territories (Proinf). In the end, it compares Codeter's social management experience to the one that occurs from the Watershed Committees, with a contextualization from the creation of the National Water Resources Management System (SINGREH), which establishes a new decentralized and participatory management model of the water. The research concludes by the importance of the existence of different spaces that favor the participation of the civil society in the processes of elaboration and management of waters and of public policies.

Keywords: Governance. Participation. Social Management. Territorial development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.....	34
Figura 2 -	Identificação e localização dos municípios na UGRHI do Pontal do Paranapanema.....	35
Figura 3 -	Unidades de Planejamento Hídrico da UGRHI do Pontal do Paranapanema.....	35
Figura 4 -	Rede de Drenagem da UGRHI do Pontal do Parnapanema	36
Figura 5 -	Precipitação Média Mensal na UGRHI do Pontal do Paranapanema (1970-2012).....	37
Figura 6 -	Ocorrência de biomas nas Unidades de Planejamento Hídrico da UGRHI do Pontal do Paranapanema.....	38
Figura 7 -	Trinta e dois municípios que compõem o Território da Cidadania Pontal do Panapanema.....	40
Figura 8 -	Localização dos 164 Territórios Rurais no Brasil.....	56
Figura 9 -	Localização dos 120 Territórios da Cidadania.....	57
Figura 10 -	Estrutura de organização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter).....	72
Figura 11 -	Instâncias envolvidas na análise, aprovação e execução dos projetos do Proinf	81
Figura 12 -	Tomadores de recursos do Fehidro na Bacia Hidrográfica Pontal do Paranapanema -1996 a 2018.....	91

LISTA DE TABELA

Tabela 1 -	Pontal do Paranapanema – Número de assentamentos rurais, famílias e área por município (1985-2013).....	33
-------------------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Área das UPH da UGRHI do Pontal do Paranapanema.....	36
Quadro 2 -	Uso e Ocupação do Solo na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.....	39
Quadro 3 -	Municípios que copõem a Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema.....	41
Quadro 4 -	Composição inicial da Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT).....	63
Quadro 5 -	Composição do Plenário do Colegiado de Desenvolviemtno Territorial (2009-2016) - Entidades representantes da sociedade civil e do poder público.....	66
Quadro 6 -	Composição das microrregiões do Codeter.....	71
Quadro 7 -	Atividades de elaboração e atualização/qualificação do PTDRS.....	75
Quadro 8 -	Proinf: Projetos aprovados no âmbito do Codeter do Território da Cidadania Pontal do Paranapanema.....	84
Quadro 9 -	Composição do Plenário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema – Biênio 2019/2020.....	89
Quadro 10 -	Distribuição de projetos aprovados com recursos do Fehidro tendo como Tomadores as Prefeituras – 1996 a 2018.....	91
Quadro 11 -	Algumas comparações entre o Colegiado de Desenvolvimento Territorial e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.....	98

LISTA DE SIGLAS

ABCE	- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica
ABES	- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABRAGE	- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica
ACAP	- Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal
ADUV	- Associação Desenvolvimento União da Vitória
AESABESP	- Associação dos Engenheiros da SABESP
AMPARAR	- Associação de Moradores Produtores e Assentados de Reforma Agrária Roseli Nunes
ANA	- Agência Nacional de Águas
APACC	- Associação dos Produtores Assentados Chico Castro Alves
APEC	- Associação Prudentina de Educação e Cultura
APPRAF	- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Caiuá
APTA	- Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
ASPIPER	- Associação dos Piscicultores de Presidente Epitácio e Região
ATER	- Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATGS	- Assessor Territorial de Gest
ATIP	- Assessor Territorial de Inclusão Produtiva
CAPRIOESTE	- Associação dos Caprinocultores do Oeste Paulista
CATI	- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBH	- Comitês de Bacias Hidrográficas
CBH-PP	- Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema
CBRN/SMA	- Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – Secretaria de Meio Ambiente
CDH ELS	- Centro de Direitos Humanos “Evandro Lins e Silva”
CDPEMA	- Comissão de Defesa e da Preservação da Espécie e do meio Ambiente

CEDRS	- Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CETESB	- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIESP	- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CEF	- Caixa Econômica Federal
CF	- Constituição Federal
CFA/SIMA	- Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
CIAT	- Comissão de Implantação de Ações Territórios
CIOP	- Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista
CNDRS	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCAMP	- Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal
COCAPAR	- Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal
CODASP	- Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CODETER	- Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
COOAABE	- Cooperativa dos Agricultores Agroecológicos Boa Esperança
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAEE	- Departamento de Água e Energia Elétrica
DFDA/SP	- Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de São Paulo
FAF	- Federação da Agricultura Familiar
FAMHESP	- Federação de Agricultores das Micro Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo
FATEC	- Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FCT	- Faculdade de Ciências e Tecnologia
FETAESP	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FIESP	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA	- Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ	- Instituto de Pesquisas Ecológicas
ITESP	- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LEADER	- Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAST	- Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEDET	- Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ND	- Núcleo Dirigente
NT	- Núcleo Técnico
OGU	- Orçamento Geral da União
ONGs	- Organizações não Governamentais
PIRH	- Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão Paranapanema
PPA	- Plano Pluri Anual
PROINF	- Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	- Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	- Partido dos Trabalhadores

PTDRS	- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTC	- Programa Territórios da Cidadania
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
SABESP	- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SDT	- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SGE	- Sistema de Gestão Estratégica
SEESP	- Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SICONV	- Sistema de Convênios do Governo Federal
SIGRH	- Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SINGREH	- Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SINTAEMA	- Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SINTRAPP	- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente e Região
SUASA	- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SIT	- Sistema de Informações Territoriais
UDOP	- União Nacional da Bioenergia
UGRHI	- Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESP	- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICA	- União das Indústrias de Cana-de-açúcar
UNIESP	- União das Instituições Educacionais de São Paulo
UNITERRA	- União pela Terra e Fome Zero
UPH	- Unidade de Planejamento Hídrico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ELEMENTOS CONCEITUAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO, GOVERNANÇA E GESTÃO SOCIAL.....	21
2.1	Elementos conceituais sobre participação e governança - novos espaços de participação.....	21
2.2	Elementos conceituais sobre gestão social.....	28
3	O PONTAL DO PARANAPANEMA.....	31
3.1	Breve histórico da ocupação	31
3.2	A Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema - caracterização	34
4	A PROPOSTA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	43
4.1	Elementos conceituais do enfoque territorial para o desenvolvimento: rural, território, identidade.....	43
4.2	A proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Territórios Rurais e Territórios da Cidadania: estudo de documentos oficiais.....	48
5	A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA – ANÁLISE DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (Codeter).....	61
5.1	A criação do território e o processo de consolidação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter).....	61
5.1.1	O Plenário do Colegiado.....	63
5.1.2	A Coordenação Executiva (Núcleo Dirigente), Microrregiões, Câmaras Temáticas e Núcleo Técnico.....	69
5.2	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) – Processos de elaboração e qualificação.....	72
5.3	Gestão do Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf).....	76
6	BREVE ANÁLISE DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA E ALGUMAS COMPARAÇÕES COM O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	87

6.1	O Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.....	87
6.2	Algumas comparações entre o Colegiado de Desenvolviemnto Territorial e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.....	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	102
	ANEXOS.....	106
	APÊNDICES.....	113

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a refletir sobre a importância da participação e da gestão social, como elementos necessários à manutenção e fortalecimento da democracia, a partir da análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). De forma secundária, tem-se como objetivo, também, intentar um primeiro esforço comparativo entre essa instância de gestão e o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH), notadamente no espaço geográfico do Pontal do Paranapanema, extremos oeste do Estado de São Paulo.

O trabalho apresenta, inicialmente, uma discussão teórica sobre os temas da participação, da governança e da gestão social, para que se tenha uma reflexão fundamentada nos conceitos mais rigorosos relacionados à compreensão da discussão proposta.

O texto também aborda o histórico do surgimento e ascensão da participação social no Brasil, a partir do processo de democratização (ou de redemocratização) iniciado ao final da década de 1970, marcado pela forte atuação da sociedade, que se organizou através de associações, sindicatos, pastorais, movimentos sociais, entre outros e passou a pautar interesses, direitos e demandas até então excluídos do cenário político. Todo esse processo possibilitou o surgimento da discussão sobre a necessidade de criação de novos canais e mecanismos institucionais de representação dos interesses sociais, o que exigia novas formas de interação entre a sociedade civil e o campo político institucional.

A Constituição Federal de 1988 representou uma resposta positiva a todas as lutas e demandas por direitos então apresentadas pela sociedade. Ela possibilitou a institucionalização de novos espaços de participação, estabelecendo, portanto, a interrelação entre o Estado e a sociedade civil como necessária para a elaboração de políticas públicas e para a decisão de aplicação de recursos.

Nesse contexto, ocorre, ao final dos anos 1980 e, principalmente, na década de 1990, a proliferação desses novos canais institucionais que possibilitaram a participação social, principalmente a partir da criação dos Conselhos Gestores, organizados nas esferas nacional, estadual e municipal. Surgem, ainda, no mesmo período, diferentes fóruns, comitês, conferências e outros espaços que passaram a privilegiar e garantir a participação social.

No que se refere à experiência de gestão social no Codeter, será discutida a proposta implementada, durante o período de 2003 a 2016, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a partir da criação de Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

No que se refere à metodologia adotada para a pesquisa, do ponto de vista teórico, o trabalho parte da sistematização dos conceitos construídos sobre a temática abordada por meio da reflexão da produção acadêmica. Neste sentido, a pesquisa contou com levantamento de materiais bibliográficos e documentais referentes às temáticas de participação, gestão social, desenvolvimento rural, abordagem territorial. No que se refere à bibliografia utilizada, destacam-se os seguintes autores: ABRAMOVAY (2003); CANÇADO et al. (2013); DALLABRIDA (2007); DELGADO (2010); GOHN (2001); LEAL (2000); LEITE et al. (2010); OLIVEIRA (2008); PERICO (2009); SCHNEIDER (2004). Quanto à pesquisa documental, foram analisados documentos oficiais publicados no âmbito da SDT/MDA: BRASIL, 2005; 2005b; 2007; 2011; 2011b; 2011c; 2014.

No que se refere à análise da experiência de gestão social do Colegiado Territorial, foi realizada análise de publicações oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais (2005), Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat): Balanço de gestão 2003-2010 (2011), Guia de orientações para atuação territorial – Programa Territórios da Cidadania (2014), Programa Territórios da Cidadania: uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica (2008).

Também serviu de fonte para o presente estudo a análise de informações obtidas por meio de relatórios gerados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE), desenvolvido pela SDT. Com o objetivo de contribuir com a gestão social nos territórios por meio da melhoria dos canais de registro das informações e do acesso às mesmas, o SGE estava organizado a partir de três ambientes gerais: Sistema de Informações Territoriais (SIT); Resultado da Gestão Territorial; e Ambientes de Gestão.

Dois relatórios gerados por meio do SGE subsidiaram a presente pesquisa: a) Relatório Agenda do Colegiado, gerado no ambiente Colegiados em Rede, referente a todas as atividades realizadas pelo Codeter no período de 2005 a 2016; b) Relatório Listagem Projetos Território: Pontal do Paranapanema-SP, referente ao período de 2005 a 2015.

Considerando o Codeter como a base empírica do presente trabalho, foram analisados documentos produzidos no âmbito do Colegiado, como atas e relatórios de reuniões, pareceres, listas de presença, Regimento Interno, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ainda, foram analisados os relatórios elaborados pela pesquisadora enquanto exerceu a função de Assessora Técnica Territorial e Assessora Territorial de Gestão Social, nesse aspecto, será considerada a vivência cotidiana da pesquisadora, o que proporcionou uma posição privilegiada para a observação e registro das ocorrências, ainda que não houvesse, previamente, a intenção

da pesquisa.

Nesse ponto, Demo (2005) considera que “de modo geral, é mister acentuar que, para avaliar os processos participativos, é necessário participar. Não basta a mera observação participante, porque isto ainda é coisa de observador, não de participante” (DEMO, 2005, p. 19). Portanto, a metodologia utilizada em muito se aproxima da observação participante, prática muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa. Desse modo, a observação participante contribui para o pesquisador analisar a realidade social que o rodeia, possibilitando captar com maior profundidade as tensões e os conflitos existentes.

Para a análise da gestão social ocorrida no âmbito do CBH-PP contou-se com a análise do Plano da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, bem como informações obtidas através do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGHR).

Desse modo, a pesquisa analisou os processos de participação e de gestão social ocorridos no âmbito do Codeter e apresenta a forma de organização e de participação de atores sociais no CBH-PP, com o objetivo de discutir a importância da existência de espaços de participação social, como direito da sociedade civil na elaboração de políticas públicas que atendam às suas demandas e necessidades, participar das decisões sobre a aplicação correta e transparente de recursos públicos e participar da gestão das águas - elemento essencial à vida - contribuindo para que as práticas democráticas sejam fortalecidas no país.

Apresenta-se, portanto, o resultado de um levantamento e a subsequente análise de documentos oficiais do governo federal sobre a implantação da abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento ruralsustentável, destacando-se os principais elementos contidos na proposta governamental (relação entre o rural e urbano, conceito de território, controle social, identidade). Estes apontam, como principais objectivos, a promoção do desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades regionais e, principalmente, redução da pobreza no campo.

A partir desta contextualização, passa-se a abordar a experiência de implementação do Pronat no Pontal do Paranapanema, com a criação do Território Rural, em 2004, e sua inclusão no Programa Territórios da Cidadania, em 2008. Foi analisado todo o processo de constituição da institucionalidade territorial responsável pela gestão social no território, inicialmente chamada Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) e, a partir de 2009, Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). O levantamento e a análise das atas, documentos oficiais e relatórios enviados para a SDT/MDA foi a base desse estudo.

Será apresentado o histórico da organização interna do Codeter a partir da análise do

Regimento Interno e, também, uma discussão sobre a participação das organizações da sociedade civil e do poder público que se fizeram presentes na trajetória do Colegiado. No que se refere à gestão social, foram abordados os ciclos de elaboração e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) - documento guia para criação de uma visão de futuro e orientação para políticas públicas - e os ciclos de discussão e aprovação de projetos prioritários para o Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf).

No que se refere ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), apresenta-se uma brevíssima contextualização a partir da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), na Constituição Federal de 1988 e sua regulamentação pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), que também instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, sob a ótica de rompimento com o modelo de gerenciamento vigente, propondo um novo modelo justamente a partir da gestão descentralizada e participativa da água, garantindo a participação da sociedade civil, assim como das diferentes esferas de governo, no processo de gestão dos recursos hídricos. O estudo do CBH-PP, pelo escopo mesmo da pesquisa (voltada ao Codeter), mas também por limitação de tempo deu-se exclusivamente através de referências bibliográficas e leitura do Plano da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.

De acordo com a Política de Recursos Hídricos, a bacia hidrográfica é estabelecida como unidade de planejamento e de gestão dos recursos hídricos e a institucionalidade responsável é o Comitê de Bacia Hidrográfica. Nesse contexto, o trabalho irá focar na forma de organização interna do CBH-PP, especialmente a partir da análise das organizações representantes da sociedade civil e poder público que o compõe.

Necessário pontuar que as duas institucionalidades, Codeter e CBH-PP, co-existiram na região Pontal do Paranapanema, mas sem grandes interfaces. O CBH-PP, cita-se, é anterior ao Codeter, pois foi implantado em 1996, enquanto o Codeter foi implantado no ano de 2004. Em relação ao recorte geográfico, estas instâncias praticamente abrangeram os mesmos municípios, sendo que o Codeter abrangeu 32 municípios e o CBH-PP atua com o recorte de 26 municípios, todos esses abrangidos pelo Território Rural/da Cidadania do Pontal do Paranapanema.

Desse modo, a pesquisa busca intentar um primeiro comparativo entre os processos de gestão social ocorridos nesses diferentes espaços (Codeter e CBH), a partir dos atores sociais e processos de gestão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ELEMENTOS CONCEITUAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO, GOVERNANÇA E GESTÃO SOCIAL

2.1 Elementos conceituais sobre participação e governança – novos espaços de participação

O tema da participação ganha relevância no Brasil especialmente a partir do final da década de 1970, passa a se fazer presente no vocabulário científico, no vocabulário popular e nas práticas cotidianas da sociedade civil, sindicatos, movimentos e demais organizações sociais, podendo ainda ser observada nos discursos e práticas governamentais.

A ampliação da participação social no Brasil está relacionada a democratização (ou redemocratização) do país, com a organização da sociedade civil para lutar por direitos sociais e pela cidadania. Delgado (2010) utiliza a expressão projeto democratizante para se referir ao processo originado ao final da década de 1970 no Brasil, o qual, segundo o autor, foi fortalecido com o advento da Constituição de 1988, o que possibilitou a democratização do aparato formal do Estado, com a descentralização das atividades governamentais e o fortalecimento da relação Estado e sociedade, com vistas a romper com toda a herança da ditadura militar.

De acordo com Schneider et al. (2004), todo o processo de redemocratização ocorrido no Brasil a partir do final dos anos 1970 esteve diretamente relacionado com as potencialidades democratizantes das organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Destaca-se o papel dessas organizações ao questionarem os agentes políticos tradicionais e partidos políticos que, em dado momento, foram identificados como instrumentos de reprodução do autoritarismo e dominação política que predominava no país, o que resultou no debate sobre a necessidade de criação de novos canais e mecanismos institucionais para expressão de interesses sociais até então excluídos do cenário político:

É nesse contexto, então, que passam a ser formuladas diversas propostas de mecanismos que permitam a participação de setores historicamente ausentes dos processos de formulação e decisão sobre as políticas públicas (usuários, profissionais, população em geral) (SCHNEIDER et al., 2004, p.150).

Portanto, de acordo com Schneider et al. (2004) observa-se, num primeiro momento, o predomínio de um discurso de total rejeição do campo político institucional por parte da sociedade civil, com a expectativa de que ela própria pudesse constituir formas organizativas capazes de orientar o processo de redemocratização do país. No entanto, esta visão mais

fundamentalista vai sendo abandonada para ceder espaço à discussão sobre novas formas de interação entre a sociedade civil e o campo político institucional.

O surgimento de novos mecanismos de representação dos interesses sociais ainda se fazia necessário, tendo em vista que os agentes políticos e partidos políticos não eram mais entendidos como capazes de realizar esse papel. Esses novos mecanismos, segundo Schneider et al.(2004), passam a ser defendidos sob o lema da participação.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e, principalmente, durante a década de 1990, observa-se a proliferação de novos canais institucionais de participação por meio da criação dos conselhos gestores na área de políticas sociais, como o Conselho Nacional de Saúde (Lei no 8.142/90), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei no 8.242/91) e o Conselho Nacional de Assistência Social, criado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei no 8.742/93). A criação dos conselhos a nível nacional possibilitou a organização dos mesmos também nos demais âmbitos: municipal, regional, estadual.

Desse modo, o Brasil experimentou, nas últimas décadas, uma ampliação significativa dos espaços participativos como resultado da abertura política e mobilização social pós ditadura, possibilitando a inclusão de setores organizados da sociedade nos processos de decisão pública, fortalecendo a cidadania e o aprofundamento da democracia. De acordo com o estudo realizado pela cientista política Maria da Glória Gohn (2001), os processos de participação podem ser assim entendidos:

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; os resgates dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação e, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização (GOHN, 2001,p.14).

Após estudo sobre como diversos teóricos fundamentaram o sentido da participação, Gohn (2001) propõe uma análise do tema a partir de três níveis básicos: o conceitual, o político e da prática social.

A análise da participação a partir do nível conceitual vai ocorrer de acordo com o paradigma teórico em que se fundamenta, segundo a autora. No nível político, a participação está associada a processos de democratização em curso ou à luta para sua obtenção, mas também pode ser utilizada para fundamentar discursos que visam apenas a regulação e normatização da sociedade e que resultam em políticas sociais de controle social. Sob o nível

da prática social, a participação se mostra como meio viabilizador para a participação, relaciona-se ao processo social propriamente dito, se concretiza nas organizações, lutas, movimentos com vistas a realizar algo (GOHN, 2001, p.14).

Em seu estudo, Gohn (2001) menciona que a participação pode ser entendida de diversas formas, as quais deram origem a interpretações distintas como: liberal, comunitária, revolucionária, democrática. A partir dessas interpretações, historicamente, outras foram geradas como: liberal/comunitária, liberal/corporativa, autoritária, revolucionária, democrática/radical, entre outras.

De outra forma, conforme Gohn (2001), alguns autores rejeitaram interpretações polarizadas sobre a participação e passaram a defender tipologias a partir do grau de participação, dentre as quais a definição utilizada por Pateman. Segundo a autora, Pateman (1992) define três tipos de situações de acordo com o grau de participação: a pseudo participação, quando a sociedade é apenas consultada a respeito de um assunto pelas autoridades; a participação parcial, quando muitas pessoas são envolvidas no processo de discussão mas apenas uma pequena parte decide de fato; e a participação total, quando os grupos de indivíduos tem igual influência na decisão final.

Cronologicamente, a origem do tema da participação direta e ideal se localiza na Grécia, quando a participação se constituiu no encontro de cidadãos livres, que debatiam publicamente e votavam decisões do governo. Contudo, o estudo científico do tema remonta aos séculos XVIII e XIX, com J. J. Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole, que apresentam teorias sociopolíticas sobre a participação, as quais serão abordadas sinteticamente.

Rousseau é considerado por muitos o maior teórico sobre participação. Sua teoria política considera a importância da participação individual e direta de cada cidadão na tomada de decisões comunitárias, o que possibilitaria, ao mesmo tempo, proteger os interesses privados e garantir um bom governo (GOHN, 2001). Desenvolveu a doutrina da Vontade Geral, de acordo com a qual uma pessoa somente será um cidadão quando desejar o bem geral e não o seu particular. Nesse sentido, para Rousseau, a principal dimensão da participação é o sentido educativo que ela exerce sobre o indivíduo, porque “a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor” (PATEMAN, 1992 apud GOHN, 2001, p. 22). A tese rousseniana, portanto, é defensora da necessária igualdade política.

J. S. Mill defende a função educativa da participação praticamente nos mesmos termos de Rousseau. De acordo com este teórico, “quando o indivíduo se ocupa somente de seus assuntos privados, argumenta, e não participa das questões públicas, sua ‘auto-estima’ é afetada,

assim como permanecem sem desenvolvimento suas capacidades para uma ação pública responsável” (PATEMAN, 1992 apud GOHN, 2001, p. 23). Para Mill, o lugar da participação é o nível local, onde é possível aprender sobre democracia. Mill difere de Rousseau quanto à necessária igualdade política. O sistema defendido por Mill é elitista, quando, por exemplo, defende que as leis devem ser elaboradas por uma comissão especial e não pelos representantes eleitos, aos quais caberia apenas o debate.

A teoria apresentada por Cole, em síntese, sustenta a necessidade das pessoas atuarem por meio de associações para satisfazerem suas necessidades, pois seria apenas “pela participação em nível local, em associações locais, que o indivíduo poderia compreender a democracia” (PATEMAN, 1992 apud GOHN, 2001, p. 23). A teoria de Cole também se assenta com princípios apresentados por Rousseau no sentido de que a vontade e não a força é a base da organização social e política. Cole formulou proposta de uma estrutura política para desenvolver processos participativos, que previa a comuna local, regional e nacional.

Necessário mencionar ainda a abordagem marxista acerca da participação. De acordo com Gohn (2001), Marx apresenta uma análise sobre participação articulada com a luta e movimentos sociais, enquanto processo de luta histórica das classes sociais subordinadas.

O conceito de participação social está também relacionado com o conceito de governança. De acordo com Gohn (2001), o conceito de governança estabelece um novo paradigma para ação pública, pois considera que esta não deve se restringir aos órgãos e aparatos estatais, mas incorporar a relação governo e sociedade, portanto, altera o padrão e o modo de pensar a gestão de bens públicos.

Ainda segundo a autora, a governança pode ser melhor compreendida a partir dos elementos fornecidos pela democracia deliberativa, sistema este que mistura a democracia direta com a democracia representativa e diz respeito a mecanismos de representação política que inclua os indivíduos como cidadãos políticos ativos, por meio de diálogos realizados no decorrer do processo de participação para geração e elaboração de políticas públicas (GOHN, 2001).

Para Dallabrida (2007), o termo governança teve sua origem no mundo empresarial. Com o passar do tempo, foi importado para as relações de poder local e das organizações. O autor propõe a abordagem do termo governança na sua dimensão territorial, mais precisamente, na sua relação com o debate sobre desenvolvimento, a partir do seguinte conceito:

Utiliza-se o termo governança territorial para referir-se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais (DALLABRIDA, 2007, p.46).

Nesse contexto, a governança refere-se ao envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais para promover ações e iniciativas para gerir assuntos públicos.

A governança tem como objetivo a promoção de instrumentos de democratização dos processos de participação social e de descentralização, de modo a criar condições para que sejam geridos socialmente (LEITE et al., 2010, p. 358). Desse modo, os espaços de participação social (colegiados, conselhos, conferências, fóruns, comitês) representam também espaços de governança.

Para os autores (LEITE et al, 2010), além do processo de democratização, outra transformação que acompanhou a sociedade brasileira e a economia a partir da década de 1980 foi o ajustamento à crise da dívida externa, pelo Brasil e outros países da América Latina, especialmente durante a década de 1990, o que levou à quebra financeira do Estado, à crise de sua iniciativa desenvolvimentista e à adoção de políticas econômicas neoliberais, período em que procurou-se reduzir a capacidade intervencionista do Estado nacional, com o objetivo de passar ao mercado e às empresas internacionais a responsabilidade pela retomada do crescimento econômico do país.

Neste momento, surge a idéia de desenvolvimento local a partir da concepção de que o local, entendido como o município, seria o espaço possível para o desenvolvimento e a atuação do Estado, o qual, segundo os autores “deveria ficar restrita, quase exclusivamente, à obtenção e preservação do equilíbrio macroeconômico (em especial fiscal e monetário)” (LEITE et al, 2010).

Leite et al. (2010) apresentam forte crítica aos espaços de governança que consideram o município como local ideal, de acordo com os autores, nesse período (décadas de 1980 e 1990) surgiram espaços de participação definidos como novas institucionalidades democráticas, visando aproximar sociedade civil e Estado e favorecer a construção de uma cultura democrática. Contudo, tiveram efetividade limitada porque, no espaço definido como local para atuação, o município, foi preciso lidar com o poder das oligarquias tradicionais e sua capacidade de arregimentação política, presentes nas prefeituras e câmaras de vereadores. Nesse contexto, a experiência inicial de governança no Brasil, que considerou o município como o local ideal, produziu a proliferação de espaços de participação e de políticas públicas

fragmentadas.

Para LEITE et al (2010), isso demonstra que em sociedades autoritárias e excludentes, como a brasileira, os espaços públicos de participação não tendem a ser espaços de harmonização dos atores, mas sim de conflitos e disputas. Desse modo, os autores apresentam uma crítica sobre as relações conflituosas que envolvem a construção de institucionalidades democráticas, e concluem que estas só podem obter sucesso a partir da existência de projetos políticos participativos que possam ser compartilhados por Estado e sociedade civil (LEITE et al, 2010).

Por sua vez, Abramovay (2003) apresenta uma análise a respeito do surgimento dos conselhos gestores como espaços de governança, especialmente, sobre os Conselhos de Desenvolvimento Rural. O autor entende que a difusão de conselhos gestores representa a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático. Aborda os problemas que diferentes estudos demonstram em relação aos conselhos gestores, como a precariedade da participação social, a falta de preparo dos conselheiros, a pouca representatividade e a frequente submissão dos membros aos poderes locais dominantes. Contudo, relata que os mais importantes estudos reconhecem o potencial de transformação política que os conselhos representam.

A respeito dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, segundo o autor, a grande parte deles surgiu no Brasil a partir de 1997, como condição para que os municípios recebessem recurso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na linha infraestrutura e serviços. O Pronaf, conforme relata Abramovay (2003), foi uma resposta do governo a um conjunto de reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais.

Para o autor, a forte burocratização identificada nos Conselhos de Desenvolvimento Rural, faz com que se tornem apenas instrumento para que o poder público municipal possa receber recursos federais, “com a supervisão de representantes da sociedade civil local” (ABRAMOVAY, 2003, p. 59), portanto, com a legitimação dada pela sociedade civil. O autor ainda menciona a falta de preparo por parte dos membros dos conselhos para enfrentar os desafios impostos quanto ao desenvolvimento rural.

Nesse sentido, o desafio apontado para os Conselhos de Desenvolvimento Rural seria a superação do caráter apenas fiscalizador de políticas públicas para se converterem em espaços de reflexão e planejamento quanto ao desenvolvimento rural. Contudo, apesar das deficiências identificadas, Abramovay (2003) ressalta a importância da existência e do fortalecimento dos conselhos gestores:

Não há dúvida de que o simples fato de recursos federais destinados a um município passarem pela mediação de um conselho formado por representantes da sociedade civil local já constitui uma inovação organizacional significativa (ABRAMOVAY, 2003, p. 57 e 58).

Desse modo, os conselhos gestores, apesar das críticas que lhe podem ser feitas, têm um papel importante diante da tradição brasileira de imensa separação entre a gestão da coisa pública e as populações delas beneficiadas (FAVARETO, 2004).

Portanto, o surgimento de diferentes espaços de participação social e de governança nas últimas décadas do século XX (1980/1990) contribuíram para o fortalecimento do estado democrático, tendo em vista que a própria Constituição Federal de 1988 possibilitou a institucionalização desses espaços, estabelecendo a interrelação entre o Estado e a sociedade civil como necessária para a elaboração de políticas públicas e para a decisão de aplicação de recursos, conforme se observa nos artigos da CF abaixo transcritos:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

(...)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)

III - participação da comunidade.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

(...)

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Desse modo, a partir dos elementos apresentados acerca dos conceitos da participação social e governança, fundamentados, ainda, nas garantias constitucionais vigentes no Brasil, compreende-se que a participação social é pressuposto do sistema democrático e é garantida para cada cidadão e cidadã, assim como também para as organizações sociais.

2.2 Elementos conceituais sobre gestão social

A gestão social tem a participação como base e está condicionada às especificidades dos atores presentes e com interesses no espaço local. Trata-se, contudo, de conceito ainda em construção, que tem sido bastante debatido nos últimos anos, seja na academia como em espaços não acadêmicos. Em pesquisa realizada por Cançado et al. (2013), os autores apresentam uma discussão teórica bastante rica a respeito dos conceitos que a academia vem construindo para a gestão social.

De acordo com Cançado et al. (2013), o termo gestão social surgiu nos Estados Unidos e América Latina a partir de reuniões que tinham por objetivo capacitar gestores públicos. Os autores apresentam Tenório como um dos primeiros estudiosos a conceituar a gestão social, o qual ressalta o caráter democrático do termo. Para Tenório (2008), no âmbito da gestão social, as decisões devem ser tomadas com base no entendimento e não na negociação e sempre com vistas ao bem comum e o espaço para a concretização da gestão social seria, portanto, o espaço público. Segundo Cançado et al. (2013), na pesquisa de Tenório (2008), a gestão social é assim compreendida:

(...) processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008 apud CANÇADO et al., 2013).

Para Tenório (2008), a gestão social busca substituir a gestão tecnoburocrata, dando espaço a um gerenciamento mais participativo e que garanta o diálogo entre a sociedade e o Estado, no sentido de compartilhamento de decisões. De acordo com o autor, a gestão social deve promover uma racionalidade comunicativa entre os atores, em que todos os participantes exponham suas argumentações sobre o tema em debate ou projeto em construção, desse modo, os atores não podem impor suas pretensões, é preciso que haja um acordo alcançado comunicativamente.

França Filho (2003, 2008) entende a gestão social sob a perspectiva de processo quando, no nível organizacional, se vai além dos instrumentos da gestão privada/estratégica, para priorizar lógicas mais sociais, políticas, ecológicas e culturais, bem como a entende enquanto fim, que seria, em seu nível macro, de gestão das demandas sociais, o que pode ocorrer para além do Estado, por meio da sociedade (CANÇADO et al., 2013).

Para os autores Fischer e Mello (2006, p. 17), citados por Cançado et al. (2013), a gestão social é definida como “aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social (enquanto processo), norteadas pelos princípios da ética e solidariedade”.

Importante citar ainda a discussão elaborada por Carrion (2007), a qual, segundo Cançado et al. (2013), apresenta a gestão social sob uma perspectiva ampla que se propõe a pensar um modelo de Estado capaz de enfrentar a exclusão enquanto processo. Para a autora, o foco da gestão social é a alteração da morfologia social com vistas a um desenvolvimento local integrado, para tanto, considera que o espaço para a gestão social é o local, sendo este para além do aspecto geográfico, mas considerando as particularidades culturais e de identidade da comunidade.

Por fim, Boullosa e Schommer (2009), estabelecem momentos evolutivos da gestão social. Para os autores, no primeiro momento, as experiências de gestão mostram a possibilidade de alcançar objetivos sociais por meio do diálogo e da participação de pessoas; em seguida, experiências inovadoras passam a ser reconhecidas e seus participantes identificam pontos em comum, iniciando a articulação de práticas antes dispersas. Num terceiro momento, são identificadas características identitárias do modo de gerir problemas, superando a categoria de campo de gestão particular pra chegar à denominada gestão social.

Para Cançado et al. (2013, p. 99) a gestão social pode ser definida a partir do seguinte conceito:“(...) a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim”.

Estes autores apresentam, baseado na literatura, um conceito para a gestão social que perpassa pelo Interesse Bem Compreendido, pela esfera pública para chegar à emancipação.

Assim, a aproximação teórica para a gestão social parte do Interesse Bem Compreendido, conceito apresentado por Tocqueville, que se funda na premissa de que o bem estar coletivo é pré-condição para o bem estar individual, de modo que, ao defender os interesses coletivos, o indivíduo está defendendo os seus próprios interesses.

A esfera pública deve ser compreendida como o espaço onde os indivíduos privados se reúnem para tratar de suas necessidades e dos assuntos coletivos. Trata-se de uma esfera pública que tenha condições de aproximar as pessoas da política, que privilegie a tomada de decisão coletiva, sem coerção, buscando o entendimento e não a negociação. Portanto, devem estar presentes as características descritas anteriormente para a gestão social.

Desse modo, a gestão social que parte do Interesse Bem Compreendido dos atores, acontece na esfera pública, deve possibilitar ao indivíduo caminhar no sentido de sua

emancipação, esta última entendida como livrar-se da tutela de alguém em buscar autonomia.

Contudo, essas características nos indivíduos nem sempre se apresentarão em estado pleno, e nem a esfera pública, nas condições apresentadas. Para o autor, “Quanto mais emancipação, mais se reforça o Interesse Bem Compreendido, tornando o processo um círculo vicioso” (CANÇADO et al., 2013), mas este círculo pode ser quebrado conforme mudem os interesses dos participantes ou a própria configuração da esfera pública.

Portanto, compreende-se que a gestão social passou a fazer parte da agenda governamental a partir da década de 1980, com a ampliação dos espaços de diálogo e de negociação entre poder público e sociedade civil organizada. O modelo de gestão pública construída a partir de então, baseou-se em superar desafios como a transparências dos atos públicos e a participação do cidadão nos processos decisórios, abrindo espaço para a elaboração de novos conceitos, como o de gestão social, assim como, para o surgimento de novos espaços de participação.

Ainda que esta participação possa se dar de forma fragmentada, muito mais no âmbito local (LEITE et al., 2010), constata-se que houve avanços em diferentes áreas da administração pública em direção da gestão social mais plena (CANÇADO et al. 2013) no Brasil.

O caso dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial, em estudo nesta dissertação, pode representar, mesmo que com fortes restrições (sobretudo no ciclo político atual do país), um esforço nesse sentido.

3 O PONTAL DO PARANAPANEMA

3.1 Breve histórico da ocupação

De acordo com Leite (1998), a região Pontal do Paranapanema possui uma história de grilagem de terras, o que teve início quando Antônio José Gouvêa promoveu o assento, junto aos registros paroquiais, da Fazenda denominada Pirapó-Santo Anastácio, supostamente registrada em 1856.

A ocupação populacional intensiva do Pontal do Paranapanema é recente (LEITE, 1998). Até o início do século XIX, a região era desconhecida e desabitada pela civilização e a ocupação teve início com a expulsão dos nativos indígenas, o que ocorreu efetivamente na virada do século XIX para o XX. A partir de então, a região começa a ser povoada com a chegada de famílias do Estado de Minas Gerais, de início, representando uma ocupação esparsa e pouco numerosa, ainda no século XIX.

Nas primeiras décadas do século XX, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, teve início uma ocupação mais intensiva do território. Na década de 1920 começam a surgir as primeiras cidades: Presidente Prudente, em 1921, Santo Anastácio, em 1925 e, Presidente Venceslau, em 1926 (GOMÉZ, 2006).

A chegada da ferrovia, com a abertura da Mata Atlântica, de acordo com Gómez (2006), promove um lucrativo processo de compra e venda de terras, incluindo aquelas consideradas devolutas, portanto, pertencentes ao patrimônio público e que não poderiam ser alienadas. A construção da ferrovia também favoreceu a chegada de novos migrantes à região, vindos do leste do Estado de São Paulo, dos Estados de Minas Gerais e Paraná e também do exterior, especialmente da Itália, Portugal, Espanha e Japão.

As atividades econômicas existentes no início da colonização do Pontal do Paranapanema tiveram como base a exploração agropecuária, inicialmente com a cultura do café e criação de gado, em seguida, com a produção de algodão. Essas atividades, contudo, sofreram declínio nos anos de 1950, o que provocou a falência de muitas famílias de pequenos e médios produtores, as quais, de acordo com Gómez (2006), sem possibilidade de trabalho, emigraram para as cidades ou para outras regiões. Esse processo permitiu a ampliação dos latifúndios, já existentes desde a primeira colonização.

Feliciano (2009) pontua que, com a crise do petróleo em 1973, o governo militar instituiu o II Plano Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de amenizar as consequências da crise. Na mesma direção, o governo do Estado de São Paulo, implantou a Política de

Desenvolvimento Urbano e Regional, que considerou a região Pontal do Paranapanema como uma área destinada à produção, tendo em vista possuir uma urbanização pouco desenvolvida e o setor produtivo debilitado.

No contexto dessas propostas governamentais, o Pontal do Paranapanema era visto como uma região propícia para o desenvolvimento das culturas de mandioca e cana de açúcar, o que possibilitou a implantação e expansão do Programa Nacional do Alcool no Pontal, a partir da estruturação da produção de cana de açúcar e da construção de usinas de álcool. Neste mesmo momento, também estava em curso a construção de usinas hidrelétricas na região. De acordo com Fernandes (1994) e Feliciano (2009), trata-se de um período que demandou a contratação numerosa de trabalhadores, o que contribuiu para a atração de grande contingente de mão de obra para a região.

Contudo, conforme detalha Fernandes (1994), a desaceleração da economia na década de 1980 provocou a interrupção da construção de hidrelétricas, o que resultou na dispensa de muitos trabalhadores que ficaram desempregados. O problema social se agravava pela existência de famílias de ribeirinhos que foram desapropriadas das terras que foram alagadas pelas hidrelétricas.

Na década de 1990, portanto, o cenário no Pontal do Paranapanema estava caracterizado pela existência do latifúndio improdutivo, terras griladas e um imenso contingente de trabalhadores sem terra, sem trabalho e sem perspectiva de vida. De acordo com Fernandes (1994), esses elementos possibilitaram a criação e surgimento da base do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Pontal do Paranapanema, com vistas à organização e mobilização desses trabalhadores para lutarem por terra e trabalho, por meio da pressão sobre o poder público.

Nesse contexto, Feliciano (2009) afirma que o conflito fundiário esteve presente no Pontal do Paranapanema desde o início da sua ocupação. A disputa pelo uso e pelo domínio das terras, com interesse econômico, desencadeou o embate entre os indígenas e posseiros, mais tarde, o conflito ocorreu entre posseiros e grileiros e, recentemente, entre latifundiários/grileiros e o MST.

A partir da atuação do MST, nos anos 1990, a região Pontal do Paranapanema passou a ser identificada por ser palco da luta pela terra, como espaço de conflito permanente, como resultado, inicia-se o processo de criação de assentamentos rurais, por parte do governo estadual (FERNANDES, 1994). De acordo com as informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA, 2014), a região Pontal do Paranapanema conta com 114 projetos de assentamentos já instalados e, 6.282 mil famílias assentadas.

Tabela 1- Pontal do Paranapanema – Número de assentamentos rurais, famílias e área por município (1985-2013)

MUNICÍPIOS	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Caiuá	8	7,02	446	7,10	10.736	7,54
Euclides da Cunha Paulista	9	7,89	519	8,26	10.935	7,68
Iepê	1	0,88	37	0,59	68	0,05
João Ramalho	1	0,88	29	0,46	55	0,04
Marabá Paulista	6	5,26	261	4,15	6.481	4,55
Martinópolis	2	1,75	124	1,97	2.745	1,93
Mirante do Paranapanema	35	30,70	1.698	27,03	35.470	24,90
Piquerobi	3	2,63	84	1,34	2.595	1,82
Presidente Bernardes	8	7,02	266	4,23	7.193	5,05
Presidente Epitácio	4	3,51	342	5,44	6.088	4,27
Presidente Venceslau	8	7,02	448	7,13	10.101	7,09
Rancharia	2	1,75	178	2,83	4.265	2,99
Ribeirão dos Índios	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Rosana	4	3,51	768	12,23	18.307	12,85
Sandovalina	2	1,75	198	3,15	4.017	2,82
Teodoro Sampaio	21	18,42	884	14,07	23.371	16,41
TOTAL	114	100	6.282	100	142.427	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014, www.fct.Unesp.br/nera

De acordo com Barone et. al. (2011), o desenvolvimento econômico da região Pontal do Paranapanema continua vinculada aos empreendimentos agropecuários nela existentes, de modo que, após o ciclo do café e do algodão, passou-se à exploração da pecuária extensiva de corte a partir de década de 1970, sendo conhecida como a “terra do Nelore mocho” e, recentemente, se baseia na expansão da cultura canavieira, conduzindo à formação de complexos agroindustriais ligados à produção de carnes, leite, açúcar e álcool.

Nesse cenário, o setor sucroalcooleiro contribui, em alguma medida, para a criação de novos postos de trabalho, aumenta a geração de renda e a movimentação da economia local. Contudo, tem gerado impactos socioambientais de grande escala porque, num primeiro momento, a cana é plantada em propriedades médias e grandes, para em seguida absorver pequenas propriedade de agricultores tradicionais e lotes de assentamentos de reforma agrária, modificando de maneira estrutural a questão fundiária, alterando as formas de uso da terra e o desenvolvimento social.

Ao longo dos últimos anos, também os trabalhadores beneficiários dos Projetos de Assentamentos no Pontal do Paranapanema passaram a ter significativa importância econômica para as economias locais, especialmente por meio da exploração da pecuária leiteira (BARONE et. al. 2011).

A política de implantação de assentamentos através da reforma agrária tem possibilitado o acesso à terra e garantias de políticas públicas de cidadania, com a melhoria nas condições de vida de famílias e geração de trabalho e renda, proporcionando condições para a produção com base na economia familiar em detrimento do latifúndio improdutivo.

3.2 A Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema - caracterização

De acordo com Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, a Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema possui uma área de 11.838 km², abrigando 26 municípios, destes, 13 municípios encontram-se totalmente inseridos na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) - 22, outros quatro possuem suas respectivas áreas tanto na UGRHI-22 como em outras UGRHIs. A UGRHI Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo oeste paulista, na divisa com os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná (Figura 1), contando com 26 municípios (Figura 2).

Para efeitos de planejamento, a UGRHI do Pontal do Paranapanema foi dividida em cinco Unidades de Planejamento Hídrico (UPH), a saber: UPH Baixo Paranapanema; UPH Laranja Doce; UPH Pirapozinho; UPH Santo Anastácio e UPH Tributários Rio Paraná, conforme Figura 3 e Quadro 1.

Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema



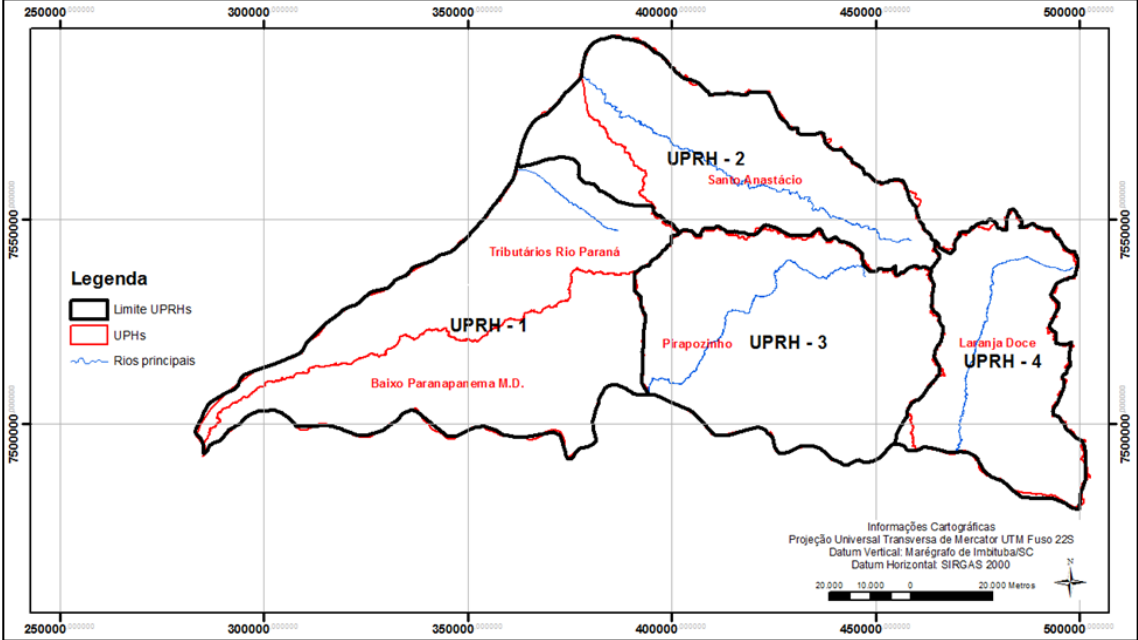
Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, 2016/2027.

Figura 2- Identificação e localização dos municípios na UGRHI do Pontal do Paranapanema



Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, 2016/2027.

Figura 3 - Unidades de Planejamento Hídrico da UGRHI do Pontal do Paranapanema



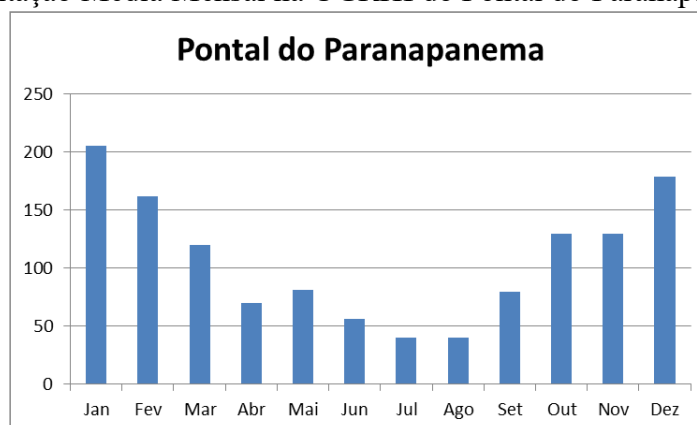
Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema 2016/2027.

A UGRHI do Pontal do Paranapanema possui uma população próxima dos 400.000 habitantes, distribuídos de maneira bastante desigual, com destaque para a UPH de Santo Anastácio, onde se localiza Presidente Prudente, principal cidade da região. Ainda, dos 26 municípios situados na UGRHI do Pontal do Paranapanema, 23 possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) acima de 7,0, considerado alto; sendo que apenas 3 possuem IDH-M médio, segundo o Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (2016/2027).

Quanto aos aspectos físicos, a UGRHI do Pontal do Paranapanema está situada na unidade morfoestrutural da Bacia Sedimentar do Paraná e apresenta, em sua maioria, relevo em forma de colinas com topos alongados e aplainados, com altitudes variando entre 250 a 800m e declividades máximas de 12%. Destacam-se na unidade de gestão os derrames basálticos da Formação Serra Geral, ocupando 11,3% da área total. Com relação ao solo, predominam os latossolos e os argissolos (ambos vermelhos e vermelho-amarelos), que apresentam maior aptidão agrícola. Embora apresentem baixa fertilidade natural, os latossolos possuem boas propriedades físicas (profundos e porosos) que, somadas às características físicas do relevo, favorecem a mecanização agrícola (Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paranapanema, 2016).

Quando ao clima, a UGRHI do Pontal do Paranapanema situa-se em zona climática tropical com estação chuvosa de verão e seca de inverno. Em toda a UGRHI, o trimestre mais seco vai de junho a agosto, e o mais úmido de dezembro a fevereiro o que demonstra acentuada sazonalidade onde a chuva do trimestre mais seco, da ordem de 50 mm mensais, é de 3,5 a 4 vezes menor que a do trimestre mais úmido (figura 5). A precipitação média na UGRHI é de 1.450 mm.

Figura 5 - Precipitação Média Mensal na UGRHI do Pontal do Paranapanema (1970-2012)



Fonte: Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paranapanema, 2016.

O mapa de Biomas do Brasil, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e IBGE em 2004, evidencia a ocorrência de dois biomas brasileiros na região da UGRHI do Pontal do Paranapanema, sendo eles, a Mata Atlântica e o Cerrado. Ocupando 90% do seu espaço geográfico, o bioma Mata Atlântica abrange a totalidade de quatro UPHs (Tributários do Rio Paraná, Baixo do Paranapanema Margem Direita, Pirapózinho e Santo Anastácio) e ainda, parte da UPH Laranja Doce. Já o bioma Cerrado representa cerca de 10% da área da UGRHI, estando concentrado no extremo leste, no interior da UPH Laranja Doce, conforme pode ser observado na figura 6.

Figura 6 - Ocorrência de biomas nas Unidades de Planejamento Hídrico da UGRHI do Pontal do Paranapanema



Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, 2016/2027.

Para a compreensão dos aspectos econômicos, a UGRHI do Pontal do Paranapanema apresenta forte vocação agrícola e relevante atividade industrial, com destaque para o setor sucroalcooleiro, frigoríficos, abatedouros e curtumes. No entanto, as atividades de comércio e serviços apresentam, juntas, o maior PIB da UGRHI (IBGE, 2011), de acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, 2016/2027.

No que se refere ao uso e ocupação do solo, segundo o PIRH Paranapanema (2016), a classe de uso mais representativa é a de pastagens, com 6.818,10 km² de extensão, na sequência, as culturas temporárias contemplam o total de 25,2%, dos quais, 19,2% referem-se apenas à cultura da cana-de-açúcar principal cultivo agrícola da região (Qaudro 2).

Tais atividades estão relacionadas com um elevado grau de mecanização da agricultura e justificam a forte presença da agroindústria nesta bacia, composta por usinas de açúcar e álcool, frigoríficos e abatedouros.

Quadro 2 - Uso e Ocupação do Solo na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema

Classe de Uso	Área (km²)	%
Área Urbanizada	111,3	0,9
Campestre	954,4	7,7
Corpos d'água	466,5	3,8
Cultura Permanente – Café	5,8	0,1
Cultura Permanente – Citrus	3,3	0,1
Cultura Temporária	448,1	3,6
Cultura Temporária – Cana	2365,9	19,2
Cultura Temporária – Milho/Soja	228,1	2,3
Cultura Temporária – Pivôs	12,2	0,1
Florestal	789,6	6,4
Pastagem	6818,1	55,3
Silvicultura	70,5	0,6
Total	12.273,8	100

Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, 2016/2027.

Nota-se que as áreas urbanizadas ocupam aproximadamente 1% da área total da UGHRI Pontal do Paranapanema, representando 111,3 Km² de área. Apesar da baixa representatividade desta classe na UGHRI, a UPH Santo Anastácio se destaca como uma das UPHs com maior área urbana que é a cidade de Presidente Prudente. Independentemente do tamanho da área urbana, essa classe tende a representar alta pressão sobre os recursos hídricos, devido à concentração populacional e, em muitos casos, industrial, aumentando consequentemente a demanda hídrica nestas regiões e os impactos ambientais.

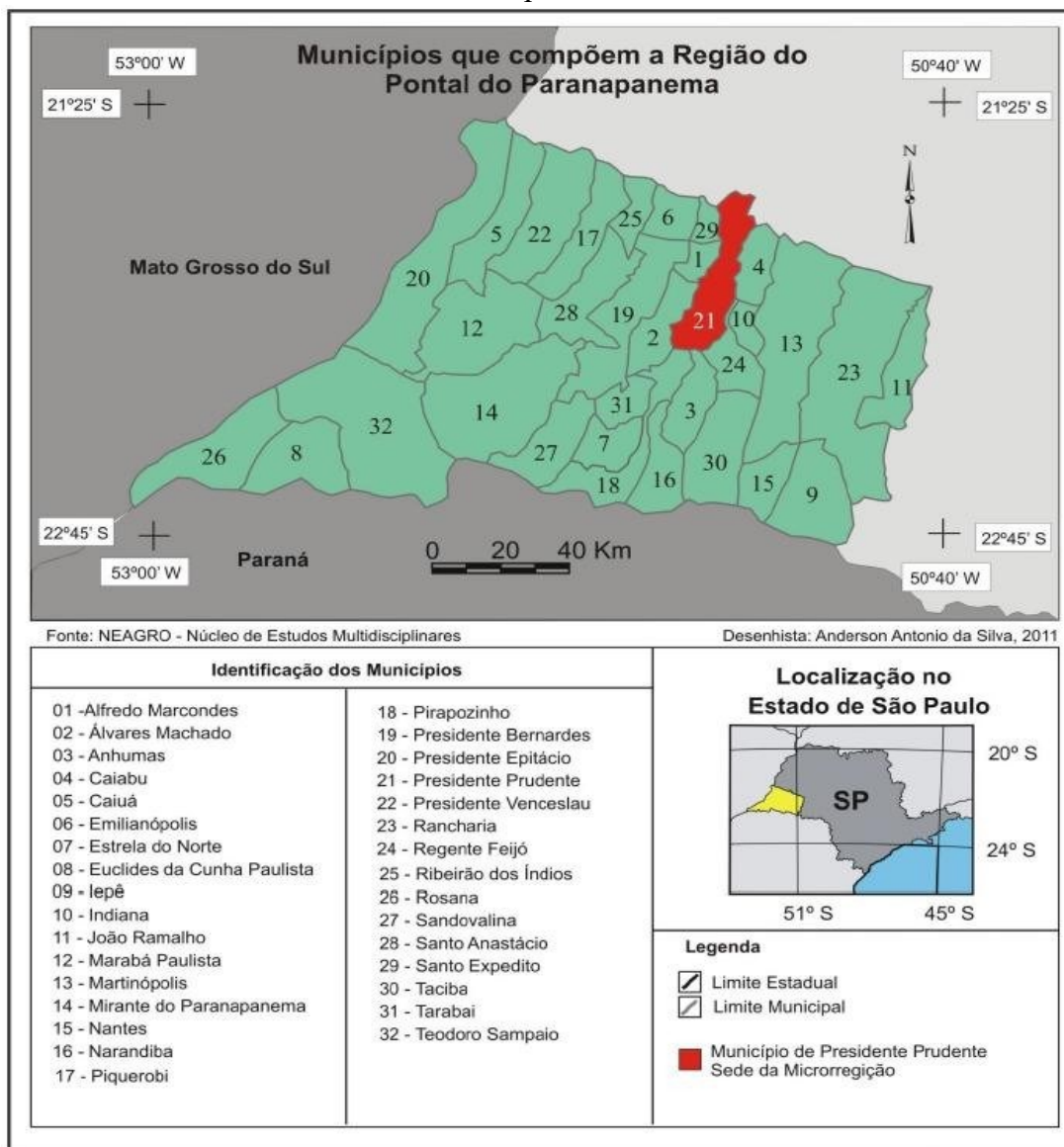
O Território da Cidadania Pontal do Paranapanema, por sua vez, encontra-se no contexto da proposta de desenvolvimento rural adotada pelo Brasil a partir de 2003, a partir de iniciativa do Governo Federal fundamentada na adoção da abordagem territorial para o planejamento e gestão de políticas públicas, visando o desenvolvimento social e econômico do meio rural brasileiro. A iniciativa se concretizou por meio da implantação do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No âmbito do Pronat, foram criados os Territórios Rurais e Territórios de Cidadania, sendo que a região Pontal do Paranapanema foi incluída no programa, sendo definida inicialmente como Território Rural e, a partir de 2008, como um Território de Cidadania.

O Território da Cidadania Pontal do Paranapanema está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, na divisa com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, composto

por 32 municípios (Figura 7).

Figura 7 - Trinta e dois municípios que compõem o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema



Fonte: Barone; Melazzo; Silva (2011)

O Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), a criação dos territórios rurais e de cidadania e das institucionalidades responsáveis pela gestão social nos territórios, os colegiados, são objeto de estudo nesta pesquisa, portanto, todos esses elementos estarão detalhados nos próximos capítulos.

A partir da análise do recorte geográfico da Bacia Hidrográfica Pontal do Paranapanema e do Território da Cidadania Pontal do Paranapanema, observa-se que abrangeram praticamente os mesmos municípios, sendo que o Território abrangia 32

municípios e a Bacia Hidrográfica atua com o recorte de 26 municípios. Todos os 26 municípios que estão considerados no recorte da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema estão também abrangidos pelo Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema

Municípios que compõem o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema (32)	Municípios que compõem da Bacia Hidrográfica Pontal do Paranapanema (26)	Municípios que compõem o Território e não compõem a Bacia Hidrográfica (6)
Alfredo Marcondes	Álvares Machado	Alfredo Marcondes
Álvares Machado	Anhumas	Caiabu
Anhumas	Caiuá	Emilianópolis
Caiabu	Estrela do Norte	João Ramalho
Caiuá	Euclides da Cunha Paulista	Ribeirão dos Índios
Emilianópolis	Iepê	Santo Expedito
Estrela do Norte	Indiana	
Euclides da Cunha Paulista	Marabá Paulista	
Iepê	Martinópolis	
Indiana	Mirante do Paranapanema	
João Ramalho	Nantes	
Marabá Paulista	Narandiba	
Martinópolis	Piquerobi	
Mirante do Paranapanema	Pirapozinho	
Nantes	Presidente Bernardes	
Narandiba	Presidente Epitácio	
Piquerobi	Presidente Prudente	
Pirapozinho	Presidente Venceslau	
Presidente Bernardes	Rancharia	
Presidente Epitácio	Regente Feijó	
Presidente Prudente	Rosana	
Presidente Venceslau	Sandovalina	
Rancharia	Santo Anastácio	
Regente Feijó	Tarabai	
Ribeirão dos Índios	Taciba	
Rosana	Teodoro Sampaio	
Sandovalina		
Santo Anastácio		
Santo Expedito		
Tarabai		
Taciba		
Teodoro Sampaio		

Fonte: Organizado pela autora

O presente estudo irá abordar a experiência de gestão social ocorrida no âmbito do Colegiado de Desenvolvimento Territorial, institucionalidade responsável pela gestão social no Território e, aquela ocorrida por meio da atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, de modo a empreender um primeiro esforço comparativo entre a gestão social ocorrida em ambas as instâncias, tendo em vista que atuaram praticamente no mesmo espaço geográfico e durante um mesmo período de tempo, sendo entre 2003 a 2016.

4 A PROPOSTA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

4.1 Elementos conceituais do enfoque territorial para o desenvolvimento: rural, território, identidade

O tema da abordagem territorial, como referência para a estratégia de desenvolvimento rural no Brasil recebeu especial atenção política no início da primeira década do século XXI o que, de acordo com Leite et al (2010), possibilitou novas experiências de articulação entre programas e políticas governamentais e iniciativas não governamentais.

Pretende-se neste tópico trazer uma breve apresentação sobre a concepção da abordagem territorial para o desenvolvimento rural a partir de alguns conceitos e reflexões propostas sobre elementos teóricos no que se refere à interdependência entre o rural e urbano, território e identidade.

De modo geral, os conceitos de urbano e rural fazem referência a dois mundos diversos, que requerem tratamentos distintos, em contraposição. Esse entendimento, segundo Perico (2009), é resultado de um processo histórico que fundamenta essa divisão a partir de um profundo isolamento do mundo rural. O resultado dessa diferenciação reflete na destinação de recursos públicos, no tratamento político e institucional, e nos discursos pautados na ideia de separação que se consolida numa visão dupla de desenvolvimento.

Segundo Abramovay (2003), a maneira como se definem as áreas rurais no Brasil contribui decisivamente para que o rural seja assimilado ao atraso, carência de serviços e falta de cidadania. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o autor, apresenta uma definição residual para o rural, ou seja, as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cuja definição é prerrogativa das prefeituras municipais, quanto as áreas urbanas, são assim consideradas aquelas com o mínimo de infraestrutura e serviços básicos.

Desse modo, o rural se torna aquilo que ainda não foi atingido pelas cidades e a emancipação social do rural passa a ser vista como a “urbanização do campo”, uma visão distorcida, segundo o autor (ABRAMOVAY,2003).

Durante o processo de industrialização era justificável o pensamento que relacionava as concentrações populacionais ao desenvolvimento, contudo, essa afirmativa é colocada em dúvida, pois como seria possível explicar a existência de áreas rurais dinâmicas. Nesse sentido, Abramovay (2003) aponta a realização de pesquisas estatísticas por institutos europeus e norte-

americanos no sentido de combater o vício conceitual na identificação do rural, de modo a não considerar apenas suas dinâmicas demográficas, mas também mensurá-las. Referidos estudos, segundo o autor, concluem que o rural não pode ser definido por oposição ao urbano e sim na sua relação com as cidades.

No mesmo sentido, Perico (2009) se opõe à dicotomia entre rural e urbano ressaltando que a condição urbana, por si só, não consegue determinar o desenvolvimento de uma sociedade. Nesse contexto, o autor defende a adoção da abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento rural, a partir da qual o território como concebido a partir da integração dos espaços rural e urbano, com “estruturas de densidade demográfica, setorialidade econômica e conformação de paisagem que se complementam, formando uma unidade indissolúvel em operações e funções, em suas redes, fluxos e em suas políticas” (PERICO, 2009, p. 46).

No que se refere à definição de território, Perico (2009) apresenta uma discussão acerca do conceito de Ratzel, que tem sua origem no contexto das preocupações da unificação alemã. Na concepção ratzeliana, o território expressa a conjugação de um povo (vivo) e uma terra (estática), seria uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo de pessoas, esse território tem o Estado por referência, portanto, constitui a expressão legal e moral do Estado, o que justificaria sua defesa e as conquistas de novos territórios. O conceito ratzeliano de território foi rapidamente aceito pelo estado alemão, pois continha evidentes características expansionistas. Essa concepção de território, portanto, está relacionada ao nível nacional, limitado pelas fronteiras e tem no Estado a única fonte de poder e de controle espacial.

Somente a partir da década de 1970, o conceito de território volta a ser debatido a partir de um sentido mais amplo, abrindo espaço para discussão de relações sociopolíticas que se estabelecem na apropriação e controle do espaço. Nessa linha, de acordo com Perico (2009), o geógrafo francês C. Raffestin, em 1986, criticou a unidimensionalidade que a geografia atribuiu ao território quando o limitou a sua expressão estatal, sem considerar os conflitos que ocorrem no interior dos Estados.

Raffestin baseou-se nas formulações de M. Foucault, que analisou o poder não como organização separada mas como algo que está distribuído e exercido em diversos níveis por meio da cadeia social e não apenas pelos que fazem parte do Estado, “Dessa forma, é possível identificar múltiplos poderes que se expressam de diferentes formas na ocupação dos espaços regionais e locais” (PERICO, 2009, p. 55). Para Raffestin o território deve ser abordado a partir da projeção do trabalho humano sobre determinado espaço físico, e assim o definiu:

(...) espaço onde o trabalho é projetado, desde a energia à informação, e em decorrência revela relações marcadas pelo poder (...) o território apóia-se no espaço, mas não é o espaço. Constitui produção a partir do espaço. Produção causada por todas as relações que a envolvem e que se inserem no campo do poder (...) (PERICO, 2009, p. 56).

Trata-se da concepção teórica que concebe o território a partir da ação humana, compreendendo que o espaço antecede o território, portanto, a formação do território a partir do espaço resulta da ação conduzida de um ator, que apropriar-se do espaço, de forma concreta ou abstrata, o territorializa. Geógrafos como R. Sack, também buscam conceituar o território a partir das motivações humanas. Para Sack, “o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo de pessoas que, com esse domínio, mantém controle e influências sobre o comportamento de outros e exerce relações de poder” (PERICO, 2009, p.56).

Há ainda outras diferentes vertentes sobre a concepção de território, segundo sua natureza ou enfoque de aproximação, ainda pode ser definido sob o ponto de vista jurídico-político, sob a concepção econômica, sociocultural, político-institucional, ambiental, entre outras, diversas são as teorias acerca do conceito de território tendo em vista a suamultidimensionalidade.

No que se refere à implementação da abordagem territorial do desenvolvimento, de acordo com Perico (2009), o território se difere dos municípios porque não se trata de uma organização político-administrativa e porque possui uma escala maior que o município, o que favorece o surgimento de dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais mais complexas e com maior capacidade de interferir na sustentabilidade dos processos dedesenvolvimento. O território é o lugar espacial e socioeconômico onde devem ocorrer os processos de descentralização das atividades governamentais e onde ocorrem as relações entre Estado e sociedade.

A base do enfoque territorial para o desenvolvimento reside na estratégia de valorizar ao máximo os elementos endógenos, o que significa aproveitar os recursos disponíveis no local, sendo o capital natural, humano, financeiro, social, cultural e político. De acordo com o autor (PERICO, 2009), portanto, a abordagem territorial não deve ser uma ação verticalizada do poder público, mas uma construção social que deve ocorrer a partir da mobilização de atores locais, com a valorização de elementos endógenos:

Assim, o panorama territorial permite formular uma proposta centrada nas pessoas que consideram a interação dos sistemas socioculturais e ambientais e que contemplam a integração produtiva e o aproveitamento competitivo de seus recursos como meios que possibilitam a cooperação e a co-responsabilidade dosatores sociais, mercados e políticas de intervenção

pública com perspectiva de se obter geração de riquezas com rendas sociais e equidade redistributiva, respeito à diversidade, solidariedade, justiça social e inclusão socioeconômica e política (PERICO, 2009, p.49).

De acordo com o autor, o enfoque territorial se alimenta “dessa necessidade de contar com visões que partam das interdependências entre as dimensões ambientais, econômicas e políticas” (PERICO, 2009, p. 33), portanto, a discussão sobre desenvolvimento rural e a territorialização do desenvolvimento perpassa, sobretudo, pelo conceito de identidade.

O autor define a identidade territorial como “o caráter que expressa atributos – étnicos, culturais, econômicos e políticos – apropriados pelas pessoas em seus respectivos espaços”, para o autor, contudo, não é possível restringir a identidade à sua natureza espacial, pois abrange outras expressões e dimensões não espaciais, como preferências religiosas, políticas, estéticas e sexuais, que da mesma forma são características de identidade, mas não restritas a um espaço (PERICO, 2009, p.25).

Nesse sentido, a recente experiência brasileira, com adoção da abordagem territorial para o desenvolvimento rural, definiu como importantes as identidades para a constituição dos territórios:

“(...) torna-se necessário resgatar o processo histórico de ocupação da região, a constituição de seus grupos sociais e formas de organização social e política, os principais movimentos sociais, migrações, conflitos sociais, manifestações culturais, ambientes naturais e recursos, sistemas agrários e acesso à terra e formas de produção e comercialização, tendo em vista apreender as formas como esses aspectos se inter-relacionam e são processados pelos atores sociais, atribuindo-lhes significados que indicam pertinência territorial (PERICO, 2009, p. 62).

Para Leite et al. (2010) abordagem territorial na perspectiva da intervenção governamental compreende três aspectos: governança, políticas públicas e desenvolvimento.

A governança, segundo os autores, tem como objetivo a promoção de instrumentos de democratização dos processos de participação social e de descentralização, de modo a criar condições para que sejam geridos socialmente (LEITE et al., 2010, p. 358). Os autores apresentam forte crítica à experiência de governança surgida no Brasil, especialmente durante a década de 1990, que definiam o município como local para atuação. Concluem que a partir do município a experiência de governança se mostrou limitada, influenciada por poderes das oligarquias tradicionais presentes nas prefeituras e câmaras de vereadores, e sua capacidade arregimentação política.

Neste ponto convergem com a concepção de Perico (2009) de que o território, por possuir uma escala maior que o município, permite maior afastamento das disputas de poder

presentes na esfera local, e favorece o surgimento de dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais com maior capacidade de interferir na sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

No que se refere às políticas públicas, a abordagem territorial possibilita, de acordo com Leite et al. (2010), a descentralização das políticas setoriais e a ampliação do controle social sobre elas, permitindo a melhoria da qualidade da oferta de serviços e bens públicos às populações, conforme os autores, as políticas territoriais podem oferecer soluções inovadoras às políticas setoriais, frente aos desafios sociais e econômicos como pobreza, desigualdade regional e questões ambientais.

Quanto à territorialização do desenvolvimento, os autores compreendem a criação de institucionalidades e articulação de atores e de políticas públicas que possibilitem dinâmicas endógenas capazes de sustentar processos de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento, a partir da abordagem territorial, está relacionado à forma como o Estado atua no espaço nacional, entendendo este espaço nacional como o conjunto de práticas públicas visando o equipamento do espaço nacional, a organização espacial dos serviços públicos, assim como a forma de articulação do Estado com os atores sociais (BONNAL; MALUF, 2007 citado por LEITE et al. 2010, p. 321).

Sob a perspectiva local, de acordo com os mesmos autores a abordagem da territorialização do desenvolvimento pode ocorrer quando o local é definido como território, nesse sentido é a definição de Leite et al.:

“Neste caso, o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidade para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território” (LEITE et al., 2010, p. 343).

Nesse contexto, o território é concebido como o local onde ocorre a intervenção governamental para criar ou fomentar uma institucionalidade pública que possa estimular processos definidos coletivamente de desenvolvimento sustentável do território.

A intervenção governamental nos territórios deve ocorrer de maneiras diversas a depender das dinâmicas endógenas presentes em cada território. Considerando territórios onde exista uma economia razoavelmente estruturada, tecido social minimamente articulado e atores sociais capazes de promoverem ações coletivas, a ação governamental deve assumir um caráter mais indutor ou de facilitador para que o processo de desenvolvimento deslanche, por exemplo,

promover articulações com atores de fora do território (LEITE, et al.,2010).

Contudo, em territórios onde a pobreza rural é relevante, com fragmentação e desarticulação econômica e social, a intervenção governamental deve ser mais ativa, para liderar a construção de uma estratégia de desenvolvimento. De acordo com Leite et al. (2010), deve-se priorizar a implementação de políticas públicas setoriais (econômicas, sociais, ambientais, culturais), não como distribuição de benesses, mas como criação de oportunidades para que agricultores possam acessar recursos que lhes permitam se organizar para obter renda e acessar direitos básicos de cidadania.

Os elementos aqui abordados são importantes para a compreensão da proposta implementada no Brasil, a partir de 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento rural, que parte do pressuposto da relação de interdependência existente entre o campo e a cidade, compreende o território como o espaço que reúne dinâmicas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais complexas e com capacidade de interferir na sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, que deve ocorrer a partir de processos de descentralização das atividades governamentais, possibilitando a participação social, as relações entre Estado e sociedade no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas.

4.2 A proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Territórios Rurais e Territórios da Cidadania: estudo de documentos oficiais

A partir do ano de 2003, o então Governo Federal implementa, em todo o país, uma nova proposta para o desenvolvimento rural, a partir da chamada abordagem territorial do desenvolvimento, com criação dos Territórios Rurais e Territórios de Cidadania. Com vistas a compreender a proposta governamental, será apresentada uma análise realizada a partir de documentos institucionais publicados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo os seguintes:

- i) Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005 (Série documentos institucionais,2).
- ii) Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais- PRONAT: Balanço de gestão 2003-2010. Brasília: MDA/SDT,2011.
- iii) Guia de orientações para atuação territorial – Programa Territórios da Cidadania. Brasília, DF: MDA/SDT,2014.
- iv) Programa “Territórios da Cidadania”: uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade

socioeconômica. OLIVEIRA, J. H.; Argentina, Nov. 2008.

A abordagem territorial para o planejamento e gestão de políticas públicas, visando o desenvolvimento social e econômico do meio rural brasileiro, tem o seu marco com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, seguida da implantação do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

A SDT foi instituída, oficialmente, pelo Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental do MDA. O Decreto estabelece a competência da SDT, em seu artigo 13, como a de articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento das regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário.

De acordo com o documento ora analisado (BRASIL, 2011, p. 40), a atuação da SDT seria pautada:

A atuação da SDT/MDA é pautada por ações que visam a promover a gestão social, por meio do fortalecimento dos atores sociais, bem como apoiar a dinamização econômica nos territórios rurais e a articulação de políticas públicas para dar suporte aos programas e projetos que compõem o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Durante a redemocratização do Brasil, conforme já abordado, passou-se a discutir a necessidade de criação de políticas públicas para diversos segmentos até então excluídos do processo de modernização. Os debates ocorridos na década de 1980 tiveram reflexos no modelo de desenvolvimento pensado para o rural, até então baseados em conceitos definidos de forma externa, para privilegiar novos modelos a partir de pesquisas e experiências nacionais e das organizações sociais (BRASIL, 2011).

Na década de 1990, num momento de avanço e consolidação de espaços democráticos, as organizações e movimentos sociais que mobilizavam camponeses e trabalhadores rurais, ampliaram as suas reivindicações por direitos, pelo reconhecimento como categoria social e pelo acesso a políticas públicas de inclusão social e econômica. Nesse período, surge a proposta precursora do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como resultado da luta das organizações e movimentos sociais, com apoio de pesquisadores e extensionistas (BRASIL, 2011), implantado em 1996 e que em 1999 foi transferido para o MDA.

As organizações sociais passaram a adotar a categoria de agricultor familiar para identificar a diversidade dos atores sociais presentes no meio rural brasileiro, termo utilizado

nos espaços de negociações para implantação de políticas públicas, especialmente para o acesso ao crédito, posteriormente, a categoria de agricultor familiar foi consolidada por meio da Lei nº 11.326, de 24 de maio de 2006 (BRASIL, 2011), que estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Esse período também pautou a questão da sustentabilidade como elemento do processo de desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento enquanto mero crescimento econômico enfrentou diversas críticas que trouxeram para o campo teórico a incorporação de diferentes dimensões à sua concepção, como as dimensões sociais, ambientais e política, gerando, portanto, inovações conceituais.

O desenvolvimento não poderia mais ser compreendido como equivalente ao crescimento econômico, portanto, no final da década de 1980, a inclusão da terminologia sustentável incorpora a relação com outros indicadores sociais e variáveis socioambientais (BRASIL, 2011). O conceito de sustentabilidade passa a abranger o referencial para o desenvolvimento a nível global, após a reunião da cúpula da Rio Eco - 92, com a criação da agenda 21.

Nesse contexto, o referencial para o desenvolvimento rural proposto pelo Governo Federal, com recorte territorial, considera o desenvolvimento de forma integral, segundo preceitos da sustentabilidade e da participação social (BRASIL, 2011).

A partir dessa concepção surge o Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), como política de desenvolvimento rural sustentável que incluía as múltiplas dimensões do desenvolvimento.

A proposta do Pronat foi formulada no ano de 2003, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), posteriormente nomeado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Condraf), e discutido no MDA e outros ministérios, tendo sido incorporada ao Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2004-2007. O Pronat apresenta como objetivos a promoção e apoio às iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais, com vistas à melhorar os níveis de qualidade de vida, mediante três eixos estratégicos: organização e fortalecimento dos atores sociais; adoção de princípios de práticas de gestão social; e promoção da implementação e integração de políticas públicas (BRASIL, 2011, p. 42).

O documento institucional publicado pela SDT/MDA com balanço da gestão do Pronat entre os anos de 2003 a 2010, destaca as questões priorizadas com a adoção do enfoque territorial:

- a) ordenar a ação e a governança de políticas públicas, articulando diversas agências nacionais, estaduais e municipais;
- b) incentivar a participação social na gestão pública;
- c) adaptar políticas públicas às demandas e condições locais, territoriais;
- d) gerar processos sustentáveis de desenvolvimento;
- e) reduzir desigualdades sociais, regionais e a pobreza; e
- f) ampliar a inclusão social e o acesso à direitos (BRASIL, 2011, p.31).

A formulação das bases conceituais do Pronat foram as experiências de desenvolvimento local vivenciadas no Brasil e de políticas territoriais implantadas na Europa, em países como a França e a Espanha (BRASIL, 2011), a exemplo do LEADER (Leadership for Environment Development – “Liderança para o Desenvolvimento do Ambiente”), programa criado em 1991 com o objetivo de promover a dinamização de áreas rurais consideradas economicamente menos favorecidas, a proposta de desenvolvimento rural baseia-se na cooperação local e na geração de ações e estratégias locais, com valorização das potencialidades do território, portanto, com base no desenvolvimento endógeno.

O Pronat estabelece o território como unidade de gestão e de planejamento, considerando este espaço partir da identidade, diversidade, cultura, aspectos econômicos e ambientais e com a presença significativa da agricultura familiar.

Na concepção adotada pela SDT/MDA, o território tem o sentido de espaço ocupado e transformado pelo ser humano, tendo como referência importante o conceito oferecido por Santos e Silveira (2001) de “território utilizado”:

A busca de uma periodização do território brasileiro é um partido essencial para um projeto ambicioso: fazer falar a nação pelo território. Assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada por Celso Furtado, o povo, por Darcy Ribeiro, e a cultura, por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada da nação (SANTOS e SILVEIRA, 2001 apud por OLIVEIRA, 2008, p. 3).

De acordo com Oliveira (2008), neste conceito que norteia a definição adotada pela SDT/MDA, o território é marcado pela interdependência entre os instrumentos e processos que transformam os espaços, pela importância da política, da economia e das relações sociais presentes, registrados na escala com que o território é apropriado e construído.

O Pronat, portanto, adota como a seguinte base conceitual de território:

(...) um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão

social, cultural e territorial (BRASIL, 2005).

No que se refere à abordagem territorial como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, é compreendida pela SDT/MDA a partir de quatro aspectos fundamentais:

- i) O rural não se restringe ao agrícola, mais do que um setor econômico, o rural se define por suas características espaciais – menor grau de artificialização do ambiente, menor densidade populacional, maior peso dos fatores naturais;
- ii) A escala municipal é muito restrita para o planejamento visando a promoção do desenvolvimento, por outro lado, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta das especificidades e heterogeneidades locais;
- iii) A necessidade de descentralização das políticas públicas, com maior atribuição de competências aos espaços locais;
- iv) O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas para as iniciativas de desenvolvimento (BRASIL, 2005, p.8).

A abordagem territorial pressupõe a utilização de um método que favoreça os processos de desenvolvimento, o que não depende de uma ação verticalizada do poder público, mas da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem, identifiquem as potencialidades e fragilidades locais, e definam um projeto de desenvolvimento.

De acordo com o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, publicado pela SDT/MDA em 2005, a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável trata-se de “uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riqueza com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social” (BRASIL, 2005, p. 8).

Nesse aspecto, surge a adoção do conceito de capital social, assim entendido o capital social dos territórios como o conjunto de relações, sejam pessoais, sociais ou institucionais que podem ser mobilizadas pelas pessoas e organizações para determinado fim, o que exige o estabelecimento de confiança, reciprocidade e cooperação, seria a capacidade de pessoas e grupos de:

Estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações (BRASIL, 2005, p. 9).

A noção de capital social vem se contrapor ao entendimento que predominou na civilização moderna de que a sociedade é composta por um conjunto de indivíduos que agem de forma individual e atingem seus objetivos independentemente uns dos outros. Desse modo, o sistema social consistiria na combinação das ações dos indivíduos independentemente (ABRAMOVAY, 2003). O capital social, ao contrário, permite concluir que os indivíduos não agem independentemente e suas ações não são definidas de maneira isolada.

O capital social, ensina Coleman (1990, p.302), não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto em uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura (ABRAMOVAY, 2003, p. 86).

Nesse sentido, segundo Abramovay (2003), o capital social é produtivo porque torna possível o alcance de objetivos que não seriam atingidos em sua ausência, por exemplo, quando agricultores foram um fundo de aval e conseguem acessar recursos bancários lhes seriam negados individualmente. Abramovay (2003) aborda as teorias apresentadas por Putman e Coleman, de acordo com as quais, o capital social é um conjunto de recursos de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade. O autor aborda ainda a crítica acerca da utilização do termo “capital” para nomear referidos atributos sociais, tendo em vista que o capital, em tese, se diz respeito à apropriação privada, enquanto o capital social se relaciona com o bem público.

Desse modo, a possibilidade de uso dos recursos disponíveis, do capital social, pode estabelecer novas relações entre os habitantes de uma região. De acordo com a SDT/MDA, o capital social tem reflexos na identidade territorial e é decisivo para o projeto de futuro do território.

Assim, a abordagem territorial do desenvolvimento rural, implantada pela SDT/MDA, parte do entendimento de que o rural não pode ser visto apenas como espaço de produção agrícola, é espaço de vida, que envolve aspectos econômicos, sociais e culturais que o caracterizam, que lhe dão identidade, com potencialidades e fragilidades. Essas especificidades que fazem parte da vida das pessoas que habitam o meio rural são superficialmente trabalhadas pelos gestores públicos, que tendem a homogeneizar ou padronizar a implantação de políticas públicas (BRASIL, 2014).

A concepção da estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, portanto, “refere-se ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, à degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural

brasileiro” (BRASIL,2011).

Portanto, a abordagem territorial como referência no processo de desenvolvimento rural destaca a necessidade de adequação das políticas públicas às especificidades dos territórios, o que só é possível a partir da participação dos atores desses territórios na discussão. Desse modo, a SDT buscou apoiar, estimular e fortalecer a participação e a gestão social como formas de estimular os atores na busca do desenvolvimento dos territórios que habitam (BRASIL, 2014), por meio da implantação do Pronat, a partir de 2003, com a criação dos Territórios Rurais e, a partir de 2008, com o Programa Territórios da Cidadania (PTC).

De acordo com Oliveira (2008), o Território Rural, consiste em um conjunto de municípios que abrigam populações que reconhecem suas relações de pertencimento àquele espaço e de participação no processo histórico de construção social que tem como resultado uma sociedade diversificada e um espaço modificado, onde são capazes de identificar traços comuns no tecido social, na cultura e no ambiente.

Os Territórios Rurais são entendidos como conjunto de municípios agrupados a partir da predominância de elementos rurais (abaixo de 80 habitantes/km² e população média por município menor do que 50 mil habitantes, ainda que dentre esses municípios esteja inserido algum município pólo, com mais de 50 mil habitantes) e de critérios de proximidade geográfica e coesão social (BRASIL, 2005):

“Essas regiões estão dentre as mais pobres do País e, geralmente, possuem capital social pouco desenvolvido, devido a fatores econômicos (falta de meios, pobreza, desemprego); sociais (dependência, subordinação, pouca organização social); geográficos (isolamento, dificuldade de comunicações, limitantes naturais); educacionais (educação formal deficiente, analfabetismo, baixa informação e capacitação); e práticas políticas (pouca participação, clientelismo). Esses elementos desfavoráveis reduziram dramaticamente as chances da cidadania e da participação, acentuando as assimetrias sociais, econômicas e políticas. Em algumas partes, os fatores desagregadores são parcialmente compensados por forte identidade cultural e pela solidariedade, desenvolvidas sobre práticas sociais de fé, de trabalho conjunto, compartilhamento de recursos naturais escassos e uso comum da terra para criação de animais” (BRASIL, 2005).

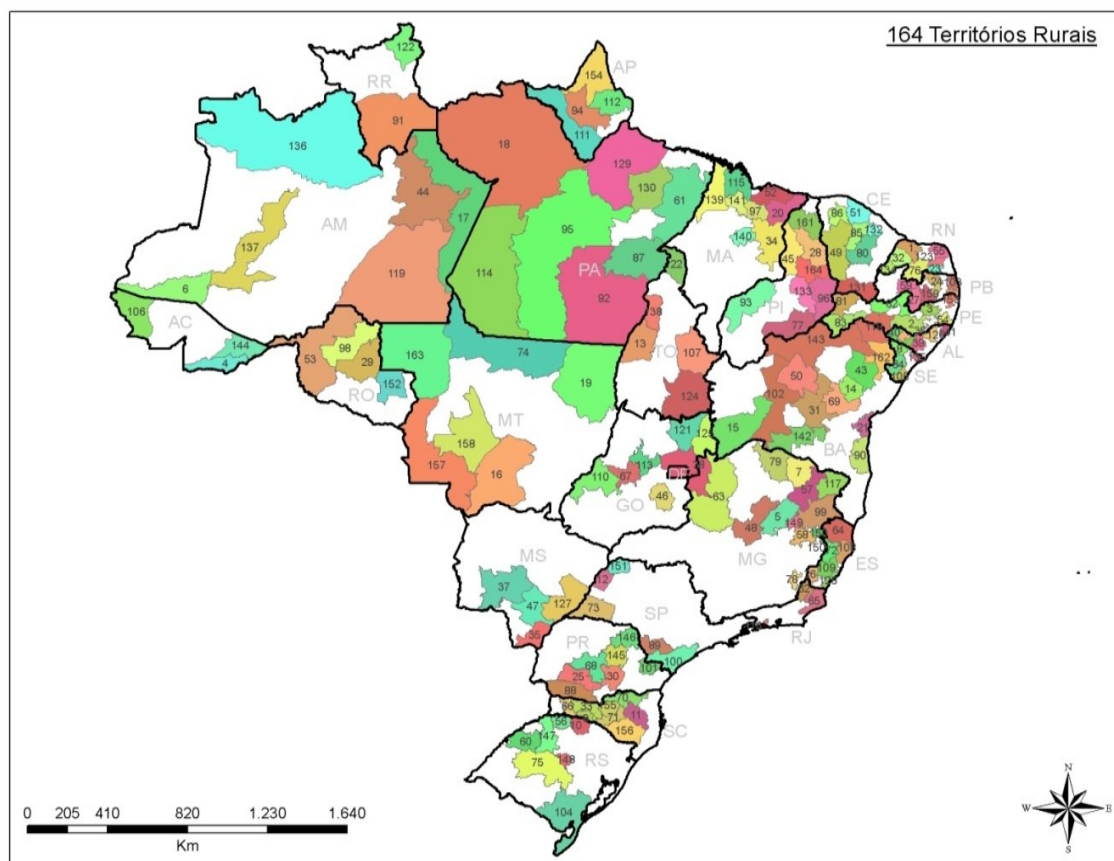
Até o ano de 2013 em todo o Brasil existiam 164 Territórios Rurais homologados pela SDT/MDA, conforme Figura 1. Posteriormente outros territórios foram criados chegando ao total de 239 Territórios Rurais, contudo, em razão da retirada de informações do sistema do Governo Federal, especialmente o Sistema de Informações Territoriais (SIT), que reunia todos os dados sobre os territórios, não foi possível localizar o mapa com o número final de territórios reconhecidos, portanto, a Figura 8, traz os 164 Territórios Rurais.

O Programa Territórios da Cidadania, por sua vez, foi parte da agenda social do então Governo Federal, criado por meio do Decreto Presidencial de 25 de fevereiro de 2008, e voltado para territórios rurais que apresentavam piores condições de desenvolvimento. Foram inseridos no programa 120 territórios (BRASIL, 2014), conforme figura 9.

Para escolha dos 120 Territórios da Cidadania foram observados os seguintes critérios: menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados de Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação (OLIVEIRA, 2008).

O principal objetivo do PTC consistiu na superação da pobreza e das desigualdades no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, e a geração de trabalho e renda, por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável a partir da integração de políticas públicas, ampliação de mecanismos de participação social na gestão de políticas públicas, ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania e inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais como quilombolas e indígenas (BRASIL, 2011).

Figura 8 - Localização dos 164 Territórios Rurais no Brasil



Legenda

☐ Brasil

Territórios Rurais

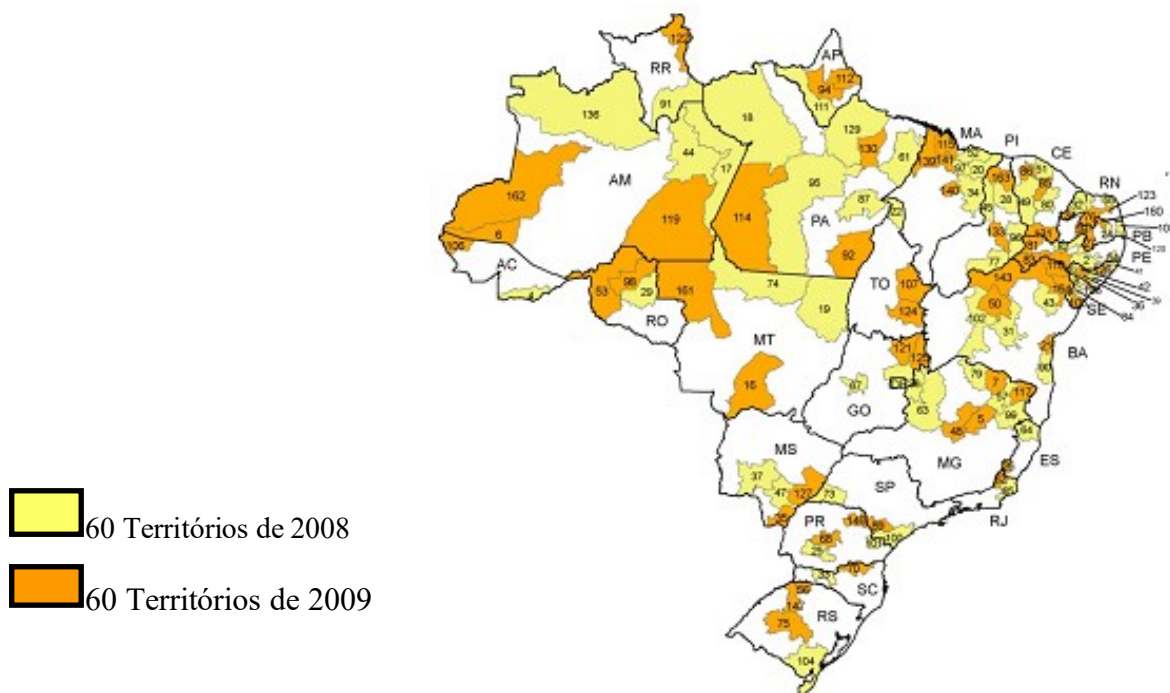
Cod - TR - UF

- | | | | | |
|---------------------------------|--------------------------------------|--|--|------------------------------------|
| 001 - Agu-Mossoró - RN | 035 - Cone Sul - MS | 069 - Piemonte Do Paraguai - BA | 103 - Zona Da Mata Norte - PB | 137 - Médio Juruá - AM |
| 002 - Agreste Meridional - PE | 036 - Da Baía Lesteira - AL | 070 - Planalto Norte - SC | 104 - Zona Sul Do Estado - RS | 138 - Médio Araguaia - TO |
| 003 - Agreste Central - PE | 037 - Da Reforma - MS | 071 - Planalto Catarinense - SC | 105 - Sul Sergipano - SE | 139 - Alto Turi e Guri - MA |
| 004 - Alto Acre e Capixaba - AC | 038 - Das Águas Emendadas - DF/GO/MG | 072 - Pólo Colatina - ES | 106 - Vale Do Juruá - AC | 140 - Médio Meaurim - MA |
| 005 - Alto Jequitinhonha - MG | 039 - Do Agreste - AL | 073 - Pontal Do Paranapanema - SP | 107 - Japalaço - TO | 141 - Campo e Lagos - MA |
| 006 - Alto Juruá - AM | 040 - Do Alto Sertão - AL | 074 - Portal Da Amazônia - MT | 108 - Jupanã - ES | 142 - Sertão Produtivo - BA |
| 007 - Alto Rio Pardo - MG | 041 - Do Litoral Norte - AL | 075 - Região Central - RS | 109 - Das Montanhas e Águas do Espírito - ES | 143 - Sertão Do São Francisco - BA |
| 008 - Alto Sertão - SE | 042 - Do Médio Sertão - AL | 076 - Seridó - RN | 110 - Médio Araguaia - GO | 144 - Baixo Acre - AC |
| 009 - Alto Uruguai - SC | 043 - Do Sisal - BA | 077 - Serra Da Capivara - PI | 111 - Sul Do Amapá - AP | 145 - Caminhos do Tibagi - PR |
| 010 - Alto Uruguai - RS | 044 - Manaus e Entorno - AM | 078 - Serra do Engadeiro - MG | 112 - Dos Lagos - TO | 146 - Norte Pioneiro - PR |
| 011 - Alto Vale do Itajaí - SC | 045 - Entre Rios - PI | 079 - Serra Geral - MG | 113 - Vale Do São Patrício - GO | 147 - Noroeste Colonial - RS |
| 012 - Andradina - SP | 046 - Estrada De Ferro - GO | 080 - Sertão Central - CE | 114 - BR 163 - PA | 148 - Centro Serra - RS |
| 013 - Apa Carão - TO | 047 - Grande Dourados - MS | 081 - Sertão do Araripe - PE | 115 - Baixada Ocidental - MA | 149 - Alto Sagu Grande - MG |
| 014 - Baía Do Jacuípe - BA | 048 - Sertão de Minas - MG | 082 - Sertão Do Pajeú - PE | 116 - Baía de Ilha Grande - RJ | 150 - São Mateus - MG |
| 015 - Baía Do Rio Corrente - BA | 049 - Inhamuns Cratêis - CE | 083 - Sertão Do São Francisco - PE | 117 - Baixo Jequitinhonha - MG | 151 - Noroeste Paulista - SP |
| 016 - Baixada Cuabana - MT | 050 - Iracó - BA | 084 - Sertão Ocidental - SE | 118 - Itaipica - BA/PE | 152 - Rio Machado - RO |
| 017 - Baixo Amazonas - AM | 051 - Vales do Curu e Aracatiçá - CE | 085 - Sertões De Caninde - CE | 119 - Madeira - AM | 153 - Mata Norte - PE |
| 018 - Baixo Amazonas - PA | 052 - Lençóis Maranhenses/Murin - MA | 086 - Sobral - CE | 120 - Zona Da Mata Sul - PB | 154 - Extremo Norte - AP |
| 019 - Baixo Araguaia - MT | 053 - Madeira Mamorê - RO | 087 - Sudeste Paraense - PA | 121 - Chapada dos Veadeiros - GO | 155 - Alto Vale do Rio Peixe - SC |
| 020 - Baixo Parnaíba - MA | 054 - Mata Sul - PE | 088 - Sudoeste Paranaense - PR | 122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marco | 156 - Serra Catarinense - SC |
| 021 - Baixo Sul - BA | 055 - Mata Grande - RN | 089 - Sudoeste Paulista - SP | 123 - Potengi - RN | 157 - Grande Carceres - MT |
| 022 - Bico Do Papagaio - TO | 056 - Médio Alto Uruguai - RS | 090 - Litoral Sul - BA | 124 - Sudeste - TO | 158 - Alto Paraguaí - MT |
| 023 - Trairi - RN | 057 - Médio Jequitinhonha - MG | 091 - Sul De Roraima - RR | 125 - Vale do Paraná - GO | 159 - Cariri Oriental - PB |
| 024 - Bortorema - PB | 058 - Médio Rio Doce - MG | 092 - Sul Do Pará/Alto Xingu - PA | 126 - Mata Alagoana - AL | 160 - Curimatá - PB |
| 025 - Cantuquinguiçá - PR | 059 - Médio Sertão - PB | 093 - Tabuleiros Do Alto Parnaíba - PI | 127 - Vale do Ivinhema - MS | 161 - Cocais - PI |
| 026 - Caparaó - ES | 060 - Missões - RS | 094 - Centro Oeste - AP | 128 - Sul Litorâneo - ES | 162 - Semi-árido Nordeste II - BA |
| 027 - Cariri Ocidental - PB | 061 - Nordeste Paraense - PA | 095 - Transamazônica - PA | 129 - Marajó - PA | 163 - Noroeste - MT |
| 028 - Carnaubais - PI | 062 - Noroeste - RJ | 096 - Vale Do Guanhães - PI | 130 - Baixo Tocantins - PA | 164 - Vale do Sombrio - PI |
| 029 - Central - RO | 063 - Noroeste De Minas - MG | 097 - Vale Do Itapetucuru - MA | 131 - Cariri - CE | |
| 030 - Centro Sul - PR | 064 - Norte - ES | 098 - Vale Do Jariari - RO | 132 - Baburité - CE | |
| 031 - Chapada Diamantina - BA | 065 - Norte - RJ | 099 - Vale Do Mucuri - MG | 133 - Vale do Caninde - PI | |

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Fonte:Brasil, 2009

Figura 9 - Localização dos 120 Territórios da Cidadania



Fonte: Brasil, 2009

O PTC da mesma forma teve como premissa a existência de um Colegiado Territorial como instância de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas e os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) como referência para a identificação de demandas, financiamento de projetos, integração de políticas públicas e elaboração de planos e programas setoriais.

A gestão social na abordagem territorial está relacionada à existência e ao fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o colegiado foi definido como instância central para articular as políticas públicas e as iniciativas para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, portanto, é a instância de gestão social do território, composto por representantes governamentais e da sociedade civil.

Por gestão social entende-se o processo em que os atores sociais de um território se envolvem desde a mobilização até a implementação e avaliação das ações planejadas, o que compreende as etapas de diagnóstico, elaboração de planos, projetos e negociação política. A gestão social, portanto, vai além da participação nos espaços de deliberação e consulta sobre políticas públicas, e implica em “um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território” (BRASIL, 2005, p. 10).

Há, na concepção da SDT/MDA, a perspectiva de que a gestão social nos territórios

se concretize por meio de processos ascendentes, com protagonismo dos agentes locais, se contrapondo à lógica vertical e descendente, na qual o governo apresenta a iniciativa e a população se envolve na sua implementação. Nesta concepção, a gestão social ainda vai além da concepção de participação como mero instrumento de fiscalização da aplicação dos recursos públicos, conforme ocorre nos conselhos e fóruns locais. Trata-se de possibilitar a ampliação da eficácia e eficiência das políticas públicas, aproximando as demandas sociais dos investimentos governamentais.

As institucionalidades territoriais, por sua vez, representam os espaços de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais (sociedade civil e poder público) voltados à gestão social de políticas e ao desenvolvimento sustentável dos territórios. Essas institucionalidades poderiam ser espaços já existentes nos territórios, como consórcios, comitês, comissões, conselhos, entre outros, contudo, onde esses espaços não existiam ou não estivessem abertos à proposta de implementação da abordagem territorial, a SDT/MDA incentivou a criação das Comissões de Implantação das Ações Territoriais (CIATs), posteriormente denominadas Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeter), reconhecidos como a institucionalidade responsável pelo planejamento territorial, pela gestão social das políticas públicas e pelo desenvolvimento sustentável do território.

A SDT/MDA apresenta três instrumentos fundamentais para o planejamento e a gestão territorial: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), os projetos específicos dos territórios, e o monitoramento e avaliação das iniciativas.

O processo de elaboração do PTDRS pressupõe a mobilização e participação da maioria dos atores sociais do território, deve representar um conjunto organizado de decisões e de proposições que conformam um acordo territorial. A construção do plano deve passar pela reflexão crítica sobre os problemas e potencialidades, fragilidades e oportunidade, resultando na propositura de iniciativas na forma de projetos que concretizem a “visão de futuro” do território (BRASIL, 2005).

Portanto, o PTDRS deve constituir-se como um instrumento de gestão do desenvolvimento territorial, construído de forma participativa, com caráter multidimensional e multisetorial e, deve prever mecanismos de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento.

O instrumento de gestão referente ao apoio à projetos específicos dos territórios, diz respeito à disponibilização de recursos para financiamento de projetos. A SDT/MDA assumiu, a partir de 2003 a execução do Pronaf “Infraestrutura e Serviços Municipais”, que em 2005 foi incorporado ao Plano Plurianual 2004-2007 na forma de ação orçamentária “Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais” - Proinf (BRASIL, 2005).

O Pronaf Infraestrutura, ou Proinf, teve os seus objetivos, conceitos e metodologias redesenhados para se adequar ao novo enfoque territorial. Passou a ter o seu foco voltado para a dinamização das economias territoriais, o fortalecimento das redes sociais de cooperação e o fortalecimento da gestão social. O apoio prestado pela SDT/MDA consistia em financiar projetos para implantação, ampliação, modernização de infraestruturas necessárias ao fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de promover a dinamização deste setor (BRASIL, 2011), de acordo com os PTDRSs dos territórios, portanto, as prioridades de investimentos do Pronaf Infraestrutura deveriam ser os territórios rurais, sendo os projetos aprovados nos Colegiados Territoriais.

O modelo de gestão social incorporado pela SDT/MDA busca criar formas institucionalizadas de participação, uma maneira de tratar os assuntos públicos, em especial as políticas e ações voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais, a partir de sistemas descentralizados, com participação social, fluidez de informações, estabelecimento de parcerias e articulações em redes sociais (BRASIL, 2011).

Para consolidação dos Colegiados Territoriais, a gestão social é exercitada de forma sistêmica. Os atores sociais, sociedade civil e poder público, participam do processo de gestão social desde a mobilização e sensibilização dos atores sociais e são envolvidos até o acompanhamento e controle social das ações pactuadas, de modo que essas fases ocorrem por meio de um processo cíclico, sem que haja a conclusão de uma etapa para que se inicie outra.

Assim, a gestão social na abordagem territorial apresenta quatro elementos básicos, conforme documento sob análise (BRASIL, 2011):

- 1) Planejamento – definição do futuro almejado, com projetos e metas;
- 2) Organização – definição de como os projetos e metas serão alcançados, distribuindo responsabilidades;
- 3) Coordenação – influenciar, motivar as pessoas para que cumpram com os objetivos assumidos e definidos em comum;
- 4) Controle social – após planejado, organizado e deliberado, é preciso fazer o acompanhamento das atividades, a fim de garantir a execução do planejado, com correções de desvios, se necessário.

O Colegiado Territorial tem papel fundamental na gestão social do território, trata-se de espaço privilegiado onde se encontram diversos atores, de diferentes níveis de poder e, onde se materializa a participação. Desse modo, o papel do Colegiado Territorial é possibilitar a gestão social, por meio da articulação de políticas públicas, da promoção do processo de planejamento e organização social em torno da proposta de desenvolvimento sustentável do

território.

O Pontal do Paranapanema foi uma das regiões onde a proposta da SDT/MDA para o desenvolvimento rural, a partir do enfoque territorial, foi implantada, sendo reconhecido como Território Rural em 2005 e incluído no Programa Territórios da Cidadania em 2008. A seguir será abordado o processo de implantação do Pronat no Pontal do Paranapanema, a partir da constituição do colegiado e a experiência de gestão social que o programa possibilitou.

5 A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA – ANÁLISE DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (Codeter)

5.1 A criação do território e o processo de consolidação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)

No Estado de São Paulo foram criados cinco Territórios Rurais (Figura 8), desses, três foram reconhecidos como Territórios da Cidadania, são eles: Pontal do Paranapanema (32 municípios), Sudoeste Paulista (15 municípios) e Vale do Ribeira (25 municípios). Os Territórios de Andradina (11 municípios) e Noroeste Paulista (36 municípios) se enquadram na categoria de Territórios Rurais.

O Território da Cidadania Pontal do Paranapanema está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo (Figura 7). O processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema-SP teve início a partir de 2004 após a homologação do território. Todo o trabalho inicial de mobilização dos atores locais com a realização das primeiras reuniões, foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), por meio da Articuladora Estadual, a contratação dessa profissional foi realizada a partir de parceria firmada pela SDT/MDA com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Além da figura da Articuladora Estadual, o Pronat previa também a contratação de outro profissional, chamado inicialmente de Articulador Territorial, posteriormente chamado de Assessor Territorial e, finalmente, Assessor Territorial de Gestão Social (ATGS), cuja contratação ocorreu, num primeiro momento, por meio de instituições parceiras que firmavam contrato de repasse junto à Caixa Econômica Federal (CEF), e recebiam recursos do Pronat para pagamento de assessoria e custeio de atividades, como oficinas, capacitações, reuniões, entre outras, portanto, esses contratos tinham por objetivo apoiar as ações de desenvolvimento territorial. Por fim, o apoio às ações e gestão territoriais foi efetivado por meio da implantação do Núcleo de Extensão ao Desenvolvimento Territorial (NEDET), que previa, para além da figura do Assessor Territorial, que passou a ser chamado Assessor Técnico Territorial (ATGS), também a contratação de Assessor Territorial de Inclusão Produtiva (ATIP), e com a presença de um coordenador, este contrato foi firmado por meio de parceria entre a SDT/MDA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e, no caso do Pontal do Paranapanema, com Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, de Presidente

Prudente (período de 2014 a 2016).

O Território Pontal do Paranapanema contou com apoio de assessoria profissional a partir de 2006, de acordo com Souza (2010), “a partir de abril de 2006 a Cúria Diocesana de Presidente Prudente celebrou contrato de repasse com a SDT/MDA para apoiar as ações de desenvolvimento territorial”¹.

Desse modo, parte das informações obtidas para análise do processo de implantação do Programa de Desenvolvimento Territorial Rural, foram extraídas dos relatórios produzidos pelas Assessorias Estadual e Territorial, bem como de documentos do Colegiado como listas de presenças, atas e relatórios sobre as ações realizadas.

Também serviu como importante fonte para o presente estudo a análise de informações obtidas por meio de relatórios gerados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE). De acordo com o documento orientador (BRASIL, 2010) o SGE foi desenvolvido pela SDT para contribuir com a gestão social nos territórios rurais e, conseqüentemente, possibilitar o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento rural com enfoque territorial, por meio da melhoria dos canais de registro das informações e do acesso às mesmas, portanto, o SGE tinha como objetivo “promover e facilitar o acesso às informações que subsidiem a gestão territorial; realizar avaliação da gestão, de resultados e de impactos da política; e disponibilizar instrumentos para melhorar a qualidade dos investimentos públicos” (Brasil, 2010). O SGE estava organizado a partir de três ambientes gerais: Sistema de Informações Territoriais (SIT); Resultado da Gestão Territorial; e Ambientes de Gestão (Brasil, 2010)².

Desse modo, a partir da análise de relatório elaborado pela Articuladora Estadual (SOUZA, 2010), é possível compreender o início do processo de implantação da estratégia de desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema. A partir da homologação do território ocorrida em 2004, a SDT/MDA promoveu as primeiras reuniões no próprio território, visando

¹O Contrato de Repasse firmado entre a Mitra Diocesana, CEF e SDT/MDA, previu a contratação do Articulador Territorial pelo período de um ano, conforme Plano de Trabalho.

²De acordo com o documento orientador (BRASIL, 2010) os ambientes contidos no SGE destinavam-se à inserção das seguintes informações: a) Sistema de Informações Territoriais (SIT): armazena dados sobre a situação dos territórios com indicadores econômicos, sociais, ambientais, institucionais, culturais e políticos. Deve permitir a análise intertemporal da evolução territorial e dar suporte aos diagnósticos. b) Resultado da Gestão Territorial: apresenta indicadores para a avaliação dos diferentes processos que compreendem a gestão da política de desenvolvimento rural com a definição de Indicadores de Desenvolvimento, Gestão dos Colegiados, Gestão de Projetos e Gestão do Programa; c) Ambientes de Gestão: se caracteriza por ser o espaço de alimentação e de consulta do sistema. Possibilita um ambiente interativo de gestão no qual o usuário que desenvolve algum tipo de ação nos territórios pode registrar informações que poderão ser consultadas através do sistema. São componentes do Ambiente de Gestão: Células de Acompanhamento e Informação, Entidades Parceiras, Articulador Estadual, Proinf, Plano de Providências e Colegiados em Rede.

a mobilização e sensibilização dos atores locais e, em março de 2005, foi realizada a primeira oficina territorial para apresentação da proposta metodológica e articulação das ações territoriais, quando foi constituída uma comissão provisória, chamada Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), a qual, segundo Souza (2010), tinha como objetivo:

(...) consolidar a constituição de um colegiado territorial capaz de conduzir o processo de mobilização de coordenar a construção do PTDRS. Esta comissão também ficou com a incumbência de indicar uma instituição gestora dos recursos destinados pela SDT/MDA ao território para apoio à elaboração do PTDRS e articulação territorial (SOUZA, 2010).

5.1.1 O Plenário do Colegiado

Na sua primeira composição a CIAT contou com maior presença das organizações sociais e menor presença de órgãos públicos, ambos representantes essencialmente do setor agrícola/agrário, ligados às organizações de agricultores assentados da reforma agrárias e prefeituras dos municípios com assentamentos (BRASIL, 2010b), de acordo com a ata da reunião realizada no dia 20/04/2005 (Quadro 4).

Quadro 4 - Composição inicial da Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT)

Poder Público	Sociedade Civil
1. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)	1. Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Presidente Epitácio
2. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)	2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	3. Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)
4. Universidade Estadual Paulista (Unesp)	4. Cooperativa de Cooperação Agrícola (CCA)
5. Escola Técnica de Rancharia	5. Uniterra
6. Caixa Econômica Federal	6. ONG Pontal Ambiental
7. Unipontal	7. Associação de Agricultores de Agice – Rancharia
8. Associação de Municípios com Assentamentos	8. Associação Pequenos Agricultores do Assentamento Santa Rita III - Caiuá
	9. Associação de Cooperação Agrícola Pontal (ACAP) – Mirante do Paranapanema
	10. Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal (Cocamp)
	11. Cocapar
	12. Projovem

Fonte: Ata da reunião da CIAT realizada no dia 20/04/2005

Conforme relata Souza (2010), no período de 2005 a 2007, a CIAT manteve a participação dos atores locais sem maiores alterações. Neste período, a CIAT se consolidou enquanto institucionalidade responsável pelo planejamento, gestão e controle social das ações implementadas por meio da estratégia de desenvolvimento territorial da SDT/MDA. Entre os anos de 2005 a 2007 foram realizadas atividades que resultaram na elaboração da primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), primeiros ciclos de gestão do Programa de Infraestrutura e Serviços (Proinf), ainda, houve a discussão e elaboração de uma primeira versão do Regimento Interno (BRASIL, 2010b).

No ano de 2008, o Território Pontal do Paranapanema foi inserido no Programa Territórios da Cidadania (PTC), o que possibilitou a ampliação das temáticas, programas e políticas públicas discutidas pelos membros da comissão, destacando-se as políticas de educação, cultura, saúde e assistência social, contidas na matriz do PTC, este fato também representou importante mudança na composição da CIAT, notadamente em relação ao aumento da participação do Poder Público, o que demandou uma nova organização da CIAT que, neste período, deixou de ser uma comissão provisória para se tornar um colegiado permanente, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), de acordo com Souza (2010):

(...) um dos marcos no desenvolvimento da gestão social de políticas públicas e do enfoque territorial no Pontal do Paranapanema e que demandou uma nova estruturação do colegiado foi a inclusão desse território no Programa Territórios da Cidadania a partir de 2008. Esse Programa aumentou consideravelmente o leque de políticas públicas e temáticas discutidas no âmbito do colegiado, proporcionando uma ampliação da visão de futuro do território e inserindo temáticas e atores do poder público até então à margem do colegiado ou insensíveis ao processo de gestão social de políticas públicas. Os atores territoriais se sentiram desafiados em estruturar mecanismos que dessem conta de discutir e acompanhar a implementação das diversas políticas públicas priorizadas pelos 22 ministérios que fazem parte do PTC.

Em 10 dezembro de 2009 foi realizada uma plenária na qual os membros do colegiado aprovaram um novo Regimento Interno (BRASIL, 2010b), documento este resultado de um processo de várias reuniões realizadas para discussão do conteúdo, até que fosse apresentado ao Plenário, conforme se observa no anexoreferente à agenda do colegiado extraída do SGE. Este Regimento Interno estabeleceu uma nova estrutura para o Colegiado, antes era composto pelo Plenário, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico, a partir de então, com a aprovação do novo Regimento, passou a ser composto pelas seguintes instâncias de organização: Plenário, Coordenação Executiva (Núcleo Dirigente), Núcleo Técnico, Microrregiões (cinco microrregiões) e Câmaras Temáticas, sendo a de Educação e Cultura, Saúde, Desenvolvimento Social e Organização da Produção e Comercialização, (BRASIL, 2010b).

De acordo com o Regimento Interno, o Plenário é a instância máxima de deliberação do Colegiado, ao qual cabe definir diretrizes e aprovar projetos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do território.

O Plenário é composto por 20 (vinte) entidades da sociedade civil e 20 (vinte) do poder público dos 32 (trinta e dois) municípios que compõem o Território Pontal do Paranapanema, portanto, respeitada a paridade entre poder público e sociedade civil. Reúne-se anualmente para deliberar sobre as questões estratégicas do desenvolvimento territorial, elaborar a agenda anual e avaliar as ações implementadas. O Plenário também é responsável pela inclusão e exclusão de membros e alterações no Regimento Interno.

As entidades que compõem o Plenário são consideradas titulares, com direito a voz e voto, ou participativas com direito a voz. A definição de quais são entidades titulares e quais são entidades participativas se dá por meio de eleição em assembléia convocada especificamente para esse fim a cada dois anos. As entidades não eleitas são consideradas membros participativos.

O artigo 7º do Regimento Interno, aprovado em dezembro de 2009, detalha as competências do Plenário do Colegiado:

- a) Apreciar e deliberar sobre projetos e ações a serem implementados com vistas ao desenvolvimento sustentável do território, aprovando ou rejeitando as decisões da Coordenação Executiva, das Coordenações das Câmaras Temáticas, dos Núcleos Técnicos e Micro-regiões;
 - b) Contribuir para o processo permanente de mobilização e sensibilização dos atores locais com vistas a comprometê-los com a discussão do desenvolvimento sustentável do território;
 - c) Acompanhar e avaliar o processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento;
 - d) Analisar, propor e aprovar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, em seus diversos ciclos;
 - e) Atuar na articulação do programa *Territórios da Cidadania*, de modo a dar ampla divulgação ao Programa, a identificar as demandas locais, fazer sugestões que contribuam para a qualificação e integração de ações do programa, exercer o controle social do mesmo;
 - f) Eleger as entidades titulares e entidades participativas que constituirão do Plenário do CODETER;
 - g) Eleger a Coordenação Executiva;
 - h) Apreciar e deliberar sobre a exclusão e substituição de membros do Plenário, da Coordenação Executiva, das Coordenações das Câmaras Temáticas, dos Núcleos Técnicos e das Micro-regiões;
 - i) Aprovar ou rejeitar o relatório anual apresentado pela Coordenação Executiva;
 - j) Aprovar e alterar este Regimento Interno;
 - k) Apreciar e deliberar sobre os casos omissos não previstos neste Regimento Interno
- (REGIMENTO INTERNO, 2009).

Os procedimentos para oficializar a indicação de representantes pelas entidades e a

eleição das mesmas para compor o Plenário foi definido a partir da assembléia realizada em dezembro de 2009, quando o colegiado passou a adotar a exigência de que a indicação de representantes pelas entidades ocorresse por meio de apresentação de ofício, desse modo, foram sendo definidos os procedimentos para formalização da participação dos representantes e da composição do colegiado.

A partir de então, a cada dois anos ocorreram eleições para recomposição do plenário do colegiado, sempre observando a paridade entre sociedade civil e poder público, as eleições ocorreram em fevereiro de 2012, fevereiro de 2014 e, março de 2016, referidas informações estão de acordo com os relatórios da assessoria, atas do colegiado e agenda do colegiado extraída do SGE.

O quadro abaixo (Quadro 5) menciona todas as entidades da sociedade civil e do poder público que fizeram parte do Plenário, eleitas a cada assembléia:

Quadro 5 - Composição do Plenário do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (2009 – 2016) – Entidades representantes da sociedade civil e do poder público

ENTIDADES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL					
Entidades Titulares	Município Sede	Dez 2009	Fev 2012	Fev 2014	Mar 2016
Associação Desenvolvimento União da Vitória – ADUV	Mirante do Paranapanema	X		X	X
Associação de Agricultores Familiares A Conquista	Rancharia				X
Associação de Moradores Produtores e Assentados de Reforma Agrária Roseli Nunes – AMPARAR	Mirante do Paranapanema		X	X	X
Associação de Produtores Rurais e Aquicultores Novo Tempo	Euclides da Cunha Paulista			X	X
Associação de Recuperação Florestal do Pontal do Paranapanema – Pontal Flora	Presidente Venceslau	X			
Associação dos Agricultores Familiares de Narandiba – Banco da Terra	Narandiba				X
Associação dos Caprinocultores do Oeste Paulista – CAPRIOESTE	Presidente Bernardes		X		
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Caiuá - APPRAF	Caiuá	X			
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III	Caiuá	X	X	X	
Associação dos Piscicultores de Presidente Epitácio e Região – ASPIPER	Presidente Epitácio	X	X	X	
Associação dos Produtores Assentados Chico Castro Aleves – APACC	Martinópolis		X		
Associação dos Produtores Rurais da	Presidente			X	X

Fazenda Lagoinha	Epitácio				
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Palu	Presidente Bernardes	X	X	X	X
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Porto Velho	Presidente Epitácio			X	
Associação Prudentina de Educação e Cultura – APEC (UNOESTE)	Presidente Prudente		X	X	X
Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal – ACAP	Teodoro Sampaio	X	X	X	X
Centro de Desfesa da Vida “Dom José Maria Libório”	Presidente Prudente	X			
Centro de Direitos Humanos “Evandro Lins e Silva” – CDH “ELS”	Presidente Prudente	X	X	X	X
Comissão Pastoral da Terra – CPT	Presidente Prudente	X			
Cooperativa dos Agricultores Agroecológicos Boa Esperança – COOAABE	João Ramalho		X	X	X
Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal – COCAPAR	Teodoro Sampaio		X	X	X
Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal - COCAMP	Teodoro Sampaio	X	X	X	X
Central Única dos Trabalhadores – CUT – Subsede	Presidente Prudente				X
Federação da Agricultura Familiar – FAF	Presidente Prudente				X
Federação de Agricultores das Micro Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo – FAMHESP	Presidente Prudente	X	X		
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP	Presidente Epitácio	X	X	X	X
Instituto Integração Pontal do Paranapanema	Teodoro Sampaio		X		
Instituto de Integração Água Limpa e Rodeio	Presidente Bernardes		X	X	
Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	Teodoro Sampaio	X			X
Mocambo Nzinga	Presidente Prudente			X	
Movimento dos Agricultores Sem Terra – MAST	Caiuá	X			
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	Teodoro Sampaio	X		X	X
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MTST		X			
Serviço de Fomento Social e Cidadania –	Presidente		X		

SERCIDADANIA	Prudente				
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Epitácio e Caiuá	Presidente Epitácio	X	X	X	X
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó	Regente Feijó	X			
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente e Região - SINTRAPP	Presidente Prudente				X
União pela Terra e Fome Zero – Uniterra	Presidente Epitácio	X	X	X	
ENTIDADES REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO					
Entidades Titulares	Município Sede	Dez 2009	Fev 2012	Fev 2014	Mar 2016
Banco do Brasil	Presidente Prudente	X	X	X	
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI	Presidente Prudente	X	X	X	X
Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC	Presidente Prudente				X
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP	Presidente Prudente	X	X	X	X
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	São Paulo	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Anhumas	Anhumas				X
Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha Paulista	Euclides da Cunha Paulista				X
Prefeitura Municipal de Iepê	Iepê	X	X	X	
Prefeitura Municipal de Indiana	Indiana	X	X	X	
Prefeitura Municipal de Martinópolis	Martinópolis	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema	Mirante do Paranapanema	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Narandiba	Narandiba			X	
Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes	Presidente Bernardes				X
Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio	Presidente Epitácio		X	X	X
Prefeitura Municipal de Presidente Prudente	Presidente Prudente	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Rancharia	Rancharia	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Sandovalina	Sandovalina	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Santo Anastácio	Santo Anastácio	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Santo Expedito	Santo Expedito	X	X	X	X
Prefeitura Municipal de Taciba	Taciba	X			
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	X	X	X	X
Secretaria da Agricultura e Abastecimento	Presidente	X	X	X	X

– Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios– APTA -Pólo Regional Alta Socrocabana	Prudente				
Secretaria de Estado da Assistência Social – Departamento Regional de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS	Presidente Prudente	X	X		
Secretaria de Estado da Saúde – Departamento Regional de Saúde de Presidente Prudente – DRS XI	Presidente Prudente	X	X	X	X
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP de Presidente Prudente	Presidente Prudente	X	X	X	X

Fonte:Ofícios e atas do Colegiado. Organizado pela própria autora

Conforme se observa no quadro acima, durante os anos de 2009 e 2016, houve maior rotatividade em relação à participação das organizações da sociedade civil na composição do colegiado, durante esse período, 38 organizações da sociedade civil se revezaram nas 20 cadeiras dos membros da sociedade civil no Colegiado do Pontal do Paranapanema, enquanto que, em relação ao poder público, 26 representações estiveram presentes e se revezaram nas 20 cadeiras.

Nota-se, portanto, que os representantes da sociedade civil encontram maior dificuldade para se fazerem presentes e se manterem ocupando os espaços de participação.

5.1.2 A Coordenação executiva (Núcleo Dirigente), Microrregiões, Câmaras Temáticas e Núcleo Técnico

A Coordenação Executiva do Colegiado foi composta, inicialmente, por três representantes eleitos pela Plenária, sendo Coordenador, Secretário e Coordenador de Finanças. Posteriormente, esta composição foi alterada para cinco membros, passando a ser composta por coordenador, vice-coordenador, 1º secretário, 2º secretário e coordenador de finanças, sendo estabelecido no Regimento Interno que deveriam ser três representantes da sociedade civil e dois do poder público, portanto, a Coordenação do colegiado deveria contar com maioria de membros da sociedade civil.

Além da função de representação do colegiado territorial a coordenação executiva possui caráter propositivo e de execução das decisões tomadas em plenária, devendo convocar reuniões e providenciar os meios para a execução das tarefas, conforme disciplina o Regimento.

O Regimento Interno aprovado em dezembro de 2009 criou quatro câmaras temáticas: Educação e Cultura, Direitos e Desenvolvimento Social, Saúde, Organização da Produção e

Comercialização. O objetivo das câmaras seria de subsidiar o Codeter em relação às temáticas diferenciadas necessárias ao desenvolvimento territorial, seja no tocante à elaboração e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), seja no que concerne às diversas políticas ofertadas pelo programa Territórios da Cidadania ou mesmo projetos específicos relacionados (SOUZA, 2010).

Conforme o Regimento Interno, cada câmara temática é composta por um representante de cada instituição que compõe o plenário, sendo que a instituição deve indicá-lo por ofício. O coordenador é eleito entre os membros de cada câmara. Complementarmente às câmaras temáticas, o Regimento Interno também estabelece quatro núcleos técnicos respectivos a cada câmara temática que têm a função de auxiliar as mesmas na análise e emissão de parecer a projetos de interesse do território, observando a consonância com os eixos estratégicos pactuados no PTDRS.

Os núcleos técnicos são formados por sete membros de suas respectivas câmaras temáticas, são órgãos consultivos do Codeter e possuem caráter multidisciplinar. De acordo com os artigos 40 e 39 do Regimento Interno, o Núcleo Técnico era composto por sete membros, com caráter multidisciplinar, era um órgão consultivo do Codeter, com as seguintes competências:

- Oferecer apoio técnico às discussões e decisões do Plenário, da Coordenação Executiva, das Câmaras Temáticas e das Micro-regiões.
 - Traçar estratégias de ações da entidade para atingir as suas finalidades e objetivos;
 - Elaborar planos e linhas de pesquisas que visem o desenvolvimento territorial;
 - Contribuir tecnicamente para a construção e implementação PTDRS, em seus diversos ciclos;
 - Oferecer ao Plenário, Câmaras Temáticas e Micro-regiões orientações técnicas e suporte para a discussão e elaboração de projetos específicos;
 - Analisar os projetos específicos propostos pelas Câmaras Temáticas e Micro-regiões ou qualquer outro projeto encaminhado ao CODETER, emitindo pareceres acerca da viabilidade e convergência com os eixos de desenvolvimento propostos no PTDRS;
 - Orientar e/ou elaborar projetos de cunho territorial
- (REGIMENTO INTERNO, 2009).

Embora o Regimento Interno do Colegiado tenha estabelecido a existência de um Núcleo Técnico para cada uma das Câmaras Temáticas, na prática isso não se consolidou. O colegiado permaneceu com apenas um Núcleo vinculado à Câmara Temática de organização da Produção e Comercialização, que atuou na análise e apoio ao ciclo de gestão do Proinf.

s Microrregiões são instâncias de articulação do CODETER e tem a função de auxiliar

na mobilização do poder público e sociedade civil nas atividades do território e discutir e propor estratégias de atuação para o CODETER tendo em vista as especificidades regionais. São formadas regionalmente pelos componentes que também fazem parte da Plenária e por outras instituições ou pessoas participativas. Cada Microrregião possui um coordenador eleito pelos seus membros.

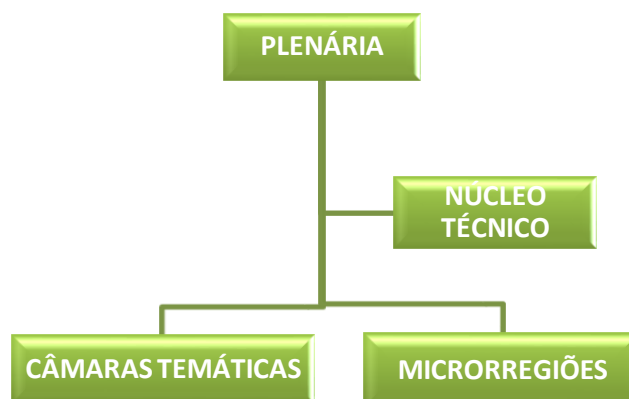
Quadro 6 - Composição das microrregiões do Codeter

Microrregião 1	Microrregião 2	Microrregião 3	Microrregião 4	Microrregião 5
Teodoro Sampaio	Presidente Epitácio	Presidente Prudente	Pirapozinho	Rancharia
Mirante do Paranapanema	Presidente Venceslau	Álvares Machado	Estrela do Norte	Iepê
Euclides da Cunha Paulista	Santo Anastácio	Presidente Bernardes	Narandiba	João Ramalho
Rosana	Ribeirão dos Índios	Alfredo Marcondes	Tarabai	Nantes
	Piquerobi	Emilianópolis	Anhumas	Taciba
	Caiuá	Santo Expedito	Sandovalina	Caiabu
	Marabá Paulista			Indiana
				Regente Feijó
				Martinópolis

Fonte: Regimento Interno do CODETER, aprovado em dezembro de 2009 – Organizado pela autora

É possível notar que o processo de organização do Colegiado no Território Pontal do Paranapanema, com detalhamento das instâncias de organização, formalização dos procedimentos, reflete o amadurecimento da institucionalidade territorial no intuito de cumprir com o papel de possibilitar a gestão social no território, por meio da articulação de políticas públicas, da promoção do processo de planejamento e organização social em torno da proposta de desenvolvimento sustentável do território.

Figura 10 -Estrutura de organização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)



Fonte: Organizado pela própria autora

Desse modo, neste item foi apresentado o processo inicial de implantação da estratégia de desenvolvimento territorial rural no Pontal do Paranapanema, com a criação do Território Rural, em 2004, e sua inclusão no Programa Territórios da Cidadania, em 2008. Foi abordado o processo de constituição da institucionalidade territorial, inicialmente CIAT e que se consolidou, em 2009, no Codeter, por meio do qual se observa um processo crescente quanto à organização interna e na sua composição.

No próximo item, será abordado o processo de elaboração e de qualificação PTDRS, bem como a atuação do colegiado quanto à gestão dos projetos específicos do território para o Proinf, sendo o PTDRS e projetos para o Proinf instrumentos fundamentais para o planejamento e a gestão territorial, assim considerado pela SDT/MDA.

5.2 Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) – Processos de elaboração e qualificação

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), deve ser um instrumento para a gestão do Território, que contenha o planejamento do Colegiado e resulte de um processo democrático de participação:

O PTDRS deve ser um instrumento de planejamento que reflita os interesses e as negociações entre os segmentos sociais presentes no território, e será a referência central para todos os projetos a serem financiados para o território, no âmbito da política territorial. Além dos programas do MDA, a política territorial prevê a integração, através do PTDRS, de ações de outros ministérios (BRASIL, 2007).

Portanto, o PTDRS deve resultar de um processo democrático de participação, com a presença da sociedade civil e do poder público, e deve expressar a síntese das decisões tomadas em conjunto por esses atores sociais, e organizado de modo a fornecer aos mesmos um planejamento para o desenvolvimento territorial, com diretrizes e estratégias a serem observadas:

(...) um instrumento que expressa a síntese das decisões que o conjunto dos atores sociais, em conjunto com o Estado, alcançou num dado momento no processo de planejamento do desenvolvimento territorial. Torna-se, a partir daí, um dos instrumentos para gestão participativa do território, pois contém as diretrizes e estratégias que nortearão os rumos do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2005b).

A discussão sobre PTDRS no Pontal do Paranapanema teve início logo no primeiro período de implantação da estratégia de desenvolvimento territorial, quando da criação da Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT). É possível observar no relatório sobre a Agenda do Colegiado (Anexo), gerado por meio do Sistema de Gestão Estratégica (SGE), que no ano de 2006 foram realizadas duas reuniões que visaram mobilizar os atores locais para a discussão do PTDRS. Em seguida, no ano de 2007, foi elaborado o Plano. Observa-se que o processo de elaboração do PTDRS contou com a realização de reuniões e de oficinas, que ocorreram em diferentes municípios do território.

Inicialmente, em abril de 2007, foi realizada uma plenária na qual foi apresentado pela SDT/MDA um documento base com informações sobre o território, chamado de subsídio para elaboração do PTDRS, nesta atividade, de acordo com a ata da reunião, foi definido que deveriam ser realizadas oficinas ou conferências microrregionais com o objetivo de ampliar a discussão sobre o plano. Em seguida, houve uma reunião ampliada do Núcleo Dirigente para definir a metodologia que seria adotada para a realização das oficinas nas microrregiões, também de acordo com ata da referida reunião.

No segundo semestre de 2007 foram realizadas 3 (três) oficinas microrregionais, chamadas Oficinas para discussão do PTDRS nas seguintes cidades: Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio e Presidente Prudente (BRASIL, 2007). Ainda, foi realizada uma reunião com a finalidade contribuir com a conclusão do documento.

O documento consubstanciado no PTDRS inicia com um diagnóstico sobre o território, uma contextualização especialmente sobre as características sócio-econômicas. O PTDRS relata o caráter exclusivamente rural e predominantemente agrícola no processo de planejamento territorial naquele momento, o que ocorreu em razão da ausência de agentes

ligados a outros setores econômicos e à presença restrita do poder público, quanto à representação da sociedade civil foi quase exclusivamente ligada aos assentamentos e movimentos sociais afins, de acordo com o Plano “Não houve, portanto, condições de promover uma discussão sobre estratégias de desenvolvimento de caráter multisetorial, e que envolvesse segmentos urbanos” (BRASIL, 2007).

Desse modo, a visão de futuro que o colegiado esboçou restringiu-se ao âmbito do setor agropecuário e delineou-se em torno de três eixos: a) Diversificação produtiva - Agregação de valor e verticalização de cadeias produtivas; b) Desenvolvimento de atividades não-agrícolas - Integração dos produtos no mercado regional e integração com a rede de serviços regional; c) Sinergias com sistemas agro-silvo-pastoris e atividades de recuperação e conservação dos recursos naturais.

Em síntese, a perspectiva em um horizonte de médio prazo está baseada em uma estrutura produtiva mais diversificada na agropecuária, na estruturação de atividades de processamento e outras atividades não-agrícolas, associadas à melhoria da qualidade ambiental, visando a disponibilidade de recursos naturais em quantidade e qualidade suficientes, e a possibilidade de aproveitamento da paisagem para exploração econômica (BRASIL, 2007).

Após a elaboração do PTDRS, em 2007, o plano foi rediscutido em 2011, o que ocorreu com a realização de duas atividades chamadas de Jornada de Atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Pontal do Paranapanema. A necessidade de atualizar o documento se justificou tendo em vista ter transcorrido cerca de quatro anos desde a elaboração da primeira versão, ainda, em razão de todo o processo de ampliação da composição do colegiado territorial e da reestruturação de suas instâncias que permitiu a qualificação das discussões a partir das câmaras temáticas e, implementação do Programa Territórios da Cidadania, a partir de 2008.

De acordo com o relatório da assessoria territorial “o PTDRS existente se tornou um documento limitado apenas a um setor existente no território, o agrícola, não contemplando as novas demandas e a nova visão de futuro” (BRASIL, 2010).

As atividades de atualização do PTDRS ocorreram com apoio técnico, metodológico e financeiro da Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisas e Serviços, por meio de contrato de repasse firmado com MDA.

A 1ª Jornada de Atualização do PTDRS foi realizada nos dias 04 e 05 de novembro de 2010, no município de Presidente Prudente, e contou com participação de 62 pessoas. Nesta

oportunidade foi realizada uma revisão da primeira versão do plano, também foram trabalhados com os membros do colegiado os conceitos de Território e de Gestão Social.

A 2ª Jornada de Atualização do PTDRS foi realizada durante os dias 15 e 16 de março de 2011, em Presidente Prudente, participaram 70 (setenta) pessoas (BRASIL, 2011c).

Em relação às jornadas de atualização, destaca-se, como ponto positivo, o interesse dos atores locais em discutir o PTDRS, o que se refletiu na significativa participação dos membros do colegiado durante as duas jornadas.

Mencionada participação garantiu uma diversidade de representação às plenárias, ressaltando-se a presença de membros das quatro Câmaras Temáticas (Educação e Cultura, Direitos e Desenvolvimento Social, Organização da Produção e Saúde), bem como, representantes das cinco microrregiões. Contudo, a presença de representantes do Poder Público prevaleceu em detrimento de representantes da sociedade civil organizada (BRASIL, 2011c), conforme é possível observar no quadro abaixo (Quadro 7).

Quadro 7 - Atividades de elaboração e atualização/qualificação do PTDRS

Data	Município	Pauta	Participantes	Sociedade Civil	Poder Público
27/04/2007	Presidente Venceslau	Plenário (discussão do subsídio para PTDRS)	34	14	20
12/09/2007	Presidente Prudente	Núcleo Dirigente – organização das oficinas para elaboração do PTDRS	08	3	5
25/09/2007	Presidente Venceslau	1ª Oficina Regional para discussão e elaboração do PTDRS	40	31	9
26/09/2007	Teodoro Sampaio	2ª Oficina Regional para discussão e elaboração do PTDRS	58	42	16
27/09/2007	Presidente Prudente	3ª Oficina Regional para discussão e elaboração do PTDRS	12	6	6
09/11/2007	Presidente Prudente	4ª Oficina Regional para discussão e elaboração do PTDRS	15	8	7
04 e 05/11/2010	Presidente Prudente	I Jornada de atualização do PTDRS	62	18	44
15 e 16/03/2011	Presidente Prudente	2ª Jornada de atualização do PTDRS	70	26	54

Fonte: Listas de presenças das atividades relacionadas no quadro

A principal discussão das jornadas baseou-se na redefinição dos eixos estratégicos do plano: Eixo 1. Educação do Campo; Eixo 2. Questão Fundiária; Eixo 3. Produção, Agroecologia

e Comercialização; Eixo 4. Crédito Agrícola; Eixo 5. Infra-estrutura e logística no campo e nas cidades; Eixo 6. Articulação e apoio à sociedade civil.

Contudo, de maneira geral, pouco foi possível avançar durante este processo de atualização do PTDRS, de acordo com relatório da assessoria (BRASIL, 2011c), elaborado a partir da análise de todo o processo:

(...) o avanço almejado nas discussões para além do agrícola e agrário, para além da primeira versão do PTDRS, de maneira a permitir a inclusão no documento de outras dimensões necessárias para o desenvolvimento do território, ocorreu de maneira muito superficial. É possível visualizar que alguns dos grupos de trabalho fizeram um esboço desse avanço nas frases elaboradas para expressarem a visão de futuro para o território, conforme acima descritas, contudo, não foi possível aprofundar esses aspectos. A discussão quanto aos eixos e ações estratégicas se deram, da mesma forma, sem aprofundamento e, de maneira geral, sem inovação. Os participantes relataram pouco tempo para a abordagem dos eixos e ações estratégicas (BRASIL, 2011c).

Verifica-se, contudo, que embora tenha sido promovido todo o esforço para qualificação do conteúdo do PTDRS, não foi possível avançar muito para além do que havia na primeira versão. No que se refere à participação, é possível notar no quadro abaixo que houve uma resposta bastante positiva das organizações presentes no território para discutir tanto a elaboração quanto a qualificação do plano.

No momento inicial, quando da elaboração da primeira versão do plano, no ano de 2007, nota-se uma maior participação da sociedade civil, tendo sido realizadas oficinas microrregionais, o que favoreceu esta presença. Contudo, observa-se que a menor participação de representantes do poder público foi mencionada no plano como um ponto negativo (BRASIL, 2007). No ano de 2011, a maior presença do poder público nas jornadas, reflete essa nova realidade do colegiado, vivenciada após a implantação do Programa Territórios da Cidadania que favoreceu a inclusão de representantes do Poder Público no colegiado.

5.3 Gestão do Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf)

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), conforme mencionado anteriormente, foi formulado no ano de 2003 e incorporado ao Plano Plurianual (PPA), do Governo Federal, para o período 2004-2007.

O PRONAT é executado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e apoiou, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições

sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às Comunidades rurais e beneficiários do MDA que estão nos territórios (BRASIL, 2011).

Dentre as ações previstas no Pronat está a ação de de infraestrutura e serviços territoriais (Proinf), que tem como principal objetivo principal apoiar projetos de dinamização econômica nos territórios homologados pela SDT. De acordo com o Manual de Operacionalização (BRASIL, 2011), o Proinf tem por finalidade financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

O Proinf tem como foco ações voltadas para a dinamização econômica dos territórios, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação, de formação de agentes de desenvolvimento e estimula uma maior articulação das políticas públicas nos territórios (BRASIL, 2011).

As orientações para a execução do Programa eram disponibilizadas anualmente para os colegiados territoriais, por meio da publicação pela SDT/MDA do Manual de Orientação para Indicação, Elaboração e Trâmite dos Projetos ou Manual de Operacionalização do Proinf. Esses documentos continham informações sobre as “regras para elaboração, análise, contratação e execução dos recursos do Proinf, o seu funcionamento geral e os elementos básicos para monitoramento e avaliação dos projetos” (BRASIL, 2009).

Um dos principais critérios para a aprovação dos projetos junto à SDT, de acordo com o Manual de Orientações (BRASIL, 2007) era a exigência de que o projeto estivesse vinculado a um dos eixos temáticos ou aglutinadores do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), assim como, que atendesse o público beneficiário do MDA (agricultores(as) familiares, assentados(as) da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores(as) artesanais e extrativistas).

Os manuais de orientação para indicação, elaboração e trâmite dos projetos, publicados pela SDT/MDA, previam, desde o primeiro manual aqui analisado (2007/2008), as competências inerentes aos Colegiados Territoriais, concedendo a esta instância o papel de conduzir o processo de gestão deste programa.

Todos os projetos territoriais apoiados, exceto aqueles oriundos de emendas parlamentares cuja destinação é indicada pelo parlamentar, deverão ser objeto de discussão e indicação dos colegiados territoriais e homologação pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2009).

O colegiado territorial é o principal espaço de negociação e priorização das propostas técnicas a serem apresentadas no marco dos recursos do Proinf. É nesse ambiente que deve ser garantida a sua qualidade técnica e pertinência com a visão de desenvolvimento de um determinado território (BRASIL, 2011).

Desse modo, estabeleciam como competência para o plenário do Colegiado, entre outras, a definição de quais projetos seriam aprovados e o estabelecimento de ordem de prioridades entre eles, utilizando como orientações e critérios as orientações contidas nos manuais e o PTDRS, ainda registrar as atas das deliberações e enviá-la à instância estadual e indicar os proponentes dos projetos (BRASIL, 2007).

O Núcleo Técnico do Colegiado tinha o papel de elaborar ou acompanhar a elaboração dos projetos territoriais, também de esclarecer dúvidas dos membros do Plenário e do Núcleo Diretivo e assessorar no acompanhamento do trâmite dos projetos territoriais (BRASIL, 2007). Núcleo Dirigente competia, entre outras ações, dar ciência e publicidade acerca da publicação dos manuais orientadores, cumprir o papel político de dialogar com os proponentes indicados pelo Plenário sobre a implantação dos projetos e a gestão dos mesmos, com participação do colegiado e beneficiários, assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, acompanhar a tramitação dos projetos territoriais (BRASIL, 2007).

Após todo o trâmite dos projetos no âmbito do Colegiado Territorial, os mesmos eram enviados à instância estadual, inicialmente chamada de Colegiado Estadual de Desenvolvimento Rural sustentável (CEDRS), que era composta por representantes de movimentos sociais representativos do público beneficiário do MDA e representante da Delegacia do MDA, dentre outros (BRASIL, 2007), que analisava os projetos enviados pelos colegiados territoriais, emitia pareceres e encaminhava à SDT os resultados da deliberação acompanhado de cópias dos documentos recebidos dos Colegiados Territoriais.

Aprovados na instância estadual, os projetos seguiam para a SDT/MDA, que tinha as seguintes competências:

- Estabelecer e divulgar as orientações para elaboração e tramitação dos projetos territoriais;
- Constituir equipe de análise com participação de técnicos da SDT e de outras Secretarias, ministérios ou entidades parceiras e homologar os projetos territoriais;
- Encaminhar os projetos territoriais aprovados ao agente financeiro para empenho e contratação;
- Informar as Delegacias do MDA, CEDRS e colegiados territoriais, a relação de projetos homologados e encaminhados ao agente financeiro;
- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para apoio aos projetos conforme os limites definidos para os Estados;
- Apoiar a capacitação dos executores na aplicação dos recursos e na gestão dos

empreendimentos;
Acompanhar a implantação e gestão dos projetos (BRASIL, 2007).

Importante ainda mencionar que, por meio do Proinf, a SDT/MDA possibilitou a destinação de maior montante de recursos para os Territórios de Cidadania, conforme é possível observar no Manual de Orientador do Proinf de 2009:

Para os territórios incluídos no Programa Territórios da Cidadania localizados na Região Norte do país estão destinados recursos da ordem de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) por território e para os localizados nas demais regiões, R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) por território. Para os territórios não incluídos no Programa Territórios da Cidadania, estão destinados recursos da ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por território (BRASIL, 2009).

No ano de 2011 observa-se que algumas outras atribuições surgem para o Colegiado tendo em vista a implementação do Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv), bem como do Sistema de Gestão Estratégica (SGE), sendo este um sistema interno da SDT/MDA.

De acordo com o Manual (BRASIL, 2011), logo após a recomendação do projeto pelo plenário do Colegiado, as propostas técnicas territoriais deveriam ser incluídas no Siconv pelos proponentes, de modo que toda a tramitação e análise dos projetos passam a ocorrer por meio do Siconv, cabendo ao Colegiado:

- Orientar e acompanhar a inclusão das propostas técnicas recomendadas no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv), em cooperação com as entidades do território (prefeituras municipais, ONG's, governo estadual, órgãos de assessoria técnica, dentre outros);
- Encaminhar, por meio digital, à Delegacia Federal do MDA (DFDA) a relação das propostas técnicas recomendadas pelo colegiado, bem como os respectivos extratos da proposta no Siconv acompanhado dos documentos comprobatórios das indicações do Colegiado Territorial (atas) e demais documentos relacionados no *check list* constantes do anexo, para fins de análise, dentro do prazo estabelecido neste manual (BRASIL, 2011).

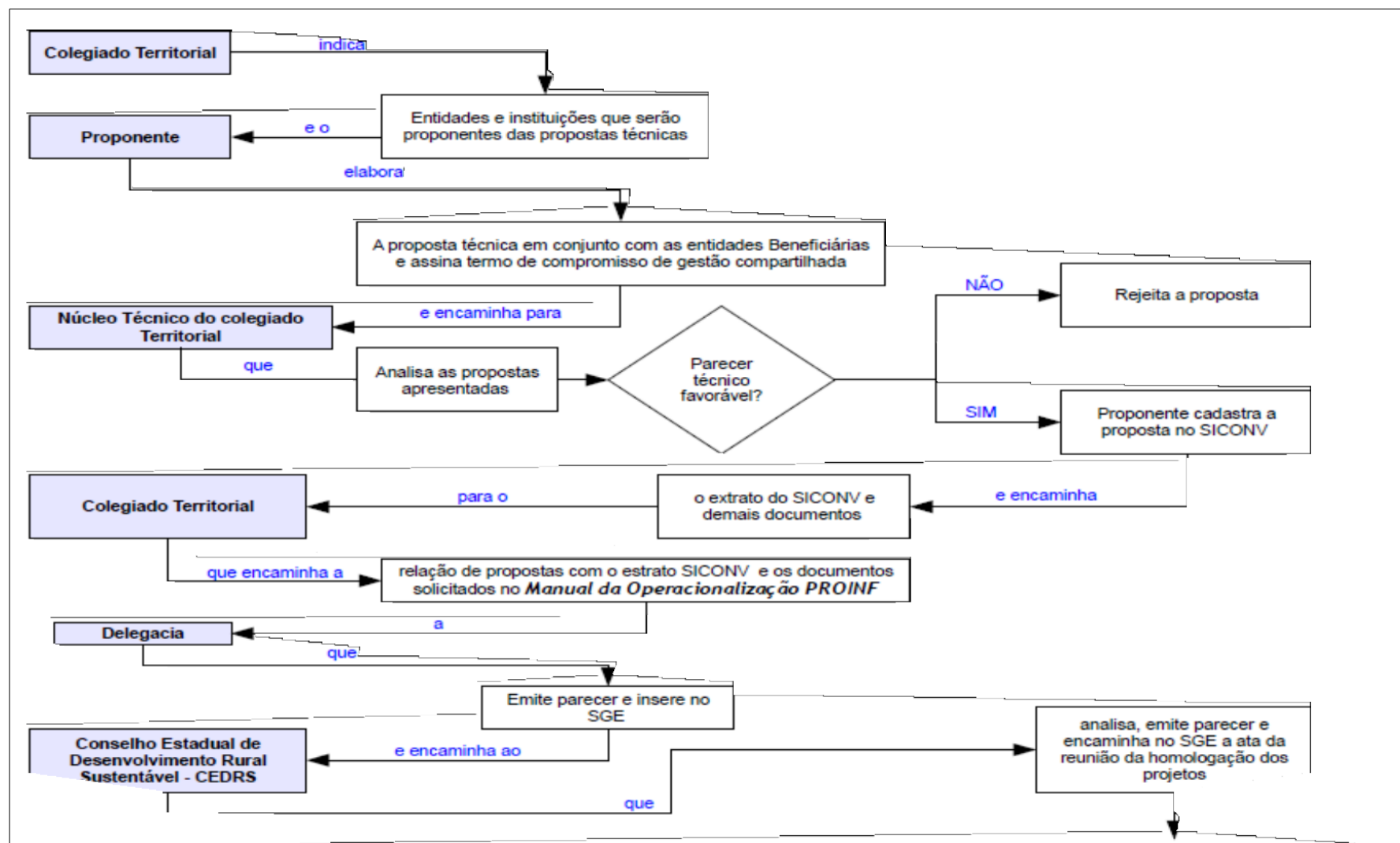
O SGE, por sua vez, possibilitava o cadastramento de informações que complementavam os dados inseridos no Siconv, em relação, por exemplo, à localização do projeto e sua abrangência, a classificação das metas e o número de beneficiários, diretos e indiretos, permitia aos gestores do Proinf acompanhar o processo de seleção e aprovação das propostas recomendadas pelos colegiados e os resultados do monitoramento e avaliação realizados durante a execução e finalização dos mesmos, permitindo gerar relatórios (BRASIL, 2011).

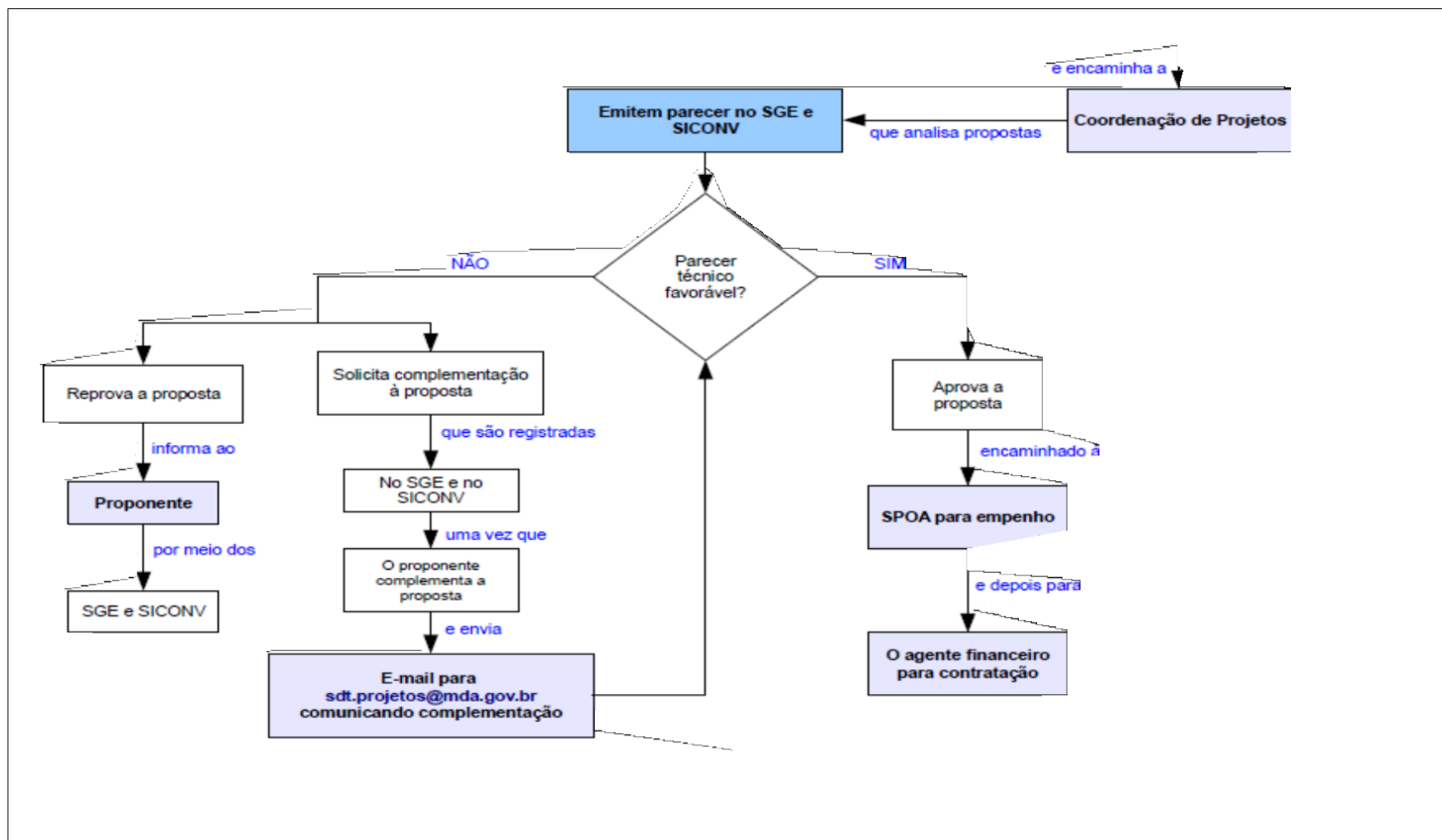
Portanto, as propostas técnicas apresentadas para serem financiadas pelo Proinf

passaram por diversas instâncias de análise e recomendação desde o território até a entrada na Secretaria do Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2011), o fluxograma a seguir (Figura 6), extraído do Manual de Operacionalização do Proinf 2011, representa o processo sintético desse processo.

O ciclo do Proinf no âmbito do Codeter ocorreu durante todo o tempo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial e possibilitou uma experiência importante de participação e de gestão social. Para análise dos ciclos de gestão do Proinf foram utilizados os relatórios gerados a partir do SGE, que utiliza a base de dados da Caixa Econômica Federal e o relatório “Agenda do Colegiado”, ainda, foram analisadas as listas de presenças e relatórios das atividades que discutiram o Proinf. De acordo com relatório da assessoria (BRASIL, 2011c), o colegiado se organizava para a gestão do Proinf a partir da publicação do Manual orientador publicado pela SDT/MDA.

Figura 11 - Instâncias envolvidas na análise, aprovação e execução dos projetos do Proinf





Fonte: Manual de Operacionalização do Proinf 2011. Brasília: MDA/SDT. 2011.

Os documentos analisados, anteriormente mencionados, demonstram que o Colegiado atuou na gestão do Proinf a partir de 2005, ainda enquanto CIAT, de modo que, nesses primeiros anos de sua constituição (2005 a 2007), a CIAT definiu por fortalecer a cadeia produtiva do leite por meio da implantação de resfriadores de leite e cursos de capacitação para os produtores no que se refere à produção de leite e utilização do resfriador, conforme Quadro 8.

De acordo com relatório da assessoria (BRASIL, 2010b), os atores locais discutiram quais seriam os projetos que poderiam contribuir com o desenvolvimento do território e definiram pelo apoio imediato à cadeia produtiva do leite como primeira prioridade para investimentos no território.

Posteriormente, nota-se uma variação quanto ao objeto dos projetos estando voltados para implementação de viveiros e hortas comunitárias, aquisição de veículos de carga e utilitários, aquisição de máquinas e equipamentos, perfuração de poços, construção de barracões comunitários, apoio às feiras com aquisição de barracas e equipamentos, implantação de agroindústria e apoio à criação de pequenos animais (Quadro 8).

A análise do documento contido no anexo, sendo este o relatório extraído do SGE, ambiente Colegiados em Redes, referente à agenda realizada pelo Colegiado entre os anos de 2006 e 2016, permitem concluir que anualmente e, em alguns anos, semestralmente, o Colegiado Territorial dedicava parte de suas ações à gestão social do Proinf, por meio de reuniões do Núcleo Técnico e da Plenária e, por vezes, realizando oficinas de capacitação para os proponentes dos projetos.

Verifica-se que o ciclo de gestão do Proinf junto ao Codeter do Território da Cidadania Pontal do Paranapanema se deu nos moldes das orientações contidas no manual publicado pela SDT/MDA, eram realizadas as reuniões do Núcleo Técnico, responsável pela primeira análise dos projetos, o que se dava com base nos manuais e no PTDRS, emitindo pareceres, bem como, eram realizadas as plenárias para deliberação dos projetos a serem enviados à SDT/MDA.

Contudo, verifica-se que em cada ciclo de gestão do Proinf houve uma dinâmica para realização dessas etapas, algumas contando com mais reuniões, outras menos, especialmente em relação às reuniões realizadas pelo Núcleo Técnico.

Desse modo, todo o recurso do Proinf aplicado no Território da Cidadania Pontal do Paranapanema entre os anos de 2005 a 2016 contou com a atuação das instâncias do Codeter na gestão do programa, tendo como resultado os projetos aprovados pela SDT/MDA conforme quadro abaixo (Quadro 8):

Quadro 8 - Proinf: Projetos aprovados no âmbito do Codeter do Território da Cidadania Pontal do Paranapanema

Ano	Proponente	Código Operação	Objeto	Valor
2006	PM Estrela do Norte	0198650	02 resfriadores; 01 veículo Capacitação agricultores	70.000,00
2006	PM Mirante do Paranapanema	0198393	08 resfriadores e capacitação	179.250,00
2006	PM Presidente Epitácio	0198651	06 resfriadores e capacitação	110.880,00
2006	PM Presidente Venceslau	0198680	04 resfriadores, construção de abrigos e capacitação	73.920,00
2006	PM Rancharia	0198391	01 resfriador, construção de abrigo e capacitação	18.480,00
2006	PM Sandovalina	0198679	02 resfriadores, posto de recebimento de leite e capacitação	25.890,00
2006	PM Teodoro Sampaio	0199346	06 Resfriadores e capacitação	129.300,00
2006	PM Teodoro Sampaio	0200086	01 Caminhão; 03 Kits irrigação Implementos e infra estrutura para hortas comunitárias	153.745,00
2007	PM Mirante do Paranapanema	0233770	07 resfriadores; 01 viveiro; 01 tanque rede	167.315,00
2007	PM Presidente Epitácio	0233771	resfriadores	80.000,00
2007	PM Santo Anastácio	0233790	03 resfriadores	56.948,70
2007	PM Teodoro Sampaio	0233769	02 resfriadores; 01 tanque rede 01 viveiro	72.400,00
2007	PM Presidente Venceslau	0233792	Apoio a cadeia produtiva do leite e piscicultura	169.000,00
2008	PM Martinópolis	0264554	Resfriadores de leite	100.462,00
2008	PM Presidente Venceslau	0264555	Construção de Centro Comunitário de Ovinos, aquisição de veículo; Material de informática e escritório para centro de ovinos; Infra para colegiado	138.618,00
2008	PM Mirante do Paranapanema	0264557	Apoio a produção de hortifrutigranjeiros, ATER e recuperação de viveiro de mudas, aquisição de veículo, barracas, equipamentos e kit de irrigação, construção de poços e viveiros	282.320,00
2008	PM Teodoro Sampaio	0264558	Apoio beneficiamento de café e ATER e capacitação em comercialização	221.229,00
2009	PM Mirante do Paranapanema	0305432	01 Infra-estrutura para produção de	174.406,00

			Hortifrutigranjeiros (01 Caminhão, 02 micros tratores, 02 carretas, 01 veículo utilitário fechado); 03 resfriadores	
2009	PM Presidente Epitácio	0305427	Aquisição de barracas e equipamentos para feira	118.188,00
2009	PM Teodoro Sampaio	0305433	01 Trator agrícola 75 CV e implementos	126.100,00
2009	Caiuá	0311408	Implantação de viveiro de mudas e resfriador de leite	122.220,00
2009	PM Sandovalina	0305563	Implantação de viveiro de mudas e horta comunitária	216.776,00
2009	PM Euclides da Cunha Paulista	0305439	Implantação de resfriadores	108.640,00
2010	PM Anhumas	0322705	Construção de barracão comunitário	103.000,00
2010	PM Iepê	0322706	Veículo de carga; Barracas de feira	172.550,00
2010	PM Mirante do Paranapanema	0322711	Apoio a infraestrutura e padronização da produção	174.360,77
2010	PM Presidente Venceslau	0322746	Construção de barracão comunitário	110.000,00
2010	PM Rancharia	0322712	Construção de barracão comunitário no assentamento São Pedro	165.440,00
2010	PM Santo Expedito	0327529	Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas	102.090,89
2010	PM Teodoro Sampaio	0322748	Aquisição de barracas para feira, resfriador de leite e construção de abrigo	98.455,00
2012	PM Presidente Prudente	0398595	Aquisição de 1 veículo caminhão, aquisição de 01 baú refrigerado e aquisição de 01 veículo picape	104.000,00
2012	Prefeitura Municipal de João Ramalho	0401733	Aquisição de estufa, veículos, equipamentos e materiais permanentes	126.360,00
2012	PM Presidente Epitácio	0401678	Aquisição de 2 tratores	116.400,00
2012	PM Sandovalina	0401669	Aquisição de 1 caminhão baú	117.564,00
2014	Município de Presidente Prudente	046023	Infra estrutura e serviços necessários a realização da Feira da Lua no município de Presidente Prudente	326.000,00

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica (SGE) – Base de Dados: Caixa Econômica Federal. Organizado pela autora

Acrescenta-se à esta relação o projeto enviado à SDT/MDA no ano de 2015, conforme ata de reunião do plenário do Colegiado realizada em 10/08/2015, que aprovou a proposta para aquisição de móveis e equipamentos para implantação das bases microrregionais para implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), no valor de R\$ 400.00,00 (quatrocentos mil reais), tendo como proponente o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP).

Desse modo, os recursos investidos no Território da Cidadania Pontal do Paranapanema, por meio do Proinf, durante o período de atuação do Codeter, somam R\$ 5.032.308,36 (cinco milhões, trinta e dois mil, trezentos e oito reais e trinta e seis centavos).

Esse modelo de gestão do Proinf, com base na proposta de abordagem territorial, que fomentava a existência dos Colegiados Territoriais como espaços de planejamento, de tomada de decisões, assegurando o processo participativo na elaboração das propostas e na execução dos projetos, começou a se enfraquecer a partir do ano de 2016, com a mudança no Governo Federal, a partir do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, tendo chegado ao fim no ano de 2017, quando é publicado um chamamento público (BRASIL, 2017) que já não faz qualquer menção aos Colegiados Territoriais e permite que Estados, Municípios e Consórcios Públicos Municipais apresentem projetos diretamente à recém criada Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que substituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Medida Provisória 726 de 12 de maio de 2016.

Portanto, no ano de 2016, encerra-se o ciclo de participação social, por meio da estratégia de desenvolvimento territorial, que definiu os colegiados territoriais como responsáveis pela gestão territorial e do Proinf, passando o programa a ser implementado sem qualquer participação da sociedade civil.

6 BREVE ANÁLISE DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA E ALGUMAS COMPARAÇÕES COM O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

6.1 O Comitê da Bacia Hidrográfica Pontal do Paranapanema

Assim como ocorreu com o surgimento dos conselhos gestores, a implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), como espaços de gestão dos recursos hídricos, surge em decorrência do processo de redemocratização do Brasil e da crescente preocupação com o meio ambiente, no início da década de 1990, durante as reuniões do Rio-92 (PORTO; PORTO, 2008).

A Constituição Federal de 1988 permitiu grande avanço no que se refere à legislação para gestão dos recursos hídricos, uma vez que extinguiu a propriedade privada da água, a qual passou a ser considerada como bem de domínio da União ou dos Estados. A Constituição determinou que são de domínio da União os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham e, de propriedade dos Estados e do Distrito Federal, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas as decorrentes de obras da União.

Ainda, por meio da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), a CF de 1988 estabelece um novo modelo de gestão de águas no Brasil. O SINGREH foi regulamentado pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, a Lei das Águas, que também instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa nova legislação rompeu definitivamente com o modelo de gerenciamento vigente desde o Código de 1934, propondo um novo modelo de gestão descentralizada e participativa da água, com a participação das diferentes esferas de governo e da sociedade civil no processo de gestão dos recursos hídricos.

No Estado de São Paulo data de 1991 o marco quanto à gestão de recursos hídricos, com a promulgação da Lei Estadual 7.663 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e as orientações para a implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (JACOBI; FRACALANZA, 2005). Desse modo, de acordo com a Política de Recursos Hídricos, a gestão das águas deve ser realizada de forma descentralizada, participativa e integrada.

A descentralização refere-se à adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e de gestão dos recursos hídricos, o que resultou na delimitação das Unidades de

Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs), nas quais os Comitês de Bacias Hidrográficas constituem-se como órgãos deliberativos e consultivos de gerenciamento dos recursos hídricos (JACOBI; FRACALANZA, 2005).

Esse modelo de gestão pressupõe a adoção de uma abordagem sistêmica acerca do conceito de bacia hidrográfica, considerando que a sua composição compreende os aspectos biofísicos, as relações sociais e econômicas, os aspectos demográficos, as estruturas administrativas e institucionais nela existentes.

Nesse sentido, Leal (2000) entende que “considerar uma bacia hidrográfica como uma unidade, portanto, impõe abordar todos seus elementos (água, solo, flora, fauna, uso e ocupação do solo, etc.) e compreendê-la como uma totalidade composta por elementos naturais e sociais, interrelacionados e dinâmicos.”

A gestão por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas demanda negociações entre os órgãos dos diferentes níveis de governos, os usuários e a sociedade civil organizada, conforme detalha Mauro (2014):

Os CBHs são compostos por representação de governos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), representações de usuários (industrial, agrícola e agronegócios, saneamento básico, energéticos, turismo, navegação entre outros) e representações da sociedade civil e instituições técnicas e de ensino (Organizações Não Governamentais, Instituições de Ensino e Pesquisa, associações profissionais entre outras) (...)
(Mauro, 2014).

A respeito da organização interna, de acordo com dados obtidos no portal do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH), o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), se organiza por meio de uma Diretoria (presidente, vice-presidente e secretário executivo), Plenária, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho e, possui um plano, Plano da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.

A composição da plenária do CBH-PP a composição é tripartite, com participação do Estado, dos municípios e da sociedade civil, desse modo, nota-se que há maior participação do poder público, vez que a sociedade civil representa um terço da composição do Comitê (Quadro 9).

Quadro 9 – Composição do Plenário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema – Biênio 2019/2020

Representantes do Estado	Representantes da Sociedade Civil	Representantes dos Municípios
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)	Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC)	Município de Álvares Machado
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Município de Anhumas
Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São paulo (CODASP)	União das Instituições Educacionais de São Paulo (UNIESP) S.A. Presidente Prudente	Município de Caiuá
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São paulo (SABESP)	Centro das Indústrias do Estado de são Paulo (CIESP)	Município de Martinópolis
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Presidente Prudente	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)	Município de Mirante do Paranapanema
Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (CFA/SIMA)	União nacional da Bioenergia (UDOP)	Município de Narandiba
Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE)	Sindicato Rural de Presidente Bernardes	Município de Pirapozinho
Diretoria de Ensino de Mirante do Paranapanema	Associação Brasileira das Empresas Geradoras de energia Elétrica (ABRAGE)	Município de Presidente Bernardes
Faculdade de Ciência e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (FCT – UNESP)	Pontal Flora	Município de Presidente Prudente
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)	Rotary Club de Álvares Machado	Município de Presidente Venceslau
Polícia Militar Ambiental	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo SINTAEMA)	Município de Santo Anastácio
Secretaria de Estado da Saúde	Comitê de Cidadania pela Ética na Política e de Defesa dos Direitos do Cidadão do Município de Tarabai	Município de Tarabai
	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Presidente Prudente	Município de Teodoro Sampaio

Fonte: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH), <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhpp/representantesplenaria20192020> - organizado pela autora

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são responsáveis pela gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), portanto, os projetos a serem financiados com os recursos do Fehidro devem ser definidos e aprovados no âmbito dos Comitês.

De acordo com informações do portal do Fehidro (<http://fehidro.sp.gov.br>), o fundo está relacionado ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) com o objetivo de dar suporte à Política Estadual de Recursos Hídricos, para financiamento de projetos e ações na área de recursos hídricos, que promovam a melhoria e proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

O CBH-PP atua na gestão do Fehidro desde a sua criação, em 1996, tendo sido diversos os projetos discutidos e aprovados, com considerável volume de recursos investidos na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.

Por meio de dados obtidos junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, foi possível realizar uma breve análise acerca dos projetos do Fehidro discutidos e aprovados neste Comitê durante o período de 1996 a 2018, sendo considerados, para o presente estudo, os projetos classificados nas situações de empreendimentos concluídos e empreendimentos em execução. Uma planilha com todos os projetos nestas situações foi organizada pela autora e incluída no apêndice.

Conforme já mencionado no capítulo destinado à caracterização da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, esta Bacia é composta por 26 municípios, portanto, esta é a área de atuação do CBH-PP. Na breve análise realizada acerca dos dados referentes aos recursos do Fehidro investidos na Bacia, observa-se que todos os 26 municípios foram contemplados com estes recursos, alguns com maior número de projetos aprovados, outros, com menor, conforme Quadro 10.

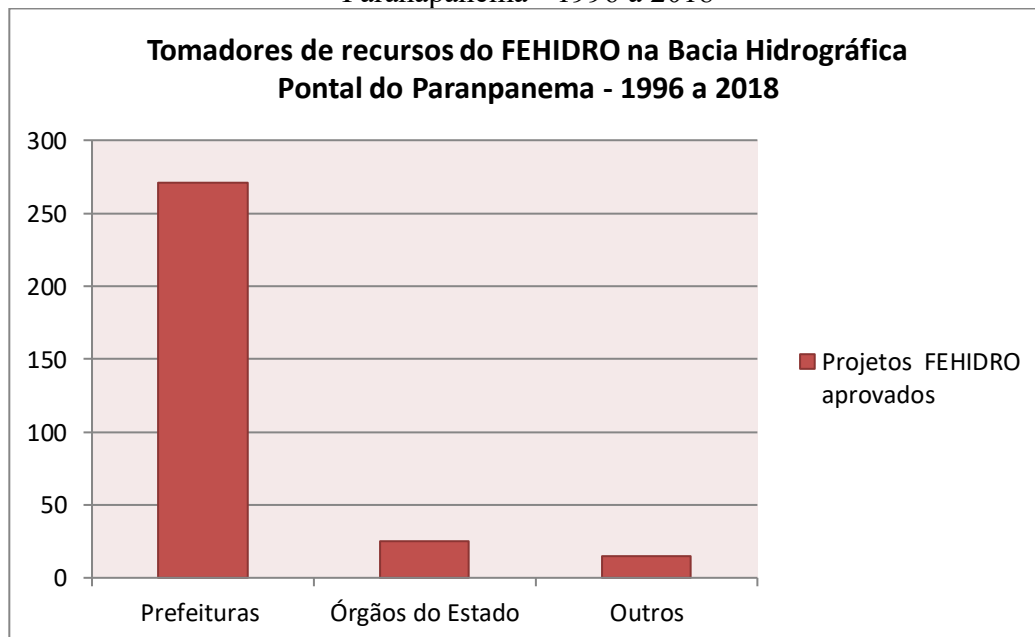
As principais tomadoras de recursos do Fehidro na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema são as prefeituras, contudo, constam também como tomadores, em proporção menor, diferentes órgãos relacionados ao Estado como Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Instituto Florestal, Comando de Policiamento Ambiental e, organizações da sociedade civil, como Instituto de Pesquisas Agroflorestais (IPE) e Associação Ecológica Ararajuba (Figura 12).

Quadro 10 – Distribuição de projetos aprovados com recursos do Fehidro tendo como tomadores as prefeituras - 1996 a 2018

Nº de Projetos Financiados	Prefeituras Tomadoras de Recursos do FEHIDRO
Entre 1 e 5	Marabá Paulista, Presidente Prudente, Rancharia, Rosana, e Sandovalina
Entre 6 e 10	Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Indiana, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Taciba, Tarabai
Entre 11 e 15	Estrela do Norte, Iepê, Martinópolis, Piquerobi, Presidente Epitácio, Regente Feijó, Teodoro Sampaio
Entre 15 e 20 (ou mais)	Álvares Machado, Anhumas, Nantes, Presidente Venceslau e Santo Anastácio

Fonte: Dados obtidos junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema. Organizado pela autora.

Figura 12 – Tomadores de recursos do Fehidro na Bacia Hidrográfica Pontal do Paranapanema - 1996 a 2018



Fonte: Dados obtidos junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema. Organizado pela autora.

6.2 Algumas comparações entre o Colegiado de Desenvolvimento Territorial e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema

A partir do presente estudo é possível empreender um primeiro esforço para estabelecer um comparativo entre a gestão social ocorrida no âmbito do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), institucionalidade reconhecida pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) como responsável pela gestão social no território e, aquela ocorrida no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), institucionalidade que, por meio do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), é a responsável, em primeira instância, pela gestão dos recursos hídricos.

Tanto a existência do Codeter quanto a do CBH-PP estão intrinsecamente relacionadas ao processo de democratização do Brasil, pós ditadura militar, especialmente fortalecido com promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliou a temática da participação social, possibilitando o surgimento de espaços como os conselhos, comitês, colegiados, conferências, entre outros, de modo a garantir espaços de governança, a partir de um novo paradigma para a ação pública, no qual a relação governo e sociedade é incorporada para se pensar a gestão dos bens e recursos públicos.

O espaço físico ou a unidade de planejamento adotada para a implantação do Pronat é o Território, entendido como sendo o ambiente que reúne demandas e potencialidades comuns, portanto, com possibilidade de gerar esforço comum para a promoção do desenvolvimento local. O SINGREH, por sua vez, adota a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento.

Tanto na definição do conceito de Território, quanto na definição do conceito de Bacia Hidrográfica, pressupõem-se a adoção de uma abordagem sistêmica. Desse modo, o conceito de Bacia Hidrográfica compreende os aspectos biofísicos, as relações sociais e econômicas, os aspectos demográficos, as estruturas administrativas e institucionais nela existentes, o conceito de Território, por sua vez, parte do pressuposto da relação de interdependência existente entre o campo e a cidade, compreende o território como o espaço que reúne dinâmicas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais com capacidade de interferir na sustentabilidade dos processos de desenvolvimento e na elaboração e execução de políticas públicas.

No que se refere ao recorte geográfico ou área territorial, o Território do Pontal do Paranapanema contou na sua composição com 32 municípios, enquanto que a Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema conta com 26 municípios, todos estes inseridos no

recorte abrangido pelo Território, estão fora do CBH-PP, mas dentro do Território do Pontal os municípios de Alfredo Marcondes, Caiabu, Emilianópolis, João Ramalho, Ribeirão dos Índios e Santo Expedito – distribuídos entre as UGRHIs 21 (Peixe) e 17 (Médio Paranapanema).

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) é a institucionalidade responsável pela condução e operacionalização da estratégia de desenvolvimento territorial, pelo planejamento, gestão e controle social das ações implementadas, no âmbito da Bacia Hidrográfica, essas atribuições cabem aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

No Pontal do Paranapanema o Codeter foi criado no ano de 2004, enquanto que o CBH-PP foi implantado 8 anos antes, em 1996. Ocorre que o Codeter teve a sua existência delimitada no tempo, tendo perdurado até o ano de 2016, quando outro projeto político foi implantado no país com mudanças ocorridas no Governo Federal e, assim, a execução da toda a estratégia de desenvolvimento territorial deixou de ser prioridade.

Desse modo, o Codeter contou com atuação durante um período de 12 anos e, o CBH-PP atua na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema há 23 anos. Nota-se que o Codeter e o CBH-PP coexistiram na região Pontal do Paranapanema por pouco mais de uma década, durante o período de 2004 a 2016.

No tocante a composição dos plenários das duas instiucionalidades, é possível verificar significativa diferença. No Codeter, a composição do Plenário ocorre de forma paritária, com a presença de 20 organizações da sociedade civil e 20 representações do poder público, sendo que entre os representantes do poder público estão presentes as esferas federal, estadual e municipal. Entre os represetantes da sociedade civil, estão presentes principalmente organizações ligadas à agricultura familiar e reforma agrária, sendo muitas associações de agricultores, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, entidades de defesa de direitos humanos, além de universidades. Isto pode estar diretamente relacionado ao fato de que o Ministério que promoveu a implantação do Pronat, Ministério do Desenvolvimento Agrário, era responsável pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e reforma agrária e mobilizou, inicialmente, essas organizações para compor o colegiado. O estudo constatou, ainda, que houve maior rotatividade em relação à participação das organizações da sociedade civil na composição do Codeter (Quadro 5).

No CBH-PP, por sua vez, a composição é tripartite, com participação do Estado, dos municípios e da sociedade civil e, não há presença de representantes do governo federal. Desse modo, observa-se que no CBH há uma participação predominante do poder público representados por órgãos vinculados ao governo do Estado e Prefeituras, sendo que a sociedade civil ocupa um terço da composição. Nota-se que os principais segmentos que ocupam o espaço

da sociedade civil no CBH-PP representam grupos industriais, empresariais, comerciais e também organizações do setor sucroalcooleiro e do agronegócio.

No que se refere à presença da sociedade civil nessas duas instâncias é possível apontar para a existência de um componente de classe, posto que, no CBH-PP encontram-se aqueles que detem os meios de produção, enquanto que, no Codeter, encontra-se a classe trabalhadora, compostas por representações dos agricultores, contudo, trata-se de hipótese que merece maior estudo e aprofundamento, para identificar os motivos que levaram esses segmentos a optarem por participar de um espaço em detrimento do outro.

Ainda, outra questão identificada neste estudo e que merece maior aprofundamento é a que se refere à rotatividade das organizações da sociedade civil na composição do Codeter e da menor participação em relação ao poder público no CBH-PP, nesse aspecto, é possível pressupor que os representantes da sociedade civil encontram maior dificuldade para se fazerem presentes e se manterem nos espaços de participação. Algumas questões podem ser apontadas considerando esse pressuposto: a falta de cultura quanto à participação diante do fato de que ainda é muito recente no Brasil a existência de espaços de participação social e de governança; o fato de que os representantes da sociedade civil nem sempre estão “liberados” para essa participação, precisam deixar trabalho, estudo e demais compromissos para se fazerem presentes nas atividades (ainda, por vezes, precisam arcar com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem), enquanto que os representantes do poder público estão representando o órgão/instituição com o qual possui vínculo empregatício, participando das reuniões e demais atividades durante seu horário de expediente e, por vezes, ainda recebendo diária(s) para tanto. De qualquer forma, novas pesquisas podem esclarecer melhor essa discrepância e pontar soluções para garantia de participação da sociedade civil em igualdade de condições com o poder público.

Nota-se que há alguma coincidência de organizações que estiveram presentes na composição do Codeter e que constam na relação de membros do CBH-PP. Considerando as organizações titulares que compuseram o Codeter e que compõem o CBH-PP (Biênio 2019-2020), observa-se, em relação à sociedade civil, que apenas duas organizações participaram de ambos os espaços: IPÊ e Pontal Flora. Quanto ao Estado e prefeituras, constata-se que 14 organizações participaram tanto do Codeter quanto do CBH-PP: APTA, CATI, Itesp, Unesp, Secretaria Estadual de Saúde, Prefeituras de Anhumas, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio (embora não todas ao mesmo tempo), contudo, o estudo constatou que não houve qualquer interação entre as duas instucionalidades durante o período

em que coexistiram no Pontal do Paranapanema.

Cumprir mencionar que o tema recursos hídricos foi pouco pautado no âmbito do Codeter. De todos os documentos analisados neste estudo, apenas em um momento a questão da água é considerada, sendo este no PTDRS, elaborado em 2007, quando a escassez de água é apontada como um entrave para a produção de alimentos:

Durante as oficinas realizadas em setembro de 2007, os agentes presentes (a maior parte deles representantes de associações de assentamentos) expressaram ainda um outro conjunto de entraves, mais especificamente relacionados à sua situação econômica: a inadimplência como entrave a novos projetos; as dificuldades para se obter licenciamento ambiental; as dificuldades de acesso ao crédito; as dificuldades de produção ligadas à escassez de água e à baixa qualidade dos solos; os problemas sociais relacionados à grande produção de cana; a insuficiência ou inadequação dos serviços de ATER.
(BRASIL, 2007)

Como ação para enfrentar o problema da escassez de água que implica no desenvolvimento econômico dos assentamentos, é apresentada a proposta de diversificação produtiva:

A constatação de que a degradação de solos e a indisponibilidade de água afetam severamente a agricultura e a pecuária levaram à vinculação entre estas questões. Há um entendimento de que uma combinação de atividades ligadas a agroflorestas e produtos diferenciados, podem atender simultaneamente aos principais objetivos: geração de renda e oportunidades de trabalho; segurança em relação à disponibilidade de recursos naturais em qualidade e quantidade suficientes. Esta combinação permitiria a comercialização de diferentes produtos, poupando recursos pela substituição de insumos que podem ser obtidos localmente. De forma articulada, seriam gerados estímulos para a restauração e/ou conservação de áreas de reserva legal (nas quais seriam implantados sistemas de manejo) e de matas ciliares
(BRASIL, 2007).

Como se observa, a pauta da gestão dos recursos hídricos não foi uma prioridade das discussões do Colegiado Territorial durante o período estudado, contudo, nota-se a destinação de recursos do Proinf para a perfuração de poços nos assentamentos.

A pesquisa abordou ainda duas experiências que se destacaram no Território da Cidadania Pontal do Paranapanema quanto à gestão social: os ciclos de elaboração e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e os ciclos de discussão e aprovação de projetos para o Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (Proinf), os quais se fizeram presentes durante todo o período de existência do Colegiado. Da mesma forma, o CBH-PP também atuou na elaboração e atualização do Plano da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e, na gestão dos recursos do Fehidro.

De acordo com o apurado neste estudo, os recursos investidos no Pontal do Paranapanema por meio da atuação do Codeter na gestão do Proinf, somam R\$ 5.032.308,36 (cinco milhões, trinta e dois mil, trezentos e oito reais e trinta e seis centavos), já os recursos investidos por meio da atuação do CBH-PP na gestão do Fehidro, somam R\$ 28.881.048,59 (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos). Os principais tomadores desses recursos, tanto do Proinf quanto do Fehidro, são as Prefeituras Municipais.

Os primeiros projetos aprovados no âmbito do Colegiado destinavam-se ao apoio à cadeia produtiva do leite, para aquisição de resfriadores e realização de cursos de capacitação para os produtores. Posteriormente, houve uma maior variação quanto ao objeto dos projetos apresentados pelo Colegiado, estando estes voltados para implementação de viveiros e hortas comunitárias, aquisição de veículos de carga e utilitários, máquinas e equipamentos, perfuração de poços, construção de barracões comunitários, apoio às feiras, implantação de agroindústria e apoio à criação de pequenos animais e projeto para implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Os projetos executados com recursos do Fehidro são bastante diversos e de significativa importância na área dos recursos hídricos, sendo principalmente projetos para construção de rede coletora de esgoto; adequação de estradas; ampliação do sistema de esgoto; prevenção, controle e estabilização de erosão; adequação de estradas rurais; projetos de educação ambiental; adequação e controle de voçorocas; adequação de solo; elaboração de estudos e planos diretores de controle de erosão e macrodrenagem; execução de galerias de águas pluviais, entre outros (Planilha no apêndice).

Ambas as instâncias contam com sistema informacional bastante importante, o CBH conta com Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH), um sistema bastante completo com informações sobre as diferentes bacias hidrográficas, instrumentos de gestão, base documental, legislação pertinente, entre outras. Em relação aos territórios, a organização do sistema informacional encontrava-se disponível e em processo de consolidação, sendo este o Sistema de Gestão Territorial (SGE).

Importante mencionar que a atuação dos Comitê de Bacias Hidrográficas têm a sua atuação embasada no SINGREH, regulamentado pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, a Lei das Águas, que também institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, ainda, pela Lei Estadual 7.663 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e as orientações para a implantação do SIGRH.

O Codeter, por outro lado, não possuía qualquer legislação que fundamentasse e

disciplinasse a sua existência e atuação, sendo normatizado no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC), instituído por decreto presidencial.

O fato de possuir uma legislação específica foi de fundamental importância para a permanência dos Comitês de Bacias Hidrográficas quando, por meio do Decreto 9.759/2019, o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, intentou extinguir diversos conselhos, colegiados, comitês, fóruns, contudo, precisou recuar para manter a existência daqueles que haviam sido criados por meio de lei, sendo, portanto, obrigado a manter os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Desse modo, apresentada essa primeira análise comparativa entre o Codeter e o CBH-PP, a partir daquilo que foi possível avançar neste estudo, segue quadro que sintetiza os aspectos abordados.

Quadro 11 – Algumas comparações entre o Colegiado de Desenvolvimento Territorial e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema

Item analisado	Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)	Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP)
Unidade de Planejamento	Território	Bacia Hidrográfica
Área Territorial	32 municípios	26 municípios
Institucionalidade responsável pela gestão	Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)	Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP)
Período de atuação	2004 a 2016	1996 até dias atuais
Composição	Paridade entre sociedade civil e poder público - com representação das 3 esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal)	Tripartite (Estado, município e sociedade civil)
Organização com estrutura interna	Plenário, Núcleo Dirigente, Núcleo Técnico, Câmaras Temáticas e Microrregiões	Diretoria, Plenária, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos
Normativas internas	Regimento Interno	Regimento Interno e Estatuto
Principal política de gestão	Programa de Infraestrutura e Serviços (Proinf)	Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)
Volume de recursos investidos	R\$ 5.032.308,36	R\$ 28.881.048,59
Principais Tomadores	Prefeituras	Prefeituras
Principais projetos	Apoio à cadeia produtiva do leite - aquisição de resfriadores e cursos de capacitação; implantação de viveiros e hortas comunitárias; aquisição de veículos, máquinas e equipamentos; perfuração de poços; construção de barracões comunitários; aquisição de barracas e equipamentos para feiras; implantação de agroindústrias; apoio à criação de pequenos animais; implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	Construção de rede coletora de esgoto; adequação de estradas; ampliação do sistema de esgoto; prevenção, controle e estabilização de erosão; adequação de estradas rurais; projetos de educação ambiental; adequação e controle de voçorocas; adequação de solo; elaboração de estudos e planos diretores de controle de erosão e macrodrenagem; execução de galerias de águas pluviais, entre outros
Planos	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	Plano da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema
Sistema Informacional	Sistema de Gestão Estratégica (SGE)	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH)
Legislação Federal	Não há Lei Federal, apenas Programa: Pronat e PTC	Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, a Lei das Águas, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos
Legislação Estadual	Não há	Lei Estadual 7.663 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e as orientações para a implantação do SIGRH

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à experiência de implantação da abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento rural, o Brasil contou com a recente experiência de implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), por meio do qual foram criados 164 Territórios Rurais e, a partir desdes, 120 Territórios da Cidadania, experiência esta que perdurou entre os anos de 2003 e 2016.

A estratégia de desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial foi então adotada pelo Governo Federal com o fim especial de promover a superação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais. Nesse contexto, o território compreende a inter-relação existente entre campo e cidade e se apresenta como a unidade que melhor pode dimensionar os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições, de modo a valorizar estes e outros elementos endógenos, compreendendo que, a partir da identificação de demandas comuns é possível que se mobilizem para as iniciativas de desenvolvimento. Ainda, por ser uma escala maior que o município, o território pode favorecer o afastamento das disputas de poder presentes na esfera local, possibilitando o surgimento de dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais com maior capacidade de interferir na sustentabilidade dos processos dedesenvolvimento.

A abordagem territorial como referência no processo de desenvolvimento rural destaca a necessidade de adequação das políticas públicas às especificidades dos territórios, e isso pode ser possível a partir da participação dos atores desses territórios na discussão, essa participação se concretizou com a criação dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial, compostos por representantes da sociedade civil e do poder público, sendo as institucionalidades responsáveis pela condução das ações, planejamento, controle social e gestão de políticas públicas, em especial do Programa de Infraestrutura e Serviços (Proinf), nos territórios.

O presente estudo abordou detalhadamente todo o processo de implantação do Pronat no Território da Cidadania Pontal do Paranapanema, a partir da criação e consolidação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), analisando, especialmente, os processos de elaboração e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e os ciclos de gestão do Proinf, sendo possível concluir que se tratou de uma experiência importante de participação e gestão social, de modo geral, contou com efetiva participação da sociedade civil e do poder público nas discussões e decisões.

A pesquisa ainda intentou um esforço para estabelecer um primeiro comparativo entre a atuação deste Colegiado com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapenma. Foi

possível identificar que as duas institucionalidades coexistiram no mesmo espaço atuando com base no mesmo recorte geográfico (apenas seis municípios diferenciava o recorte territorial: Codeter – 32 municípios, CBH-PP – 26 municípios), com certa coincidência entre os membros que as compunham, especialmente quanto aos representantes do poder público, contudo, foi possível constatar que não foi estabelecido qualquer diálogo entre as duas instâncias.

A respeito da não interação entre o Codeter e o CBH-PP, algumas hipóteses podem ser levantadas.

A primeira hipótese está relacionada ao cenário político existente durante a coexistência das duas institucionalidades que encontravam-se sob a égide de instâncias governamentais diversas, sendo o Codeter vinculado a um Programa implantado pelo Governo Federal e o CBH-PP, constituído a partir de uma atuação do Governo do Estado de São Paulo. É digno de nota que, durante todo o período em que os Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania estiveram ativos, o governo federal era liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), excluindo-se o último ano, 2016, devido ao afastamento da presidente Dilma Rousseff e, o governo estadual era liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)(governos Alckimin, Serra e Alckimin novamente). O fato de que esses dois partidos dividiam o cenário político nacional nessa conjuntura deve ter sido muito significativo para essa falta de integração.

Uma segunda hipótese aponta que é possível que esta separação e a ausência de diálogo entre Codeter e CBH-PP ocorreu devido à inexistência de consciência daqueles que encontravam-se envolvidos nesses espaços, sobretudo acerca da interrelação entre a gestão de recursos hídricos - pauta prioritária no Comitê - e o desenvolvimento territorial rural - pauta prioritária do Colegiado.

Por fim, uma última hipótese está relacionada à problemas existentes no interior das instituições, visto que uma mesma instituição indicava pessoas diferentes para participarem do Codeter e do CBH-PP e, é possível que não tenha havido qualquer diálogo entre esses representantes no interior de suas instituições acerca do que acontecia no Codeter e no CBH-PP, até mesmo pela sobrecarga de trabalho em que possivelmente se encontravam ou, mesmo porque cada um atuou buscando resultados individuais.

Fato inegável é que essa não integração certamente prejudicou as potencialidades de ambas as instâncias – e, por conseguinte, de todo o desenvolvimento territorial.

Conclui-se que as experiências de participação e gestão social promovidas por meio da existência de espaços como os Comitês de Bacias Hidrográficas e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial, embora possam apresentar problemas e diversas limitações,

constituem-se em espaços fundamentais para que a gestão pública, a destinação de recursos públicos, a criação e implementação de políticas públicas, ocorram de maneira transparente e atendam, efetivamente, as demandas e necessidades sociais.

Nota-se, contudo, que o momento político atual vivido no Brasil tem representado ameaça à existência de espaços de participação, o que se observa com o fim da organização dos Colegiados Territoriais, que estavam vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto no ano de 2016, contudo, cumpre ressaltar que a participação social é fundamental para a existência da democracia, logo, ampliar e fortalecer os diferentes espaços de participação e de gestão social é também contribuir para a permanência e fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; **O futuro das regiões rurais**. 1ª Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- ANA - Agência Nacional de Águas. **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema**. Brasília-DF, Novembro, 2016.
- BARONE, L. A.; MELAZZO, E. S.; SILVA, A. A. **Célula do Pontal do Paranapanema- SP: acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural**. Presidente Prudente: FCT UNESP, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.
- BRASIL. Governo Federal. **Sistema de Gestão Estratégica**. Colegiados em Rede. Relatório Agenda do Colegiado. Disponível em <http://sge.mda.gov.br>. Acesso em 16/09/2016
- BRASIL. Governo Federal. **Sistema de Gestão Estratégica**. Projetos Financiados SDT. Disponível em <http://sge.mda.gov.br>. Acesso em 16/09/2016
- BRASIL. **Lei Estadual nº 7.663 de 30 de dezembro de 1991**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/alteracao-lei-7663-30.12.1991.html>. Acesso em: 05 fev. 2019
- BRASIL. **Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9984.htm. Acesso em: 05 fev. 2019
- BRASIL. **Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 05 fev. 2019
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios Rurais**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005 (Série documentos institucionais, 2).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais**. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial. 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia para o planejamento**. Brasília: MDA/SDT, 2005b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Orientações para a Indicação, Elaboração e Trâmite de Projetos Territoriais em 2007 e 2008**. Brasília: MDA/SDT. 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Orientações para a Indicação, Elaboração e Trâmite de Projetos Territoriais em 2009**. Brasília: MDA/SDT. 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual de Operacionalização do Proinf 2011**. Brasília: MDA/SDT. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual Operacional do Proinf 2012**. Ação orçamentária de apoio a projetos infraestrutura e serviços em Territórios Rurais. Brasília: MDA/SDT. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual Operacional do Proinf 2014**. Ação orçamentária de apoio a infraestrutura em Territórios Rurais. Brasília: MDA/SDT. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual Operacional do Proinf 2015**. Ação orçamentária de apoio a infraestrutura em Territórios Rurais. Brasília: MDA/SDT. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais- PRONAT: Balanço de gestão 2003-2010**. Brasília: MDA/SDT, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território**. São Paulo: [s.n.], 2007b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território**. São Paulo: [s.n.], 2011b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Guia de orientações para atuação territorial – Programa Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços**. São Paulo: [s.n.], 2010b. (Relatório, 01).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços**. São Paulo: [s.n.], 2011c. (Relatório, 04).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Chamamento Público de Seleção de Projetos para o Fortalecimento, Dinamização, Estruturação (PROINF), apoio as Mulheres e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar**. Brasília. 2017.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. **Gestão social e governança territorial: intersecções e especificidades teórico-práticas**. G&DR. vol. 9, n. 3, set/dez/2013, Taubaté, São Paulo.

CBH-PP - Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema. **Plano da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema UGRHI 22– 2016/2027**. Relatório I, Volume 1. 2016.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA. **Regimento Interno do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2007.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA. **Regimento Interno do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente, 2009.

DALLABRIDA, V. R. **A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro, 2007.

DELGADO, N. G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula.** 1ª Ed. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. (Coletânea de artigos – Brasil Rural em Debate).

DEMO, P. **Avaliação qualitativa.** 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 25). Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 11-12. Editora UFPR. 2005.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios.** Brasília, DF: IICA, 2010.

FAVARETO, A.; SCHRODER, M.; **Do território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil.** In: XLV Congresso da SOBER: conhecimento para agricultura do futuro. Anais... Londrina, PR, 22 a 25 de julho de 2007.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: Terras (re)tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do paranapanema).** 2009. Tese. Doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: João Pedro Stédile (Org.). **A questão agrária no Brasil 7.** 2013, São Paulo.

GOHN, M. da G.; **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** Coleção Questões da Nossa Época, Vol. 84. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Fundo estadual de recursos hídricos.** Disponível em: <http://fehidro.sp.gov.br>. Acesso em: 30/10/2019

JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. **Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa.**

LEAL, A. C. **Gestão das águas no Pontal do Paranapanema - São Paulo.** Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, UNICAMP. Campinas. 2000.

LEAL, A. C. **Planejamento ambiental de Bacias Hidrográficas como instrumento para o gerenciamento de recursos hídricos.** Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n.6, p 65-84, 2012.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, S.P. et al. **Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural brasileiro.** 1ª Ed. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. (Coletânea de artigos – Brasil Rural em Debate).

MARTINS, R. C. **Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais.** Sociologias, vol. 8, n. 15. Porto Alegre, 2016.

MAURO, C. A. **Conflitos pelo uso da água**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, nº 36. Volume especial, p. 81-105, 2014.

NERA – Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária. DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Disponível em: www.fct.Unesp.br/nera

OLIVEIRA, J. H.; **Programa “Territórios da Cidadania”: uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica**. Argentina, Nov.2008.

PERICO, R. E.; **Identidade e território no Brasil**. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2009.

PORTO, M. F. A.; PORTO, L. L. **Gestão de Bacias Hidrográficas**. Estudos Avançados 22 (63). São Paulo, 2008.

Presidência da República. Secretaria-Geral. Medida **Provisória nº 7726, de 12 de maio de 2016**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 01/08/2019.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M.; **Políticas Públicas e sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil**. DRd – Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 3, n. 2, jul/dez. 2013.

SOUZA, D.C.; **Produto 2 - Documento contendo análise do processo de constituição e funcionamento dos colegiados territoriais, incluindo todas suas instâncias nos territórios Andradina, Noroeste Paulista, Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira, no período de 2007 a 2010**. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, SDT/MDA, 2010b.

ANEXOS

ANEXO A - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: REUNIÃO DE ELABORAÇÃO DA 1ª VERSÃO DO PTDRS



Fonte: Própria autora

ANEXO B - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO DO CODETER DO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: Própria autora

ANEXO C - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DO COLEGIADO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, EM RECIFE-PE



Fonte: Própria autora

ANEXO D - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: REUNIÃO DO PLENÁRIO DO CODETER DO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: Própria autora

ANEXO E - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: REUNIÃO DO PLENÁRIO DO CODETER DO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: Própria autora

ANEXO F - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – CODETER DO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: Própria autora

ANEXO G - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: MONITORAMENTO DE PROJETO DO PROINF NA CIDADE DE TEODORO SAMPAIO



Fonte: Própria autora

ANEXO H - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: FEIRA DA LUA – PROJETO DISCUTIDO E APROVADO NO CODETER, IMPLANTADO COM RECURSOS DO PROINF NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE



Fonte: Própria autora

ANEXO I - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: REUNIÃO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA – CODETER DO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: Própria autora

ANEXO J - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: OFICINA DA CÂMARA TEMÁTICA DE DIREITOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



Fonte: Própria autora

ANEXO K - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CIDADE DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA



Fonte: Própria autora

ANEXO L - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Fonte: Própria autora

ANEXO M - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA: ENCONTRO DAS MULHERES DO CAMPO DO TERRITÓRIO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: Própria autora

APÊNDICES

APÊNCICE A – AGENDA DO COLEGIADO DE 01/01/2005 A 16/09/2016 – TERRITÓRIO DA CIDADANIA PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Elaboração do PTDRS	16/07/2006	16/07/2006	Mobilizar atores locais para discutir a elaboração do PTDRS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Elaboração do PTDRS	06/08/2006	06/08/2006	Mobilizar atores locais para elaboração do PTDRS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião do Núcleo Técnico da CIAT	11/08/2006	11/08/2006	Priorizar as demandas levantadas em seminário	Presidente Prudente - SP	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião da CIAT	20/09/2006	20/09/2006	Pauta: Seminário de ATER; Calendário de atividades; Coordenação da CIAT; Regimento Interno; Proinf 2006; Informações sobre o "Salão dos Territórios Rurais"	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Proinf e Regimento Interno	17/10/2006	17/10/2006	Discutir projeto para PROINF e Regimento interno da CIAT	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Regimento Interno da CIAT	01/11/2006	01/11/2006	Reunir o plenário para discutir o conteúdo do Regimento Interno	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Reunião com a CEF: Proinfs 2005 e 2006	01/11/2006	01/11/2006	Obter, junto à Caixa Econômica Federal, informações sobre o andamento dos projetos de PROINF 2005 e 2006	Presidente Prudente - SP	Caixa Econômica Federal	Realizado	Reuniões de trabalho
Instâncias de organização da CIAT	14/11/2006	14/11/2006	Discutir composição e atuação do Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico da CIAT	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Calendário das próximas atividades e Regimento Interno	21/11/2006	21/11/2006	discutir Calendário das próximas atividades e Regimento Interno	Mirante do Paranapanema - SP	Câmara Municipal de Mirante do Paranapanema	Realizado	Plenária
Projeto para edital Biodiesel	27/11/2006	27/11/2006	Reunir a plenária para discutir edital para projeto de biodiesel	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Organização de seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	05/12/2006	05/12/2006	Dar início à Organização de seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Gestão e comercialização da produção do leite no segmento da agricultura familiar no Pontal do Paranapanema	18/12/2006	19/12/2006	Apresentar à CIAT trabalho sobre a cadeia do leite no território	Presidente Prudente - SP	Hotel Aruá	Realizado	Seminário
PROINF 2006 - reunião na Caixa Econômica Federal	10/01/2007	10/01/2007	Monitoramento Proinf- reunião na Caixa Econômica Federal	Presidente Prudente - SP	Caixa Econômica Federal	Realizado	Reuniões de trabalho
Definição das entidades que serão membros titulares da CIAT	17/01/2007	17/01/2007	Definir as entidades que serão membros titulares da CIAT	Estrela do Norte - SP	Centro Comunitário de Estrela do Norte	Realizado	Atividades de mobilização
Organização do coletivo/Câmara de Mulheres	29/01/2007	29/01/2007	Discutir a organização do coletivo/câmara de mulheres no âmbito da CIAT	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de comitês setoriais
Reunião preparatória para o seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	02/02/2007	02/02/2007	Organizar o seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Eleição do Núcleo Dirigente da CIAT	06/02/2007	06/02/2007	Eleger os membros do Núcleo Dirigente da CIAT	Caiuá - SP	PROCAP - Caiuá	Realizado	Plenária
Reunião preparatória para o seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	09/02/2007	09/02/2007	Dar continuidade à organização do seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião do Núcleo Dirigente - Discutir agenda	07/03/2007	07/03/2007	Discutir agenda	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Plano Safra Territorial	12/03/2007	12/03/2007	Organização da demanda de crédito para o Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Plenária da CIAT	13/03/2007	13/03/2007	Discutir ações futuras	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Reunião preparatória para o seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	23/03/2007	23/03/2007	Dar continuidade à organização do seminário sobre monocultura da cana-de-açúcar	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	02/04/2007	02/04/2007	Aplicar questionário para Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	Estrela do Norte - SP	Casa da Agricultura de Estrela do Norte	Realizado	Reuniões de trabalho
Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	04/04/2007	04/04/2007	Aplicar questionário para Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	Pirapozinho - SP	casa da Agricultura de Pirapozinho	Realizado	Reuniões de trabalho
Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	09/04/2007	09/04/2007	Aplicar questionário para Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	Narandiba - SP	Casa da Agricultura de Narandiba	Realizado	Reuniões de trabalho
Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	12/04/2007	12/04/2007	Aplicar questionário para Identificação de demanda de crédito para o Plano Safra	Tarabai - SP	Casa da Agricultura de Tarabai	Realizado	Reuniões de trabalho
Políticas Públicas para os assentamentos da Reforma Agrária	17/04/2007	17/04/2007	Dialogar com representantes do MDA sobre políticas públicas para os assentamentos	Teodoro Sampaio - SP	Cocamp - Teodoro Sampaio	Realizado	Reuniões de trabalho
Edital PPIGRE/MDA	17/04/2007	17/04/2007	Discutir com secretária de agricultura do município de Teodoro Sampaio e representantes das assentadas do Assentamento Ribeirão Bonito o projeto a ser apresentado para o Edital PPIGRE/MDA	Teodoro Sampaio - SP	Secretaria de Agricultura de Teodoro Sampaio	Realizado	Reuniões de trabalho
Plenária para discutir documento base para elaboração do PTDRS	27/04/2007	27/04/2007	Discussão do subsídio para a elaboração da 1ª versão do PTDRS; Discussão sobre Diretrizes, Estratégias e Projetos; Organização das conferências regionais e conferência territorial para discussão do PTDRS; Socialização de informações sobre as oficinas municipais do Plano Safra Territorial.	Presidente Venceslau - SP	Sala de Educação Ambiental da Pontal Flora	Realizado	Plenária
Reunião da plenária para discutir novos projetos territoriais	16/05/2007	16/05/2007	discutir novos projetos territoriais	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Reunião do Núcleo Técnico - Projetos Territoriais	22/05/2007	22/05/2007	discutir novos projetos territoriais	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião da Plenária - novos projetos territoriais	25/05/2007	25/05/2007	discutir novos projetos territoriais	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Núcleo Técnico - análise de projetos	31/05/2007	31/05/2007	Analisar projetos territoriais	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Discutir organização do mutirão de Documentação da Trabalhadora Rural	19/06/2007	19/06/2007	Discutir organização do mutirão de Documentação da Trabalhadora Rural	Euclides da Cunha Paulista - SP	Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha Paulista	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião preparatória para o seminário sobre a expansão da monocultura da cana	04/07/2007	04/07/2007	Reunir os atores locais para dar continuidade à organização do seminário	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião preparatória para o seminário sobre a expansão da monocultura da cana	10/07/2007	10/07/2007	Dar continuidade à organização do seminário	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião do Núcleo Técnico - projeto territorial 2007	10/07/2007	10/07/2007	Dar continuidade à qualificação dos projetos	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
PPIGRE- Discussão para elaboração de projeto de horta para grupo de mulheres	17/07/2007	17/07/2007	Discutir conteúdo do projeto	Teodoro Sampaio - SP	Departamento de Agricultura de Teodoro Sampaio	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião preparatória para o seminário sobre a expansão da monocultura da cana	10/08/2007	10/08/2007	Dar continuidade à organização do seminário	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
I Fórum regional sobre a expansão da monocultura da cana: cenários e tendências para o Pontal do Paranapanema	21/08/2007	23/08/2007	Realização do fórum para debate das questões e problemas decorrentes da expansão da monocultura da cana	Presidente Prudente - SP	Auditório da Mitra Diocesana	Realizado	Seminário
Discussão de metodologia para oficinas mirorregionais do PTDRS	12/09/2007	12/09/2007	Discutir a metodologia a ser adotada para discutir o conteúdo do PTDRS nas microrregiões	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Oficina para discussão do PTDRS - Presidente Venceslau	25/09/2007	25/09/2007	Discutir na micro região o conteúdo do PTDRS com representantes do poder público e da sociedade civil organizada	Teodoro Sampaio - SP	Pontal Flora - Presidente Venceslau	Realizado	Oficina de Formação
Oficina para discussão do PTDRS - Teodoro Sampaio	26/09/2007	26/09/2007	Discutir na micro região o conteúdo do PTDRS com representantes do poder público e da sociedade civil organizada	Teodoro Sampaio - SP	Salão Paroquial - Teodoro Sampaio	Realizado	Oficina de Formação
Oficina para discussão do PTDRS - Presidente Prudente	27/09/2007	27/09/2007	Discutir na micro região o conteúdo do PTDRS com representantes do poder público e da sociedade civil organizada	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Mobilização para realização da etapa territorial da I CNDRSS	18/10/2007	18/10/2007	Mobilizar os atores locais para a organização e realização da etapa territorial da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Comissão de apoio à elaboração do PTDRS	09/11/2007	09/11/2007	apoiar a conclusão da elaboração do PTDRS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Comissão Organizadora da I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	17/12/2007	17/12/2007	Iniciar a organização da etapa territorial da I CNDRSS. Pauta: Definição de data e local da Conferência; Cotas de Participantes; Divulgação; Estrutura e local; Recursos financeiros; Metodologia; Programação da Conferência	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Comissão Organizadora da I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	08/01/2008	08/01/2008	Dar continuidade à organização da conferência, retomando os pontos não esgotados na reunião anterior: Recursos financeiros; Metodologia; Programação; Divisão de tarefas	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Comissão Organizadora da I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	15/01/2008	15/01/2008	Finalizar a programação; organização o processo de eleição de delegados/as; infraestrutura.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	30/01/2008	30/01/2008	Realizar a conferência: discutir eixos temáticos, aprovar propostas e eleger delegados/as para etapa estadual	Mirante do Paranapanema - SP	Mirante Futebol Clube	Realizado	Conferência
Lançamento do Programa Territórios da Cidadania	03/03/2008	04/03/2008	Promover o lançamento do Programa Territórios da Cidadania	Presidente Prudente - SP	Aruá Hotel	Realizado	Lançamento Programa da Cidadania
Reorganização da composição da CIAT	18/03/2008	18/03/2008	Rediscutir a composição da CIAT a fim de incluir entidades que tenham participação efetiva	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Discussão de ações da Matriz 2008 Programa Territórios da Cidadania	25/03/2008	25/03/2008	Discutir as ações referentes aos eixos temáticos: Organização Sustentável da Produção e Apoio à Gestão Territorial	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Discussão de ações da Matriz 2008 Programa Territórios da Cidadania	01/04/2008	01/04/2008	Discutir as ações referentes aos seguintes eixos temáticos: Direitos e Desenvolvimento social; Educação e Cultura	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Análise de projetos para Proinf 2008	03/04/2008	03/04/2008	Qualificar os projetos a serem encaminhados ao Proinf 2008 (manhã)	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Discussão de ações da Matriz 2008 Programa Territórios da Cidadania	08/04/2008	08/04/2008	Discutir ações referentes aos seguintes eixos temáticos: ações fundiárias; infraestrutura; saúde; saneamento e acesso à água	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Plano de ações - Programa Territórios da Cidadania	15/04/2008	15/04/2008	Concluir as discussões sobre a Matriz 2008 do Programa Territórios da Cidadania com a elaboração do plano de ações	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Edital para produção de Biodiesel	29/04/2008	29/04/2008	Discutir edital e definir entidade que irá apresentar projeto territorial para produção de biodiesel	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Assistência Técnica e Extensão rural - ATER	08/05/2008	08/05/2008	Discutir Edital para contratação de Assistência Técnica e Extensão rural - ATER – verificar entidades do território aptas a serem proponentes	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Educação e Cultura - PTC	12/05/2008	12/05/2008	Aprofundar a discussão sobre Pronea e recursos para construção de escolas rurais, ações contidas na Matriz do Programa Territórios da Cidadania	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Programa Arca das Letras	13/05/2008	13/05/2008	Capacitação de agentes de leitura e atores territoriais	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Câmara Temática de Organização da Produção	08/07/2008	08/07/2008	Discutir questões ambientais dos assentamentos de reforma agrária do Pontal	Presidente Prudente - SP	Secretaria de Agricultura de Teodoro Sampaio	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Programa Territórios da Cidadania e PTDRS	15/07/2008	15/07/2008	Definir ações prioritárias na matriz do Programa Territórios da Cidadania à luz do PTDRS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	18/07/2008	18/07/2008	Possibilitar espaço para divulgação e discussão do programa junto aos agricultores assentados	Mirante do Paranapanema - SP	Mirante do Paranapanema	Realizado	Oficina de Formação
Câmara Temática de Organização da Produção	06/08/2008	06/08/2008	Dar continuidade à discussão de propostas e ações para atuação da câmara	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Câmaras Temáticas Educação e Cultura e Direitos e Desenvolvimento Social	19/08/2008	19/08/2008	Reunião das câmaras temáticas de Educação e Cultura e Direitos e Desenvolvimento Social: Programa Territórios da Cidadania e PTDRS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
PRONAF e renegociação de dívidas dos produtores	08/09/2008	08/09/2008	Discutir as questões referentes à execução prática do PRONAF e renegociação de dívidas dos produtores	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
PROINF 2008 - 2ª chamada	17/09/2008	17/09/2008	Análise dos projetos do território para a segunda chamada do Proinf 2008	Presidente Venceslau - SP	Prefeitura de Presidente Venceslau	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Mutirão de documentação da mulher trabalhadora rural	30/09/2008	30/09/2008	Reunião para organização do mutirão	Mirante do Paranapanema - SP	Prefeitura de Mirante do Paranapanema	Realizado	Reuniões de trabalho
Câmara Temática de Educação e Cultura	15/10/2008	15/10/2008	Aprofundar a discussão sobre o PRONERA - curso de especialização "Educação do campo e agricultura familiar camponesa"	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Bibliotecas comunitárias e iniciativas de fomento à leitura	29/10/2008	29/10/2008	Capacitação do Ministério da Cultura para elaboração de propostas para programa de Bibliotecas comunitárias e iniciativas de fomento à leitura	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Revisão do Regimento Interno	04/11/2008	04/11/2008	Rediscutir o Regimento Interno para adequação a organização atual da CIAT	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Formação de agente de leituras - Arca das Letras	18/11/2008	19/11/2008	Atividade de formação para agentes de leitura do Programa Arca das Letras	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Câmara Temática de Direitos e Desenvolvimento Social	26/11/2008	26/11/2008	Discutir planejamento de ações para atuação da câmara	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Diálogo com gestores municipais de assistência e desenvolvimento social	05/02/2009	05/02/2009	A reunião teve por objetivo dialogar com gestores municipais da assistência social sobre o Programa Territórios da Cidadania e motivá-los a participar das reuniões desta câmara temática	Presidente Prudente - SP	DRADS de Presidente Prudente	Realizado	Atividades de mobilização
Indicação de representante para composição do CEDAF	17/02/2009	17/02/2009	Indicar titular e suplente para composição do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - CEDAF	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Oficina de formação em políticas públicas para mulheres	20/02/2009	20/02/2009	Dialogar sobre as políticas públicas para mulheres assentadas e acampadas	Teodoro Sampaio - SP	Cocamp - Teodoro Sampaio	Realizado	Oficina de Formação
Demandas para PROINF	12/03/2009	12/03/2009	Discutir sobre as demandas prioritárias a serem encaminhadas ao PROINF 2009	Presidente Venceslau - SP	CATI de Presidente Venceslau	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Apresentação do Programa Territórios da Cidadania aos Prefeitos e Prefeitas	19/03/2009	19/03/2009	Apresentar o Programa Territórios da Cidadania aos Prefeitos e Prefeitas, a fim de que possam viabilizar a execução dos programas e políticas públicas destinadas a serem implementadas nos municípios do território	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Lançamento da Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania 2009	02/04/2009	03/04/2009	Tomar conhecimento das ações ofertadas na Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania 2009 e tecer considerações sobre a pertinência delas para o território; Relacionar o PTDRS com a matriz de ações 2009; Indicar como o colegiado territorial vai se organizar para discutir a matriz 2009. 3.1. Indicar que instituições devam estar presentes nas discussões temáticas e quem vai contatá-las.	Presidente Prudente - SP	Aruá Hotel	Realizado	Lançamento Programa da Cidadania
Programa de Infraestrutura e Serviços	07/04/2009	08/04/2009	Curso de capacitação para elaboração de projetos para as chamadas públicas do Programa de Infraestrutura e Serviços	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Análise de projetos para o PROINF 2009	07/04/2009	07/04/2009	Analisar tecnicamente os projetos recebidos pelo colegiado, à luz do PTDRS, a fim de contribuir com a qualificação dos mesmos	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Análise de projetos para o PROINF 2009	09/04/2009	09/04/2009	Dar continuidade à análise e qualificação de projetos recebidos pelo colegiado para o PROINF 2009	Presidente Venceslau - SP	CATI de Presidente Venceslau	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Discussão da Matriz de Ações 2009: Educação e Cultura; Direitos e Desenvolvimento Social	24/04/2009	24/04/2009	Discutir as ações relacionadas aos temas Educação e Cultura e Direitos e Desenvolvimento Social	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2009 Programa Territórios da Cidadania
Projetos PROINF 2009	27/04/2009	27/04/2009	Apoio à elaboração de projetos para PROINF 2009	Presidente Venceslau - SP	CATI de Presidente Venceslau	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Discussão da Matriz de Ações 2009: Saúde	21/05/2009	21/05/2009	Discutir as ações para saúde constantes da Matriz de Ações 2009	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2009 Programa Territórios da Cidadania

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Discussão da Matriz de Ações 2009: organização da produção e infraestrutura	25/05/2009	25/05/2009	Discutir os temas relacionados à infraestrutura e produção nos assentamentos de reforma agrária	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2009 Programa Territórios da Cidadania
Discussão da Matriz de Ações 2009	09/06/2009	09/06/2009	Atividade de conclusão dos debates sobre a matriz de ações do PTC	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2009 Programa Territórios da Cidadania
Acompanhamentos das ações em execução - Matriz PTC 2009	17/09/2009	17/09/2009	Dialogar com atores locais para acompanhamento e monitoramento das ações, programas e políticas públicas da matriz de ações do PTC que estão em execução	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2009 Programa Territórios da Cidadania
Oficina com proponentes de projetos para 2ª chamada do PROINF 2009	29/09/2009	29/09/2009	Dialogar com representantes das prefeituras e organizações dos agricultores familiares sobre a elaboração de projetos para a 2ª chamada de PROINF 2009	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Organização das câmaras temáticas	01/10/2009	01/10/2009	Organizar as câmaras temáticas de educação e cultura e organização da produção, planejar ações	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Qualificação de projetos 2ª Chamada PROINF 2009	08/10/2009	08/10/2009	Qualificação de projetos 2ª Chamada PROINF 2009	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Revisão do Regimento Interno para incluir câmaras temáticas	13/10/2009	13/10/2009	Revisão do Regimento Interno para incluir câmaras temáticas	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Qualificação de projetos 2ª Chamada PROINF 2009	13/10/2009	13/10/2009	Qualificação de projetos 2ª Chamada PROINF 2009	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Base de Serviços e Comercialização	14/10/2009	14/10/2009	Dialogar sobre a implantação da Base de Serviços e Comercialização	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Programa de Casas Digitais	20/10/2009	20/10/2009	Educação da Câmara Temática de Educação e Cultura para definir municípios para implantação de casas digitais	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Câmara de Educação e cultura - Acompanhamento da execução da matriz de ações do PTC 2009	04/11/2009	04/11/2009	Dialogar sobre ações, programas e políticas públicas da Matriz de ações do PTC em execução - monitoramento - Câmara de educação e cultura	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Oficina sobre políticas públicas para a assistência e desenvolvimento social	04/11/2009	04/11/2009	Discutir a organização da Oficina sobre políticas públicas para a assistência e desenvolvimento social com MDS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Oficina de mobilização e capacitação: políticas públicas	10/11/2009	11/11/2009	Mobilizar atores locais para consolidação da câmara temática de desenvolvimento social e capacitá-los acerca das políticas públicas referentes a este tema - com presença de representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Aprovação de Regimento Interno; recomposição da plenária; eleições	10/12/2009	11/12/2009	Aprovação de Regimento Interno; recomposição da plenária; eleições	Presidente Prudente - SP	Aruá Hotel	Realizado	Plenária
Reunião do Núcleo Técnico	15/01/2010	15/01/2010	Planejamento de ações	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião do Núcleo Dirigente e Coordenadores das Câmaras Temáticas	18/01/2010	18/01/2010	Definir programação e metodologia para a próxima plenária	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Plenária do Colegiado	21/01/2010	21/01/2010	Pauta: Estruturação das microrregiões; Planejamento anual para as câmaras temáticas; Apresentação do Sistema de Gestão Estratégica (SGE); Informes sobre o Proinf 2009/2010; Pendências acerca de projetos em fase de execução; Informe sobre Salão Nacional dos Territórios Rurais e Reunião com MDA para o Programa de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Reunião da Microrregião 3	12/02/2010	12/02/2010	Pauta: Apresentação sobre o CODETER; Levantamento de demandas da microrregião/ planejamento de atividades; eleição do(a) coordenador(a) da microrregião.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião da Câmara Temática de Organização da Produção	19/02/2010	19/02/2010	Levantar a demanda de projetos	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Microrregião 4	24/02/2010	24/02/2010	Pauta: Apresentação sobre o CODETER; Levantamento de demandas da microrregião/ planejamento de atividades; eleição do(a) coordenador(a) da microrregião.	Pirapozinho - SP	Câmara Municipal de Pirapozinho	Realizado	Atividades de mobilização
Lançamento da Matriz de ações 2010 - Programa Territórios da Cidadania	25/02/2010	25/02/2010	Promover o Lançamento da Matriz de ações 2010 - Programa Territórios da Cidadania	Teodoro Sampaio - SP	Câmara Municipal de Teodoro Sampaio	Realizado	Lançamento Programa da Cidadania
Reunião da microrregião 1	25/02/2010	25/02/2010	Pauta: Apresentação sobre o CODETER; Levantamento de demandas da microrregião/ planejamento de atividades; eleição do(a) coordenador(a) da microrregião.	Teodoro Sampaio - SP	Câmara Municipal de Teodoro Sampaio	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião da Microrregião 5	03/03/2010	03/03/2010	Pauta: Apresentação sobre o CODETER; Levantamento de demandas da microrregião/ planejamento de atividades; eleição do(a) coordenador(a) da microrregião.	Iepê - SP	Escola João Antônio Rodrigues - Iepê-SP	Realizado	Atividades de mobilização
Programa Territórios da Cidadania	08/03/2010	08/03/2010	Temas: Apoio à Gestão Territorial; Organização Sustentável da Produção; Infraestrutura; Ações Fundiárias	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2010 Programa Territórios da Cidadania

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Programa Territórios da Cidadania	07/04/2010	07/04/2010	Temas: Direitos e Desenvolvimento Social; Saúde, Saneamento e Acesso à Água; Educação e Cultura	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Discussão de Ações Matriz 2010 Programa Territórios da Cidadania
Conferência Regional de Economia Solidária	13/04/2010	13/04/2010	Discutir sobre realização da Conferência Regional de Economia Solidária	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11/05/2010	11/05/2010	Esclarecer sobre a operacionalização do PNAE. Público: setores de compras e licitação das prefeituras, conselhos de alimentação escolar, nutricionistas e organizações dos agricultores familiares	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Oficina de Formação
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11/05/2010	11/05/2010	Esclarecer sobre a operacionalização do PNAE. Público: setores de compras e licitação das prefeituras, conselhos de alimentação escolar, nutricionistas e organizações dos agricultores familiares	Pirapozinho - SP	Câmara Municipal de Pirapozinho	Realizado	Oficina de Formação
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	12/05/2010	12/05/2010	Esclarecer sobre a operacionalização do PNAE. Público: setores de compras e licitação das prefeituras, conselhos de alimentação escolar, nutricionistas e organizações dos agricultores familiares	Teodoro Sampaio - SP	Auditório Municipal de Teodoro Sampaio	Realizado	Oficina de Formação
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	12/05/2010	12/05/2010	Esclarecer sobre a operacionalização do PNAE. Público: setores de compras e licitação das prefeituras, conselhos de alimentação escolar, nutricionistas e organizações dos agricultores familiares	Presidente Venceslau - SP	Pontal Flora - Presidente Venceslau	Realizado	Oficina de Formação
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13/05/2010	13/05/2010	Esclarecer sobre a operacionalização do PNAE. Público: setores de compras e licitação das prefeituras, conselhos de alimentação escolar, nutricionistas e organizações dos agricultores familiares	Marinópolis - SP	Departamento de Planejamento do Município de Martinópolis	Realizado	Oficina de Formação
Plenária do Codeter	15/07/2010	15/07/2010	Pauta: Base de Serviços e Comercialização; Projeto Macaúba- Biodiesel; Programa Arca das Letras e Pontos de Cultura	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Plenária do Colegiado	24/09/2010	24/09/2010	Pauta: Programa Arca das Letras; Programa de Casas Digitais; PROINF	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
I Jornada de Atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	04/11/2010	05/11/2010	Discutir com atores locais a atualização do PTDRS	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Plenária
Reunião do Núcleo Dirigente	19/01/2011	19/01/2011	Discutir proposta de planejamento anual do Colegiado	Mirante do Paranapanema - SP	Núcleo de Apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião do Núcleo Técnico: Programa de Infra-estrutura e Serviços - Proinf	03/02/2011	03/02/2011	Analisar os projetos de Proinf à luz do PTDRS, apontar correções técnicas	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião do Núcleo Técnico	03/02/2011	03/02/2011	Analisar os projetos de Proinf à luz do PTDRS, apontar correções técnicas	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião da Plenária do Colegiado Territorial	24/02/2011	24/02/2011	Discutir e aprovar planejamento anual do Colegiado Territorial	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Plenária
II Jornada de Atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS	15/03/2011	16/03/2011	Atualizar e qualificar o PTDRS do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Plenária
Reunião da Câmara Temática de Direitos e Desenvolvimento Social	04/04/2011	04/04/2011	Discutir coordenação; Concluir planejamento de atividades da câmara para 2011; Conhecer projeto de pesquisa coordenado por Everaldo Melazzo- UNESP.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Direitos e Desenvolvimento Social	04/04/2011	04/04/2011	Discutir coordenação; Concluir planejamento de atividades da câmara para 2011; Conhecer projeto de pesquisa coordenado por Everaldo Melazzo- UNESP.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Educação e Cultura	08/04/2011	08/04/2011	Concluir planejamento de atividades da câmara para 2011; identificar prioridades entre as demandas	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Educação e Cultura	06/05/2011	06/05/2011	Discutir a organização do Fórum Territorial de Educação do Campo	Presidente Prudente - SP	Anfiteatro II da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) - Campus de Presidente Prudente.	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Plenária	30/05/2011	30/05/2011	Discutir realização de Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Plenária
Núcleo Dirigente, Coordenadores Câmaras, MDA/SDT	06/06/2011	06/06/2011	discutir agenda	Presidente Prudente - SP	Mitra Dicoesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Comissão Organizadora da Conferência Territorial de Segurança alimentar e Nutricional	07/06/2011	27/06/2011	Discutir a organização da Conferência	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião da coordenação da Câmara Temática de Direitos e Desenvolvimento Social	08/06/2011	08/06/2011	Discutir ações a serem realizadas pela câmara temática	Presidente Prudente - SP	DRADS	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Comissão de Organização da Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional	21/06/2011	21/06/2011	Organizar a conferência	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião Núcleo Dirigente e coordenadores das câmaras temáticas	22/06/2011	22/06/2011	Discutir o planejamento do Colegiado para o segundo semestre de 2011	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Reunião do Núcleo Técnico: Programa de Infra-estrutura e serviços 2011	29/06/2011	29/06/2011	Discutir as orientações de 2011 para o Programa de Infra-estrutura e Serviços	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Promoção do Consumo Justo e Solidário nos Territórios Rurais	30/06/2011	30/06/2011	Abordar o Consumo Responsável e o Comércio Justo e Solidário, identificar práticas locais.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Oficina de Formação
Comissão de Organização da Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional	08/07/2011	08/07/2011	Organizar a conferência	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião do Núcleo Técnico para Análise de Projetos para o Programa de Infra Estrutura e Serviços 2011	11/07/2011	11/07/2011	Analisar os projetos do território para o Programa de Infra-estrutura e Serviços 2011	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	14/07/2011	14/07/2011	Realizar a Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	Presidente Epitácio - SP	Associação dos Funcionários Públicos de Presidente Epitácio	Realizado	Plenária
Reunião do Plenário para deliberação sobre Proinf 2011	20/07/2011	20/07/2011	Deliberar sobre o encaminhamento de projetos para o Programa de Infra-estrutura e Serviços 2011	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Plenária
Reunião da Comissão Organizadora da Oficina de Mobilização de Mulheres	09/08/2011	09/08/2011	Discutir aspectos sobre a organização da Oficina de Mobilização de Mulheres: infra-estrutura, público- alvo, divulgação, programação.	Presidente Prudente - SP	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Educação e Cultura	12/08/2011	12/08/2011	Discutir organização dos Fóruns Micro-regionais de Educação e Cultura do Campo	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Comissão Organizadora da Conferência Territorial de Mulheres	16/08/2011	16/08/2011	Discutir a organização da conferência de mulheres	Presidente Prudente - SP	DRADS	Realizado	Reuniões de trabalho
Organização oficinas de mobilização	25/08/2011	25/08/2011	Planejar a realização das oficinas de mobilização de mulheres e jovens	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Organização da Oficina de Mobilização de Mulheres	09/09/2011	09/09/2011	Discutir aspectos sobre a organização da Oficina de Mobilização de Mulheres no âmbito da Comissão de Organização da Oficina - Câmara Temática de Direitos e Desenvolvimento Social	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Promoção do Consumo Justo e Solidário nos Territórios Rurais	20/09/2011	21/09/2011	Promover o debate sobre a identidade do Território; Promover o debate sobre o desenvolvimento de feiras da agricultura familiar e Eco Sol; Desenvolver material de comunicação sobre o consumo responsável e identidade territorial; Construir plano de ação.	Presidente Prudente - SP	Aruá Hotel	Realizado	Oficina de Formação

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
1ª Conferência Territorial de Políticas Públicas do Pontal do Paranapanema	22/09/2011	22/09/2011	Discutir documentos sobre políticas públicas para mulheres do campo e da cidade, aprovar proposições e eleger delegadas para a conferência estadual	Mirante do Paranapanema - SP	Mirante do Paranapanema	Realizado	Conferência
Fórum Microregional de Educação e Cultura do Campo - Microrregião 3	26/09/2011	26/09/2011	Promover o debate sobre a educação e cultura do campo no território Pontal do Paranapanema a partir das microrregiões, em preparação ao "Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo".	Presidente Bernardes - SP	Escola Paulo Freire, Assentamento Rodeio, Presidente Bernardes	Realizado	Seminário
Fórum Microrregional de Educação e Cultura do Campo - Microrregião 5	27/09/2011	27/09/2011	Promover o debate sobre a educação e cultura do campo no território Pontal do Paranapanema a partir das microrregiões, em preparação para o "Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo".	Rancharia - SP	Centro Paula Souza de Rancharia	Realizado	Seminário
Oficina de Mobilização de mulheres: Fazendo, refazendo, criando e recriando vida e cidadania	13/10/2011	14/10/2011	Favorecer a organização e mobilização das mulheres no território e inclusão das mesmas no colegiado territorial	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Oficina de Formação
Oficina de mobilização de mulheres	18/10/2011	19/10/2011	Mobilizar mulheres do território para sua inserção no colegiado	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Câmara Temática de Educação e Cultura	31/10/2011	31/10/2011	Discutir questões referentes à educação do campo no território	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Avaliação e planejamento	03/11/2011	03/11/2011	Avaliação e planejamento	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Formação sobre a Política de Desenvolvimento Territorial	08/11/2011	09/11/2011	Promover espaço para capacitação dos membros do Colegiado Territorial sobre a Política de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Oficina de Formação
Fórum Microrregional de Educação e Cultura do Campo	23/11/2011	23/11/2011	Promover a discussão sobre a educação e cultura do campo no Território Pontal do Paranapanema, em preparação para o Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo.	Mirante do Paranapanema - SP	E.E. Fazenda São Bento, Pé de Galinha, Mirante do Paranapanema-SP	Realizado	Seminário
Fórum Microrregional de Educação e Cultura do Campo - Microrregião 2	23/11/2011	23/11/2011	Promover o debate sobre a educação e cultura do campo no território Pontal do Paranapanema a partir das microrregiões, em preparação para o "Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo".	Presidente Eptácio - SP	EMEIF Mário Bonifácio Agrovila I, Campinal, Presidente Eptácio	Realizado	Seminário
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	29/11/2011	29/11/2011	Dialogar sobre programa, informar agricultores para acesso ao programa	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Qualificação e gestão do PTDRS: projetos estratégicos	20/12/2011	21/12/2011	Qualificação e gestão do PTDRS: projetos estratégicos	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Oficina de Formação
Reunião do Núcleo Dirigente	31/01/2012	31/01/2012	Reunião do Núcleo Dirigente para organizar a plenária de eleições do Codeter	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião preparatória para evento com a juventude	09/02/2012	09/02/2012	Organizar atividade de mobilização da juventude para inserção no colegiado	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Mobilização para Conferência Territorial de ATER	09/02/2012	09/02/2012	Mobilização para conferência Territorial de ATER	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Avaliação/Planejamento/Eleição	16/02/2012	16/02/2012	Avaliar as ações do Colegiado Territorial realizadas no ano de 2011, planejar as ações para o ano de 2012, eleger novos membros para o Núcleo Dirigente, Núcleo Técnico e Coordenador/a de Câmara Temática	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Gestão e fortalecimento das instâncias estruturais do Colegiado	16/02/2012	16/02/2012	Discutir questões sobre a gestão e fortalecimento das instâncias estruturais do Colegiado	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Terras Devolutas	23/02/2012	23/02/2012	Reunião preparatória para audiência sobre terras devolutas no Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Preparação da Conferência Territorial de ATER	28/02/2012	28/02/2012	Reunião para discutir a organização da Conferência Territorial de ATER	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Mobilização da Juventude	29/02/2012	29/02/2012	Mobilizar jovens para inserção no colegiado	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Atividades de mobilização
Organização da Conferência Territorial de ATER	07/03/2012	07/03/2012	Reunião da comissão de relatoria	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
I Fórum Microrregional de Educação e cultura do Campo - Microrregião	16/08/2012	16/08/2012	Promover o debate sobre a educação e cultura do campo no território Pontal do Paranapanema a partir das microrregiões, em preparação para o "Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo".	Mirante do Paranapanema - SP	Escola São Bento - Mirante do Paranapanema	Realizado	Seminário
Programas Federais de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e importância do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	21/11/2012	21/11/2012	Dialogar com atores territoriais sobre PAA e Conselhos Municipais de Segurança Alimentar	Presidente Prudente - SP	Salão Comunitário da Paróquia Santo Antônio	Realizado	Oficina de Formação
Programas Federais de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e importância do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	21/11/2012	21/11/2012	Dialogar sobre os Programas Federais de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e importância do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Presidente Prudente - SP	Salão da Paróquia Santo Antônio de Pádua - Presidente Prudente	Realizado	Seminário
Fórum Microrregional de Educação e Cultura do Campo - Microrregião 4	27/11/2012	27/11/2012	Promover o debate sobre a educação e cultura do campo no território Pontal do Paranapanema a partir das microrregiões, em preparação para o "Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo".	Narandiba - SP	Centro de Eventos "Noel Urias", Narandiba	Realizado	Seminário
Jornada de Avaliação, Planejamento e Monitoramento das ações do Território Pontal do Paranapanema	29/01/2013	30/01/2013	Avaliar as ações realizadas no ano de 2012 e planejar as ações a serem realizadas pelo colegiado no ano de 2013	Presidente Prudente - SP	Hotel Aruá	Realizado	Plenária

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Jornada de Avaliação, Planejamento e Monitoramento das ações do Território Pontal do Paranapanema	26/02/2013	27/02/2013	Concluir o planejamento das ações a serem realizadas pelo colegiado no ano de 2013	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Câmara Temática de Educação e Cultura	11/04/2013	11/04/2013	Articular ações para implementar o Pronatec Campo no Pontal do Paranapanema e formar comissão para organizar o "Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo"	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reestruturação das Câmaras Temáticas de Saúde e de Direitos e Desenvolvimento Social	15/04/2013	15/04/2013	Discutir o processo de reestruturação das Câmaras Temáticas de "Saúde" e de "Direitos e Desenvolvimento Social"	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Discussão de Editais da Conab/BNDES e dos programas Terra Sol e Terra Forte	16/04/2013	16/04/2013	Apresentar e discutir editais da Conab e para os Programas Terra Sol e Terra Forte	Presidente Prudente - SP	Unoeste	Realizado	Plenária
Reunião da Comissão organizadora do Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	23/04/2013	23/04/2013	Organizar o Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Unesp, campus de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Saúde	24/04/2013	24/04/2013	Discutir a reestruturação da câmara temática	Presidente Prudente - SP	CEREST	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Direitos e Desenvolvimento Social	24/04/2013	24/04/2013	Discutir a reestruturação da câmara temática	Presidente Prudente - SP	CEREST	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Educação e Cultura	29/04/2013	29/04/2013	Discutir a demanda de cursos para o Pronatec Campo	Euclides da Cunha Paulista - SP	Câmara de Vereadores de Euclides da Cunha Paulista	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião do Núcleo Dirigente	02/05/2013	02/05/2013	Dialogar com Bispo Diocesano sobre a parceria entre a Mitra e o Colegiado Territorial	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Reunião da Comissão Organizadora do Fórum territorial de Educação e Cultura do Campo	08/05/2013	08/05/2013	Organizar o Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Unesp, campus de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Comissão Organizadora do Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	15/05/2013	15/05/2013	Organizar o Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Unesp, campus de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Comissão Organizadora do Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	15/05/2013	15/05/2013	Organizar o Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Unesp, campus de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	17/05/2013	17/05/2013	Discutir a organização da Conferência Territorial	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	27/05/2013	27/05/2013	Discutir a organização da conferência	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reunião de câmaras temáticas

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião da Comissão Organizadora do Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	06/06/2013	06/06/2013	Dar continuidade à organização do Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Unesp	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	07/06/2013	07/06/2013	Dar continuidade à organização da Conferência	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião do Núcleo Técnico: Proinf 2014	10/06/2013	10/06/2013	Organizar o processo de discussão do Proinf 2014 no território	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	11/06/2013	11/06/2013	Concluir o processo de organização da Conferência Territorial	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	20/06/2013	21/06/2013	Realizar a Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Presidente Prudente - SP	Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Presidente Prudente (CEFOPPE)	Realizado	Plenária
Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	28/06/2013	28/06/2013	Realizar o Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	Unesp	Realizado	Plenária
Reunião do Núcleo Dirigente - Seminário PAA	03/07/2013	03/07/2013	Discutir a organização de Seminário sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Seminário sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	10/07/2013	10/07/2013	Proporcionar espaço para informações e esclarecimentos de dúvidas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Mirante do Paranapanema - SP	Mirante do Paranapanema	Realizado	Seminário
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	14/08/2013	14/08/2013	Discutir o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, proporcionar espaço para esclarecimento de dúvidas dos agricultores junto a representante do INCRA e Caixa Econômica Federal	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Reunião do Núcleo Técnico - Proinf	21/08/2013	21/08/2013	Estudar Edital do MDA para o Proinf de 2014	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião do Núcleo Técnico - Proinf	23/08/2013	23/08/2013	Dialogar com prefeito de Teodoro Sampaio sobre projeto apresentado ao colegiado para o Proinf 2014	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião do Plenário: PROINF 2013	05/09/2013	05/09/2013	Discutir o Edital para o Proinf 2013	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião do Núcleo Técnico: PROINF 2013	06/09/2013	06/09/2013	Apoiar a elaboração de projeto territorial para o PROINF 2013	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião do Núcleo Técnico: PROINF 2013	15/09/2013	15/09/2013	Apoiar a elaboração de projeto territorial para o PROINF 2013	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Programa Nacional de Habitação Rural - Minha Casa Minha Vida Rural	17/09/2013	17/09/2013	Discutir a implementação do Programa Nacional de Habitação Rural - Minha Casa Minha Vida Rural no território	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária - FENAFRA e Feira Territorial da Agricultura Familiar	15/10/2013	15/10/2013	Identificar empreendimentos do território para participarem da FENAFRA e iniciar a organização da Feira Territorial da Agricultura Familiar	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Plenária
Comissão Organizadora da Feira Territorial da Agricultura Familiar	18/10/2013	18/10/2013	Discutir a organização da Feira Territorial	Presidente Prudente - SP	Unoeste	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Pronatec Campo	29/10/2013	29/10/2013	Discutir a implementação do Pronatec Campo no Território	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Reunião da Câmara Temática de Educação e Cultura	31/10/2013	31/10/2013	Planejar ações da Câmara Temática para o último bimestre de 2013 e início de 2014	Presidente Prudente - SP	Unoeste	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Jornada de Formação de Agentes de Desenvolvimento - 1ª etapa	07/11/2013	08/11/2013	Capacitar pessoas ligadas aos Colegiados Territoriais para apoiar a implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e construir metodologias/instrumentos de implementação dos planos em cada território.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Seminário
Pronatec Campo	12/11/2013	12/11/2013	Discutir a implantação do Pronatec Campo no território com unidades remotas	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Matriz de ações do Programa Territórios da Cidadania 2013 e Plano Safra	26/11/2013	26/11/2013	Apresentar e discutir a Matriz de Ações 2013 e o Plano Safra	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Plenária
Pronatec Campo	28/11/2013	28/11/2013	Dialogar com prefeitos e secretários dos municípios indicados pelo colegiado para receberem as primeiras unidades remotas do Pronatec Campo	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Jornada de Formação de Agentes de Desenvolvimento - 2ª etapa	05/12/2013	06/12/2013	Capacitar pessoas ligadas aos Colegiados Territoriais para apoiar a implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e construir metodologias/instrumentos de implementação do plano.	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Seminário
Pronatec Campo	11/12/2013	11/12/2013	Dialogar com prefeito do município de Presidente Bernardes sobre a implantação de unidade remota para cursos do Pronatec Campo na Escola Paulo Freire no assentamento Rodeio	Presidente Bernardes - SP	Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes	Realizado	Reunião de câmaras temáticas

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Pronatec Campo - Reunião com Prefeito do Município de Presidente Bernardes	17/01/2014	17/01/2014	Dialogar com Prefeito e Secretária de Educação de Presidente Bernardes, ITESP e representantes dos assentados sobre organização dos cursos a serem realizados pelo Pronatec Campo	Presidente Bernardes - SP	Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo	17/01/2014	17/01/2014	Discutir a implantação de unidade remota do Pronatec Campo no município de Presidente Bernardes	Presidente Bernardes - SP	Prefeitura Municipal de presidente Bernardes	Realizado	Reunião de câmaras temáticas
Pronatec Campo - Unidades Remotas	20/01/2014	20/01/2014	A reunião foi realizada com o objetivo de dar continuidade ao diálogo, com diretor do IF, sobre a implantação das unidades remotas para os cursos do Pronatec Campo no Território Pontal do Paranapanema.	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - PPCs	28/01/2014	28/01/2014	Elaborar os Programas Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Pronatec Campo a serem executados no território através do Instituto Federal de Educação, campus de Presidente Epitácio.	Presidente Prudente - SP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP	Realizado	Reuniões de trabalho
Organização da Feira Territorial da Agricultura Familiar	02/02/2014	02/02/2014	Organização da Feira Territorial da Agricultura Familiar	Presidente Venceslau - SP	Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau	Realizado	Reuniões de trabalho
Organização da Feira Territorial da Agricultura Familiar	07/02/2014	07/02/2014	A presente reunião teve por objetivo reunir os membros do Colegiado de Desenvolvimento Territorial para discutir os encaminhamentos referentes à organização da Feira Territorial da Agricultura Familiar	Presidente Venceslau - SP	Anfiteatro Municipal de Presidente Venceslau	Realizado	Plenária
Pronatec Campo - organização dos cursos	10/02/2014	10/02/2014	Organização para execução dos cursos do Pronatec Campo em Rancharia	Rancharia - SP	Secretaria Municipal de Educação de Rancharia	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo	20/02/2014	20/02/2014	Fortalecer o diálogo entre a Delegacia do MDA, o Diretor do Instituto Federal de Presidente Epitácio e o Colegiado Territorial, com vistas a superar as dificuldades iniciais para implantação do Pronatec Campo.	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Reuniões de trabalho
Proinf - Diálogo com beneficiários	20/02/2014	20/02/2014	Dialogar com assentados da Associação de Agricultores Familiares do assentamento Santa Rita III de Caiuá	Caiuá - SP	Lote do Sr. Luiz Siqueira, Assentamento Santa Rita III	Realizado	Reuniões de trabalho
Feira Territorial da Agricultura Familiar	21/02/2014	21/02/2014	Comercializar e divulgar os produtos da Agricultura Familiar do Território. Presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias	Presidente Venceslau - SP	Recinto de Exposições de Presidente Venceslau	Realizado	Atividades de mobilização
Pronatec Campo	24/02/2014	24/02/2014	Dialogar sobre realização de cursos do Pronatec Campo através do Centro Paula Souza	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Jornada Territorial de Planejamento, Avaliação e Monitoramento das ações territoriais	25/02/2014	26/03/2014	Avaliar as ações realizadas em 2013, planejar as ações de 2014 e realizar eleições para recomposição do plenário, do núcleo dirigente e coordenações das câmaras temáticas	Teodoro Sampaio - SP	Pousada da Garça, Teodoro Sampaio	Realizado	Plenária

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Pronatec Campo - adequação do tempo dos cursos	14/03/2014	14/03/2014	A presente reunião foi solicitada pela coordenação do Instituto Federal de Educação de Presidente Epitácio diante de problema encontrado em relação ao tempo de duração dos cursos do Pronatec Campo em consequência dos Programas Pedagógicos elaborados para os mesmos, participantes Assessora Territorial, representantes do colegiado membros do Comitê Pedagógico do Pronatec Campo, Pró- Reitor, coordenadora Estadual e coordenadora de projetos do Instituto Federal de São Paulo	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Reuniões de trabalho
Proinf e Casa Digital	14/03/2014	14/03/2014	O objetivo da reunião foi de dialogar com o Prefeito Municipal sobre a necessidade de tomar medidas urgentes em relação a dois projetos em execução no município com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo um projeto através do Programa de Infraestrutura e Serviços (PROINF) e, outro, através do Programa Casa Digital.	Caiuá - SP	Prefeitura Municipal de Caiuá	Realizado	Reuniões de trabalho
Reforma Agrária	18/03/2014	18/03/2014	Discutir convênio firmado entre Governo Federal e Governo do Estado de São Paulo para reversão de terras para a reforma agrária	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - IF de Presidente Prudente	25/03/2014	25/03/2014	Discutir a implantação de curso do Pronatec Campo no município de Presidente Prudente, com diretor Caio, do campus de Presidente Prudente	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião do Núcleo Dirigente	07/04/2014	07/04/2014	Discutir questões referentes ao Pronatec Campo, Consórcio Público para SUASA, PROINF	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente	14/04/2014	14/04/2014	Dialogar sobre demandas dos agricultores acerca de infraestrutura para Feira da Lua e mobilizar para participação dos mesmo no coelgiado territorial	Presidente Prudente - SP	CATI de Presidente Prudente	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião do Núcleo Dirigente: Jornada Territorial sobre Consórcio Público e Suasa	05/05/2014	05/05/2014	Discutir a organização da Jornada Territorial sobre Consórcio Público e Suasa	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Pronatec Campo - novas demandas	08/05/2014	08/05/2014	Reunir o Comitê Pedagógico Territorial do Pronatec Campo para definir encaminhamentos sobre cursos do 1º semestre e demandas para o 2º semestre de 2014	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reuniões de trabalho

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Pronatec Campo - novas demandas de cursos	13/05/2014	13/05/2014	Apresentar o Pronatec Campo aos assentados e levantar demanda de cursos	Sandovalina - SP	Câmara Municipal de Sandovalina	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - novas demandas de cursos	13/05/2014	13/05/2014	Apresentar o Pronatec Campo aos assentados e levantar demanda de cursos	Mirante do Paranapanema - SP	Escola do Assentamento São Bento em Mirante do Paranapanema	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - novas demandas	21/05/2014	21/05/2014	Dar continuidade ao processo de discussão com os assentados das demandas do município de Mirante do Paranapanema para o Pronatec Campo.	Mirante do Paranapanema - SP	Clube Kaikan - Mirante do Paranapanema	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - contratação de professores	04/06/2014	04/06/2014	Reunião com Diretor IF para discutir edital contratação de professores para curso Pronatec Campo em Martinópolis	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - monitoramento de cursos em andamento	04/06/2014	04/06/2014	Reunião com representantes dos municípios que receberam os primeiros cursos do Pronatec Campo para avaliação	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reuniões de trabalho
SUASA - Jornada Territorial sobre Consórcio Público e Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)	10/06/2014	11/06/2014	Conhecer o SUASA - participação de Andrea Figueiredo, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, José Reinaldo Prates, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Seminário
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	16/06/2014	16/06/2014	Discutir, organizar e planejar as ações a serem realizadas pelo Colegiado Territorial para adesão ao SUASA. Participantes: Membros da Comissão Territorial para implementação do SUASA	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reuniões de trabalho
PROINF - Programa de Infraestrutura e Serviços	24/06/2014	24/06/2014	Apresentar o edital (Chamada Pública PROINF 20104) para os membros do colegiado territorial, esclarecer dúvidas e definir projetos prioritários	Presidente Epitácio - SP	Teatro Municipal de Presidente Epitácio	Realizado	Reuniões de trabalho
Pronatec Campo - Monitoramento dos cursos em andamento	03/07/2014	03/07/2014	Monitoramento dos cursos em andamento	Presidente Epitácio - SP	Instituto Federal de Presidente Epitácio	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião Núcleo Dirigente - PROINF 2014	11/07/2014	11/07/2014	Dialogar sobre organização da plenária para discussão dos projetos para o PROINF - membros do NEDET e Núcleo Dirigente do Colegiado	Presidente Prudente - SP	UNESP de Presidente Prudente	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
PROINF 2014	21/07/2014	21/07/2014	Reunião do Núcleo Técnico do Colegiado Territorial para analisar e emitir parecer técnico sobre projetos	Martinópolis - SP	Teatro Municipal de Martinópolis	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
PROINF 2014 e Pronatec Campo	21/07/2014	21/07/2014	Informar sobre execução do Pronatec Campo no Território e definir projeto territorial a ser encaminhado para MDA no âmbito da chamada Pública PROINF 2014	Mirandópolis - SP	Teatro Municipal de Martinópolis	Realizado	Plenária

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião técnica sobre Plano Safra 2014/2015	18/08/2014	18/08/2014	Apresentação técnica do Plano Safra 2014/2015	Presidente Prudente - SP	FATEC de presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Seminário sobre comercialização - PAA e PNAE	12/09/2014	12/09/2014	Dialogar com assentados sobre programas públicos de compras de produtos da agricultura familiar: PAA e PNAE	Mirante do Paranapanema - SP	Barracão do assentamento São Bento	Realizado	Seminário
Reunião do Núcleo Dirigente - Matriz PTC	15/09/2014	15/09/2014	Organizar a plenária de apresentação e discussão da Matriz do Programa Territórios da Cidadania	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Plenária de apresentação e discussão da Matriz do Programa Territórios da Cidadania	23/09/2014	23/09/2014	Realizar plenária para apresentação e discussão da Matriz do Programa Territórios da Cidadania	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Plenária
Reunião da Comissão Organizadora do II Fórum Regional de Agroecologia	22/10/2014	22/10/2014	Reunião da Comissão Organizadora do II Fórum Regional de Agroecologia	Mirante do Paranapanema - SP	Secretaria de Agricultura de Mirante do Paranapanema	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião NEDET e Núcleo Dirigente do Codeter - organizar plenária do Codeter	10/11/2014	10/11/2014	Reunião NEDET e Núcleo Dirigente do Codeter - organizar plenária do Codeter	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Pronatec Campo	11/11/2014	11/11/2014	Discutir sobre novos cursos	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Reuniões de trabalho
II Fórum Regional de Agroecologia	26/11/2014	26/11/2014	Discutir a situação atual e desafios para fortalecimento das experiências de agroecologia no território	Mirante do Paranapanema - SP	Mirante do Paranapanema	Realizado	Seminário
I Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	29/11/2014	29/11/2014	Discutir a situação das escolas do campo e da educação do campo de modo geral no território	Teodoro Sampaio - SP	Câmara Municipal de Teodoro Sampaio	Realizado	Seminário
Plenária do Colegiado Territorial	04/12/2014	04/12/2014	Plenária do Colegiado para avaliação das ações realizadas no ano de 2014	Presidente Prudente - SP	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	Realizado	Plenária
Seminário Territorial sobre o Pronatec Campo	05/12/2014	05/12/2014	Realizar uma avaliação sobre os cursos realizados no território e sobre o programa de modo geral com vistas ao seu aperfeiçoamento	Presidente Prudente - SP	UNESP de Presidente Prudente	Realizado	Seminário
Seminário Estadual do Pronatec Campo	11/12/2014	11/12/2014	Avaliar a execução do Pronatec Campo no Estado com vista ao aperfeiçoamento do Programa	Bauru - SP	Bauru	Realizado	Seminário
Pronatec Campo - PPCs	16/12/2014	16/12/2014	Elaborar Projetos Pedagógicos dos cursos demandados para 2015	Presidente Prudente - SP	UNESP de Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião Núcleo Dirigente e NEDET: organização da próxima plenária do colegiado	25/02/2015	25/02/2015	Discutir organização da próxima plenária do colegiado	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião com diretor do Instituto Federal	26/02/2015	26/02/2015	Dialogar com diretor do Instituto Federal sobre demanda para novos cursos	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião de organização do Seminário de Saúde do Campo	27/02/2015	27/02/2015	Discutir proposta de realização do Seminário Regional de Saúde do Campo	Teodoro Sampaio - SP	Cocamp, Teodoro Sampaio	Realizado	Reuniões de trabalho
Plenária de planejamento	03/03/2015	03/03/2015	Planejamento 2015	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Plenária
Organização do Seminário Regional de Saúde do Campo	10/03/2015	10/03/2015	Reunir os parceiros necessários para realização do Seminário Regional de Saúde	Presidente Prudente - SP	CEREST, Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião da Comissão Territorial para Implantação do SUASA	16/03/2015	16/03/2015	Discutir estratégia para sensibilização dos prefeitos	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião de organização do Seminário de Saúde	27/03/2015	27/03/2015	Dar continuidade à organização do Seminário de Saúde	Teodoro Sampaio - SP	Prefeitura de Teodoro Sampaio	Realizado	Reuniões de trabalho
Seminário Regional de Saúde do Campo	30/04/2015	30/04/2015	Realização do Seminário Regional de Saúde do Campo	Teodoro Sampaio - SP	Clube Taquaruçu, Teodoro Sampaio	Realizado	Seminário
Reunião com secretários municipais de Mirante do Paranapanema	04/05/2015	04/05/2015	Dialogar com prefeito secretários municipais sobre cursos a serem realizados no município pelo Pronatec Campo	Presidente Prudente - SP	Secretaria de Educação de Mirante do Paranapanema	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião com lideranças dos assentamentos de Mirante do Paranapanema	04/05/2015	04/05/2015	Dialogar com lideranças dos assentamentos sobre demanda de cursos para o Pronatec Campo	Mirante do Paranapanema - SP	Escola São Bento, Mirante do Paranapanema	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião com Prefeito de Sandovalina	04/05/2015	04/05/2015	Dialogar com prefeito e presidente da Câmara de Vereadores sobre cursos a serem realizados no município pelo Pronatec Campo	Sandovalina - SP	Prefeitura de Sandovalina	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião com Diretor do Instituto Federal	05/05/2015	05/05/2015	Dialogar com diretor do Instituto Federal sobre demanda para novos cursos	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reuniões de trabalho
Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional	02/06/2015	02/06/2015	Realizar a Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Conferência
Plenária Codeter - Consórcio Público e SUASA com MDA e MAPA	17/06/2015	17/06/2015	Aprofundar a discussão sobre Consórcio Público e SUASA, sensibilizar gestores municipais sobre a necessidade e importância	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Plenária
Pronatec Campo	07/07/2015	07/07/2015	Dialogar com membros do colegiado sobre dificuldades para implantação de novos cursos do Pronatec Campo	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião do Núcleo Dirigente - PROINF 2015	14/07/2015	14/07/2015	Reunião para discutir termos da chamada pública para o PROINF 2015	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Seminário sobre Crédito Fundiário	15/07/2015	16/07/2015	Discutir situação das associações do antigo Programa Banco da Terra e divulgar o PNCF	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Seminário
Visita Ministro Patrus Ananias	22/07/2015	22/07/2015	Visita Ministro Patrus Ananias	Presidente Prudente - SP	Centro Cultural Matarazzo, Presidente Prudente	Realizado	Atividades de mobilização

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião do Núcleo Técnico - PROINF 2015	27/07/2015	27/07/2015	Análise técnica de projetos para o PROINF 2015	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Reunião do Núcleo Técnico - PROINF 2015	29/07/2015	29/07/2015	Concluir análise técnica de projetos para o PROINF 2015	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reunião do Núcleo Técnico
Plenária: Deliberar sobre PROINF 2015	10/08/2015	10/08/2015	Deliberar sobre projeto a ser encaminhado para MDA para o PROINF 2015	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Plenária
Reunião Técnica Plano Safra	28/08/2015	28/08/2015	Reunião Técnica Plano Safra	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reuniões de trabalho
Conferência Territorial de Juventude	04/09/2015	04/09/2015	Realizar a Conferência Territorial de Juventude	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Conferência
Conferência Regional de Mulheres	26/09/2015	26/09/2015	Participar com representantes dos assentamentos da Conferência Regional de Mulheres organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Presidente Prudente	Presidente Prudente - SP	Centro Cultural Matarazzo, Presidente Prudente	Realizado	Conferência
Visita ao CODEVALE Anaurilândia-MS	04/11/2015	04/11/2015	Conhecer a experiência de consórcio público e gestão do SUASA - participantes: membros da Comissão Territorial de Implantação do SUASA e CIOP	Anaurilândia - MS	Anaurilândia - MS	Realizado	Encontro de intercambio
Reunião com presidentes das Associações do Programa Banco da Terra	12/11/2015	12/11/2015	Discutir questões sobre renegociação de dívidas	Presidente Prudente - SP	Mitra Diocesana de Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Seminário sobre SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	13/11/2015	13/11/2015	Reunir Prefeitos, Vereadores, Deputados e organizações da sociedade civil para momento de formação sobre o tema SUASA, divulgar aprovação do PROINF e definir próximas ações a serem realizadas para efetiva implantação do SUASA	Presidente Prudente - SP	Centro Cultural Matarazzo, Presidente Prudente	Realizado	Seminário
Oficina de Capacitação de Jovens e Lideranças para atuar com o PNCF	01/12/2015	02/12/2015	Realizar Oficina de Capacitação de Jovens e Lideranças para atuar com o PNCF	Presidente Prudente - SP	Campo Belo, Presidente Prudente	Realizado	Oficina de Formação
Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural	10/12/2015	10/12/2015	Construir propostas para melhorar a ATER e eleger delegados(as) para a conferência estadual	Presidente Prudente - SP	FATEC de Presidente Prudente	Realizado	Conferência
Reunião do Núcleo Dirigente	25/01/2016	25/01/2016	Reunião do Núcleo Dirigente e NEDET para discutir planejamento para 2016	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Feira da Lua - PROINF 2014	02/02/2016	02/02/2016	Realizar reunião com Secretário de Desenvolvimento Econômico e Secretária de Desenvolvimento Social do Município de Presidente Prudente, com a presença do delegado do MDA e coordenadores do Codeter para discutir termos sobre gestão do Projeto PROINF 2014 que adquiriu infraestrutura para a Feira da Lua e, no final do dia, participar da inauguração da Feira	Presidente Prudente - SP	Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião da Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	10/02/2016	10/02/2016	Iniciar a organização do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião do Núcleo Dirigente para organizar plenária	12/02/2016	12/02/2016	Organizar a plenária de avaliação e planejamento	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Plenária de avaliação e planejamento	22/02/2016	22/02/2016	Avaliar as ações realizadas na última gestão e discutir ações para o planejamento anual do Codeter	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Plenária
Reunião com UNDIME	24/02/2016	24/02/2016	Dialogar com a diretora regional da UNDIME e secretários municipais de educação para Divulgar realização do II Seminário de Educação do Campo	Presidente Prudente - SP	CEFORPE, Presidente Prudente	Realizado	Atividades de mobilização
Revisão do Regimento Interno do Codeter	26/02/2016	26/02/2016	Reunir a comissão para revisão o Regimento interno do Codeter	Presidente Prudente - SP	UNOESTE	Realizado	Reuniões de trabalho
Plenária para eleições	04/03/2016	04/03/2016	Concluir planejamento e eleger novos coordenadores para as instâncias de organização do colegiado	Presidente Prudente - SP	OAB, Presidente Prudente	Realizado	Plenária
Reunião com membros do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural - apresentar SUASA	10/03/2016	10/03/2016	Discutir com membros do conselho sobre a necessidade de implantação de um sistema de inspeção para produtos de origem animal e fazer a divulgação do trabalho realizado pelo Codeter para implantação do SUASA	Presidente Prudente - SP	CATI de Presidente Prudente	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião com a Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	13/03/2016	13/03/2016	Reunião com a Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	UNESP de Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião com presidentes de associações do Programa de Crédito Fundiário - renegociação de dívidas	15/03/2016	15/03/2016	Reunião com presidentes de associações do Programa de Crédito Fundiário - renegociação de dívidas	Presidente Prudente - SP	UNESP Presidente Prudente	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião do Comitê Territorial do Pronatec Campo	16/03/2016	16/03/2016	Reunião do Comitê Territorial do Pronatec Campo	Presidente Prudente - SP	UNESP de Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião da Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	23/03/2016	23/03/2016	Reunião com a Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	Narandiba - SP	Secretaria Municipal de Educação de Narandiba	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião com a Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	01/04/2016	01/04/2016	Reunião com a Comissão Organizadora do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reuniões de trabalho

Tema	Dt.Início	Dt.Fim	Objetivo	Município	Local	Situação	Tipo do Evento
Reunião Núcleo Dirigente e NEDET	05/04/2016	05/04/2016	Discutir organização das próximas atividades	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	15/04/2016	15/04/2016	II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	Narandiba - SP	Centro de Eventos "Noel Urias", Narandiba	Realizado	Seminário
Reunião com a comissão de revisão do Regimento Interno do Codeter	25/04/2016	25/04/2016	Concluir a revisão do Regimento Interno do Codeter	Presidente Prudente - SP	SINTRAPP	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião Coletivo de Mulheres	05/05/2016	05/05/2016	Organizar o coletivo de mulheres do território	Teodoro Sampaio - SP	Cocamp, Teodoro Sampaio	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião Núcleo Dirigente e NEDET	23/05/2016	23/05/2016	Discutir organização das próximas atividades do colegiado	Presidente Prudente - SP	SINTRAPP	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Reunião do CRSANS	01/06/2016	01/06/2016	Apoiar a reunião do CRSANS	Presidente Prudente - SP	UNESP, Núcleo Morumbi - Presidente prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião de avaliação do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	02/06/2016	02/06/2016	Reunião de avaliação do II Seminário Territorial de Educação do Campo do Pontal do Paranapanema	Presidente Prudente - SP	UNESP, Núcleo Morumbi - Presidente Prudente	Realizado	Reuniões de trabalho
Reunião com Deputada e representantes de movimentos sociais	03/06/2016	03/06/2016	Reunião com Deputada e representantes de movimentos sociais	Teodoro Sampaio - SP	Cocamp, Teodoro Sampaio	Realizado	Atividades de mobilização
Reunião Núcleo Dirigente e NEDET	23/06/2016	23/06/2016	Discutir a organização da plenária para aplicação do IGS	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Reunião do Núcleo Dirigente
Plenária para Aplicação do IGS, Revisão do Regimento Interno	04/07/2016	04/07/2016	Aplicação do IGS, Revisão do Regimento Interno	Presidente Prudente - SP	UNESP	Realizado	Plenária
Oficina com a Juventude	05/07/2016	05/07/2016	Mobilização da juventude para compor colegiado e capacitação sobre PNCF com Instituto Aliança	Presidente Prudente - SP	Hotel Aruá	Realizado	Atividades de mobilização
Oficina sobre Programa Arca das letras	20/07/2016	21/07/2016	Avaliar a execução do programa Arca das Letras no Estado de São Paulo	Bauru - SP	FIB - Bauru	Realizado	Oficina de Formação

Fonte: Base de dados Colegiado em Rede – Organizado pela Autora.

**APÊNDICE B - EMPREENDIMENTOS APROVADOS COM RECURSOS DO FEHIDRO NO COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA - PERÍODO DE 1996 A 2018**

Código Empreend	Número Contrato	Data registro SINFEHIDRO	Situação Empreend	Valor financiado	Razão Social ou Nome do interessado	Nome do empreendimento
EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS						
2006-PP-171	537/2006	02/05/2006	Concluído	60.280,76	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA	CONSTRUÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA
2006-PP-172	460/2006	03/05/2006	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL PSV-155
2006-PP-173	319/2006	03/05/2006	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL NAN-441
2006-PP-174	320/2006	03/05/2006	Concluído	64.408,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL NRO-530
2006-PP-175	503/2006	03/05/2006	Concluído	70.281,80	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS, COMPREENDENDO: REDE COLETORA, LIGAÇÕES DOMICILIARES.
2006-PP-176	321/2006	03/05/2006	Concluído	89.936,70	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DA EROSÃO RURAL NA ESTRADA MUNICIPAL MPR-154
2006-PP-177	322/2006	03/05/2006	Concluído	81.701,20	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NA ESTRADA MUNICIPAL AHM-425
2006-PP-178	323/2006	03/05/2006	Concluído	99.334,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL AVM-178, ACESSO DO DISTRITO CEL. GOULART AO BAIRRO DO KM 25
2006-PP-179	324/2006	03/05/2006	Concluído	99.490,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL - ACESSO AO BAIRRO STA. RITA
2006-PP-180	402/2006	03/05/2006	Concluído	99.925,80	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE EROSÃO NA ESTRADA MUNICIPAL RGF-020
2006-PP-182	325/2006	03/05/2006	Concluído	99.998,50	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL DO BAIRRO TAQUARUÇU E PADOVAN

2006-PP-183	007/2007	03/05/2006	Concluído	60.393,20	UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	PROJETO RIOS VIVOS - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MANANCIAL RIO SANTO ANASTÁCIO
2006-PP-185	326/2006	04/05/2006	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	CONTROLE DE EROSÃO RURAL - CÔRREGO CAIUAZINHO
2006-PP-186	401/2006	11/05/2006	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	CONTROLE DA EROSÃO NAS ESTRADAS SAS-040 E SAS-358
2006-PP-188	327/2006	30/05/2006	Concluído	98.812,16	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	CONTROLE DE EROSÃO DA ESTRADA MUNICIPAL PQB-386
2006-PP-189	254/2006	30/05/2006	Concluído	60.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL NO BAIRRO DE DUMONTINA - COMBATE A EROSÃO RURAL
2006-PP-190	574/2006	30/05/2006	Concluído	42.130,00	COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL - 2º BATALHÃO 3ª CIA - PRESIDENTE PRUDENTE	PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2006-PP-191	366/2006	30/05/2006	Concluído	14.704,00	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL	INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO (PEMD)
2007-PP-192	112/2007	28/06/2007	Concluído	98.697,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	CONTROLE DE EROSÃO E ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL - AVM 331
2007-PP-193	146/2007	28/06/2007	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	CONTROLE DE EROSÃO E ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL AMH-530 (ESTRADA DO PEDRO NOVO)
2007-PP-194	224/2007	28/06/2007	Concluído	317.105,94	CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - BLOCO 2 - UNIDADE PARA INSTALAÇÃO DE BALCÃO ÚNICO PARA LICENCIAMENTO CETESB/DEPRN EM PRESIDENTE PRUDENTE
2007-PP-195	089/2007	28/06/2007	Concluído	79.059,20	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI	CADASTRO DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA
2007-PP-196	148/2007	28/06/2007	Concluído	55.990,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL ÀS MARGENS DO CÔRREGO DO PALMITAL (ESN-010)

2007-PP-197	150/2007	28/06/2007	Concluído	99.811,30	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL PARA O ASSENTAMENTO NOVA ESPERANÇA
2007-PP-198	105/2007	28/06/2007	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	CONTROLE DE EROSÃO E ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL MTO-030
2007-PP-199	154/2007	28/06/2007	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NAS ESTRADAS MPR - 010 E MPR 342 E CONTROLE DO ASSOREAMENTO DOS CÓRREGOS SANTO ANTÔNIO E CAVALO MORTO
2007-PP-201	167/2007	28/06/2007	Concluído	71.200,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	ADEQUAÇÃO E CONTENÇÃO DE VOÇOROCAS E CONSERVAÇÃO DO SOLO NA MICROBACIA DO CAIUAZINHO
2007-PP-203	318/2007	28/06/2007	Concluído	21.037,63	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	ESTUDO E PROJETO DE MACRO DRENAGEM URBANA
2007-PP-204	168/2007	28/06/2007	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL PSV 147
2007-PP-205	094/2007	28/06/2007	Concluído	21.120,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	PLANO DE MACRODRENAGEM PARA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE REGENTE FEIJÓ
2007-PP-206	147/2007	28/06/2007	Concluído	89.119,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA	CONTROLE DE EROSÃO RURAL NA MICROBACIA DO CÓRREGO DA ARARA
2007-PP-207	169/2007	28/06/2007	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	CONTROLE DE EROSÃO NAS ESTRADAS DO BAIRRO DO SALTINHO E PONTE ALTA (SAS-040 ACESSO À SP-270)
2007-PP-208	170/2007	28/06/2007	Concluído	99.890,57	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	PREVENÇÃO E CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA DE ENTRONCAMENTO DA SANTA IDA
2007-PP-209	099/2007	06/07/2007	Concluído	448.484,63	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - BLOCO 1
2008-PP-213	092/2008	09/05/2008	Concluído	39.550,00	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	MONITORAMENTO HIDROMETEOROLOGICO E SUPORTE AOS PROCESSOS DE OUTORGA E DEFESA CIVIL NO CBH-PP
2008-PP-215	225/2008	09/05/2008	Concluído	198.383,72	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	MODERNIZAÇÃO DA REDE HIDROLÓGICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA - FASE 2 E CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE RECURSOS HÍDRICOS

2008-PP-216	059/2008	09/05/2008	Concluído	36.500,00	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DA BACIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA - 3ª ETAPA
2008-PP-217	004/2009	09/05/2008	Concluído	118.350,00	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	PROJETO DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA BACIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA
2008-PP-218	283/2008	09/05/2008	Concluído	103.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	TRATAMENTO TÉRMICO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE NA UNIDADE DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS-2, BACIA DO RIO SANTO ANASTÁCIO
2008-PP-219	057/2008	09/05/2008	Concluído	99.999,80	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	CONTINUIDADE DE ADEQUAÇÃO DA ESTRADA RURAL AVM 331 - 2ª ETAPA
2008-PP-220	097/2008	09/05/2008	Concluído	57.580,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA DO PERIMETRO (PQB-161) E ESTRADA DA AGUINHA (PQB-050)
2008-PP-221	096/2008	09/05/2008	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA RURAL DO PORTO 10 E ESTRADA DE ENTRONCAMENTO SA SANTA IDA - CUIABÁ PAULISTA
2008-PP-222	098/2008	09/05/2008	Concluído	98.911,30	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, CONTROLE DE ÁGUAS PLUVIAIS E COMBATE À EROSÃO, ENTRE O ASSENTAMENTO NOVA ESPERANÇA E A ESTRADA MUNICIPAL DE ACESSO À ROSANA
2008-PP-223	054/2008	09/05/2008	Concluído	89.914,93	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	CONTROLE E ESTABILIZAÇÃO DE EROSÃO RURAL
2008-PP-224	093/2008	09/05/2008	Concluído	99.705,02	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	CONTROLE DE EROSÃO RURAL NA ESTRADA DO CRUZEIRO (SAS-461) E ESTRADA DA PONTE ALTA (SAS-040)
2008-PP-225	099/2008	09/05/2008	Concluído	66.925,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	PREVENÇÃO E CONTROLE DE EROSÃO RURAL NA MICRO BACIA DO CORREGO DO CERRADO (ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL PSV 176)
2008-PP-226	056/2008	09/05/2008	Concluído	57.097,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL NA RGF-441

2008-PP-227	095/2008	09/05/2008	Concluído	100.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA NA ESTRADA DE ACESSO AO BAIRRO AGUA DO MASTRO (MPR 030)
2008-PP-228	053/2008	09/05/2008	Concluído	99.840,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	COMBATE A EROSÃO RURAL
2008-PP-229	143/2008	09/05/2008	Concluído	92.039,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	CONTROLE DE EROSÃO RURAL - BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA
2008-PP-230	055/2008	09/05/2008	Concluído	78.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL DO CÓRREGO DAS PEDRAS
2008-PP-231	101/2008	09/05/2008	Concluído	78.400,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	CONSERVAÇÃO DE SOLOS EM ÁREA RURAL
2008-PP-232	024/2008	09/05/2008	Concluído	29.120,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	ESTUDO DE MACRODRENAGEM URBANA NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE EPITACIO
2008-PP-233	028/2008	09/05/2008	Concluído	24.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	TERMO DE REFERENCIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MACRODRENAGEM
2009-PP-239	254/2009	28/08/2009	Concluído	100.193,71	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-241	173/2009	28/08/2009	Concluído	29.721,18	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE MACRO-DRENAGEM DO MUNICIPIO DE CAIUA SP
2009-PP-242	162/2009	28/08/2009	Concluído	113.250,00	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI	ATUALIZAÇÃO DO PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA
2009-PP-243	255/2009	28/08/2009	Concluído	81.020,82	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-244	013/2010	28/08/2009	Concluído	108.994,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-246	190/2009	28/08/2009	Concluído	41.952,32	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM URBANA
2009-PP-247	174/2009	28/08/2009	Concluído	118.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM URBANO E RURAL
2009-PP-248	016/2010	28/08/2009	Concluído	99.824,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL

2009-PP-249	175/2009	28/08/2009	Concluído	35.100,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	PLANO DE MACRODRENAGEM URBANA, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES.
2009-PP-250	183/2009	28/08/2009	Concluído	29.995,20	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	ESTUDO PARA PROJETO DE MACRODRENAGEM URBANA NO MUNICIPIO DE PIQUEROBI - SP
2009-PP-251	256/2009	28/08/2009	Concluído	42.731,76	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-252	176/2009	28/08/2009	Concluído	120.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-254	177/2009	28/08/2009	Concluído	48.603,71	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE MACRO-DRENAGEM DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU / SP
2009-PP-255	178/2009	28/08/2009	Concluído	182.377,70	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE EROSÃO
2009-PP-256	179/2009	28/08/2009	Concluído	56.238,54	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-257	257/2009	28/08/2009	Concluído	27.145,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO URBANO
2009-PP-258	189/2009	28/08/2009	Concluído	44.645,30	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM URBANA
2009-PP-259	180/2009	28/08/2009	Concluído	82.761,20	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2009-PP-260	068/2010	28/08/2009	Concluído	195.438,00	UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	DESENVOLVIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS (APRM) DO ALTO CURSO DA BACIA DO RIO SANTO ANASTÁCIO E DE CURSO DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA EM RECURSOS HÍDRICOS
2009-PP-262	179/2010	28/08/2009	Concluído	23.505,70	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	SUPORTE TECNICO PARA APOIO A SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA - CBH-PP.
2009-PP-263	031/2010	28/08/2009	Concluído	323.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	REVITALIZAÇÃO DE BACIA HIDROGRÁFICA NO MANANCIAL DO BALNEÁRIO DA AMIZADE, RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR DA NASCENTE.
2009-PP-264	258/2009	28/08/2009	Concluído	72.048,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL

2010-PP-265	039/2011	06/07/2010	Concluído	47.640,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA VILA CENTENÁRIO E ADJACÊNCIAS
2010-PP-266	040/2011	06/07/2010	Concluído	63.301,00	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DA SUB-BACIA DO RIBEIRÃO LARANJA DOCE, MARGEM ESQUERDA.
2010-PP-267	385/2010	07/07/2010	Concluído	119.747,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	PLANO DIRETOR DE CONTROLE E DE EROSÃO RURAL
2010-PP-268	386/2010	07/07/2010	Concluído	34.738,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	PLANO DE MACRODRENAGEM URBANA, NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
2010-PP-269	384/2010	07/07/2010	Concluído	181.140,38	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	PROJETO DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO. CONTENÇÃO DE EROSÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DOS BAIRROS 5ª ESCOLA, GUAÍÇARA, CRUZEIRO E BREJÃO
2010-PP-272	468/2010	08/07/2010	Concluído	46.200,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL NO MUNICÍPIO
2010-PP-273	474/2010	08/07/2010	Concluído	29.850,75	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO URBANO
2010-PP-274	423/2010	13/07/2010	Concluído	113.960,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PROJETO DE CONTROLE DE EROSÃO EM ÁREA RURAL - OBRA DE TERRACEAMENTO
2010-PP-275	443/2010	13/07/2010	Concluído	99.910,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2010-PP-276	485/2010	13/07/2010	Concluído	45.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PLANO DE MACRODRENAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
2010-PP-279	470/2010	22/07/2010	Concluído	197.013,66	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	AMPLIAÇÃO DO CANAL DO CÓRREGO ALEGRETE
2010-PP-280	459/2010	23/07/2010	Concluído	188.016,50	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - COMBATE A EROSÃO URBANA
2010-PP-281	387/2010	06/07/2010	Concluído	26.831,89	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MACRODRENAGEM URBANA DE ANHUMAS

2011-PP-285	270/2011	16/08/2011	Concluído	131.020,14	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL - ESTRADA PARA CHÁCARAS BELA VISTA/SEMENTEIRA/PESQ PAG LAGO AZUL PARA CONTROLE DE EROSÃO
2011-PP-286	262/2011	16/08/2011	Concluído	104.243,52	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	CONTROLE E ESTABILIZAÇÃO DE EROSÃO RURAL
2011-PP-287	278/2011	16/08/2011	Concluído	95.403,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PROJETO DE CONTROLE DE EROSÃO EM ÁREA RURAL - OBRA DE TERRACEAMENTO
2011-PP-288	274/2011	16/08/2011	Concluído	190.591,52	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA
2011-PP-289	265/2011	16/08/2011	Concluído	200.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NAS ESTRADAS MPR 376 E MPR 321
2011-PP-290	038/2012	16/08/2011	Concluído	184.429,02	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - COMBATE À EROSÃO URBANA
2011-PP-291	295/2011	16/08/2011	Concluído	149.508,75	ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO VIVEIRO PARA REUSO DA ÁGUA DE IRRIGAÇÃO E CONTROLE DE PERDAS.
2011-PP-292	261/2011	16/08/2011	Concluído	99.970,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	SERVIÇOS E OBRAS DE PREVENÇÃO, DEFESA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS PELA EROSÃO
2011-PP-293	266/2011	16/08/2011	Concluído	186.826,19	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA
2011-PP-294	286/2011	16/08/2011	Concluído	76.371,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2011-PP-297	284/2011	16/08/2011	Concluído	29.953,93	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MACRODRENAGEM URBANA DE NARANDIBA
2011-PP-298	252/2011	16/08/2011	Concluído	59.120,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NO JARDIM REAL
2011-PP-300	263/2011	22/08/2011	Concluído	199.894,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA DO VAI E VEM (SAS - 345)
2012-PP-304	133/2013	17/04/2012	Concluído	29.200,63	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE MACRO-DRENAGEM DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

2012-PP-305	246/2012	17/04/2012	Concluído	189.216,75	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS - AVM - 040 E AVM - 249 PARA CONTROLE DE EROSÃO
2012-PP-307	247/2012	17/04/2012	Concluído	59.220,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA BACIA DO RIBEIRÃO CAIUÁ
2012-PP-308	245/2012	17/04/2012	Concluído	72.363,66	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	CONTROLE DE EROSÃO , ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL AHM 470
2012-PP-309	130/2013	17/04/2012	Concluído	56.134,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM RURAL DE TACIBA
2012-PP-311	004/2013	18/04/2012	Concluído	184.788,25	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS - BAIRRO BARRA FUNDA, AFLUENTE DO CORREGO SÃO BARTOLOMEU, PERTENCENTE À BACIA HODROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA.
2012-PP-313	143/2013	18/04/2012	Concluído	200.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	SERVIÇOS E OBRAS DE CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS
2012-PP-314	006/2013	18/04/2012	Concluído	83.870,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PROJETO DE CONTROLE DE EROSÃO EM ÁREA RURAL - OBRA DE TERRACEAMENTO
2012-PP-315	248/2012	18/04/2012	Concluído	51.548,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NANTES
2012-PP-316	085/2013	18/04/2012	Concluído	170.860,53	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA SAS-040
2012-PP-317	135/2013	18/04/2012	Concluído	53.896,08	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAIUÁ
2012-PP-318	073/2013	18/04/2012	Concluído	179.553,80	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NAS ESTRADAS MPR 159 E MPR 342
2013-PP-321	232/2013	23/07/2013	Concluído	248.652,31	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL - AVM - 269 PARA CONTROLE DE EROSÃO
2013-PP-322	231/2013	23/07/2013	Concluído	112.794,79	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL AHM 477
2013-PP-323	268/2013	23/07/2013	Concluído	144.898,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PROJETO DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL - OBRA DE TERRACEAMENTO E REFORMA
2013-PP-324	241/2013	23/07/2013	Concluído	249.761,08	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPE	CONSTRUÇÃO DE 563 METROS LINEARES DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS

2013-PP-325	254/2013	23/07/2013	Concluído	299.999,97	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NAS ESTRADAS MPR 040 E MPR 171
2013-PP-326	063/2014	23/07/2013	Concluído	138.005,03	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	CONTROLE DE EROSÕES EM ESTRADA RURAL NA NAN 176
2013-PP-327	275/2013	23/07/2013	Concluído	79.988,07	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA BACIA E DO RIO PARANÁ
2013-PP-329	235/2013	23/07/2013	Concluído	59.516,87	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MACRODRENAGEM URBANA DE SANDOVALINA
2013-PP-330	233/2013	23/07/2013	Concluído	75.748,80	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS PROLONGAMENTO RUA SANTOS DUMONT - VILA ORTEGA
2013-PP-331	282/2013	23/07/2013	Concluído	298.923,66	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AV. MOISÉS CALIXTO E RUA ANTONIO CUSTÓDIO DOS SANTOS
2013-PP-334	283/2013	25/07/2013	Concluído	189.597,31	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA ANTONIO PRADO
2014-PP-336	014/2015	25/06/2014	Concluído	255.839,42	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS - AVM-468 E AVM-382 PARA CONTROLE DE EROSÃO
2014-PP-337	010/2015	25/06/2014	Concluído	293.921,94	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NO PROLONGAMENTO DA RUA SEGUNDO MANOEL GARDIM - FASE 01 (TRECHO FINAL PRÓXIMO AO CORREGO SÃO PEDRO)
2014-PP-339	211/2015	25/06/2014	Concluído	269.378,81	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA MPR 316 (BOTEÇO VERDE)
2014-PP-340	291/2015	25/06/2014	Concluído	141.211,23	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	CONTROLE DE EROSÕES EM ESTRADA RURAL NA NAN240
2014-PP-342	237/2015	25/06/2014	Concluído	240.740,84	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS: JOSÉ SIQUEIRA SOBRINHO, DEPUTADO LEONIDAS CAMARINHA E PEDRO PEREIRA
2014-PP-344	019/2015	25/06/2014	Concluído	252.438,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	CONSTRUÇÃO DE 573,36 METROS LINEARES DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS

2014-PP-346	011/2015	25/06/2014	Concluído	253.572,19	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AV. VEREADOR LAUDELINO FERREIRA, RUA LUIS CARLOS CHAVES RIBAS, AV. ISAAC MELLEN E RUA JOEL COSTA
2014-PP-348	058/2015	25/06/2014	Concluído	79.696,13	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAS - BACIA DE CONTRIBUIÇÃO B (AC-B1) - MACRODRENAGEM URBANA
2014-PP-350	037/2015	25/06/2014	Concluído	194.499,72	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PROJETO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO NORTE
2015-PP-353	364/2015	08/07/2015	Concluído	291.153,56	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL - AVM 170 PARA CONTROLE DE EROSÃO
2015-PP-355	023/2016	08/07/2015	Concluído	268.730,94	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO A1 (SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE Ø1,00 M POR Ø1,20 M).
2015-PP-357	368/2015	08/07/2015	Concluído	314.200,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	PROJETO TECNICO DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE-SP
2015-PP-360	020/2016	08/07/2015	Concluído	278.161,19	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	CONTROLE DE EROSÃO NAS ESTRADAS MPR 256 E MPR 362 (ESTRADA DO PICA PAU)
2015-PP-362	085/2016	21/08/2015	Concluído	145.057,41	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	PROJETO DE REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO DE IEPÊ/SP
2016-PP-363	129/2016	19/05/2016	Concluído	229.758,80	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS AVM 380 E AVM 471 - PARA CONTROLE DE EROSÃO
PP-10	123/2003	01/07/2003	Concluído	59.790,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-100	283/2000	-	Concluído	25.000,00	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL	LEVANTAMENTO DA VEGETAÇÃO NATURAL E REFLORESTAMENTO E CONSTITUIÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA GEOREFERENCIADA
PP-101	283/2002	-	Concluído	48.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA	AQUISIÇÃO DE VAGÃO COLETOR DE LIXO E IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO
PP-102	289/1999	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	PROJETO DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO Córrego Anhumas

PP-103	291/1998	-	Concluído	69.907,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-104	295/2002	-	Concluído	39.442,56	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	LIXO -CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
PP-105	297/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPE	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-106	298/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO PARQUE NOVO MUNDO
PP-107	302/1998	-	Concluído	40.592,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	PERFURAÇÃO DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO
PP-108	307/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-109	311/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-11	158/2003	01/07/2003	Concluído	31.813,70	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	COLETA SELETIVA - RECICLAGEM
PP-110	313/1998	-	Concluído	125.400,00	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI	DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO - RELATÓRIO ZERO
PP-111	314/2002	-	Concluído	39.412,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA - BAIRRO STA.EDWIGES
PP-112	316/2002	-	Concluído	10.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO
PP-114	331/2002	-	Concluído	38.400,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	CONTROLE E PREVENÇÃO DE EROSÃO EM MICROBACIA - Córrego Anhumas e São Pedro
PP-115	335/2002	-	Concluído	40.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA - RUA LEONARDO LOPES CORADO
PP-116	336/2002	-	Concluído	39.348,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA PARA COMBATE A EROSÃO RURAL - ESTRADA MUNICIPAL NRD-458
PP-117	356/2002	-	Concluído	9.429,95	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE RECICLAGEM DE LIXO DOMICILIAR

PP-118	357/2002	-	Concluído	10.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	ESTUDO DE PREVENÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
PP-119	358/2002	-	Concluído	9.932,22	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PP-120	361/2002	-	Concluído	9.938,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - RESÍDUOS SÓLIDOS E ÁGUA
PP-121	388/2002	-	Concluído	45.450,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DAS ÁGUAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA
PP-122	437/2002	-	Concluído	39.941,28	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	EXECUÇÃO DE REDE DUPLA DE GALERIAS COM DIÂMETRO DE 1,20 M, DO JD. EUROPA, EXTENÇÃO IGUAL A 100M
PP-123	443/2002	-	Concluído	27.632,92	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA PARA COMBATE A EROSÃO
PP-124	460/2002	-	Concluído	85.000,00	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI	RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - UGRHI-22 (PP)
PP-125	463/2002	-	Concluído	39.834,35	FUNDAÇÃO INSTITUTO TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - JOSÉ GOMES DA SILVA	RECUPERAÇÃO DE SOLOS NO ASSENTAMENTO SANTA CARMEN
PP-126	487/2002	-	Concluído	10.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	PROJETO SINAL VERDE - PROPOSTA DE CIDADANIA
PP-13	287/2003	01/07/2003	Concluído	84.088,68	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS EM MARABÁ PAULISTA
PP-133	012/2003	-	Concluído	13.000,00	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL	ESTRUTURAÇÃO DE BASES DIGITAIS GEOREFERENCIADAS DA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO
PP-134	280/2003	31/10/2003	Concluído	96.113,00	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	IMPLEMENTAÇÃO DE DADOS E ELABORAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOREFERENCIADAS PARA O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA UGRHI-22
PP-135	134/2004	26/03/2004	Concluído	85.697,66	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTOS

PP-136	061/2004	26/03/2004	Concluído	79.980,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	OBRA DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL
PP-137	132/2004	26/03/2004	Concluído	75.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	OBRA DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
PP-138	055/2004	26/03/2004	Concluído	62.356,44	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS DAS ESTRADAS VICINAIS RURAIS
PP-139	017/2004	26/03/2004	Concluído	80.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	OBRAS DE READEQUAÇÃO DE TRECHOS CRÍTICOS DE ESTRADAS RURAIS
PP-14	151/2003	01/07/2003	Concluído	25.620,03	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	COLETA SELETIVA - RECICLAGEM
PP-140	009/2004	26/03/2004	Concluído	55.276,80	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS DE ESTRADAS VICINAIS RURAIS
PP-141	016/2004	26/03/2004	Concluído	79.613,83	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA ESTRADA VICINAL PQB-050
PP-142	047/2004	26/03/2004	Concluído	80.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA	ODRAS DE ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS DE ESTRADAS VICINAIS RURAIS
PP-143	045/2004	26/03/2004	Concluído	37.604,45	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	OBRAS DE COMBATE A EROSÃO RURAL
PP-144	005/2004	26/03/2004	Concluído	27.481,35	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	OBRA DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADA VICINAL
PP-145	038/2004	29/03/2004	Concluído	45.123,00	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE	SUPORTE TÉCNICO PARA APOIO À SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH-PP
PP-148	075/2004	20/04/2004	Concluído	40.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COLETA SELETIVA DE LIXO
PP-149	262/2004	19/05/2004	Concluído	138.539,00	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DA BACIA HIROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA - 1ª FASE
PP-15	401/2003	01/07/2003	Concluído	92.855,58	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	PROJETO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DAS ÁGUAS DO PONTAL DO PARANAPANEMA
PP-150	017/2005	12/07/2005	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS JOSÉ RUIS PERES, JOSÉ FERREIRA DE ARAUJO, JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS E AV. ARTHUR WITAKER

PP-151	091/2005	12/07/2005	Concluído	49.998,48	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	DRENAGEM SUPERFICIAL - GAP - NA ESTRADA DO CÓRREGO SECO
PP-152	009/2006	12/07/2005	Concluído	55.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL E CONTROLE DE EROSÃO NA MBH - Córrego Esperança
PP-153	004/2006	12/07/2005	Concluído	54.483,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	ADEQUAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS PSB-260 E PSB-457 PARA CONTROLE DA EROSÃO RURAL
PP-154	149/2005	13/07/2005	Concluído	55.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	ADEQUAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS SAS-040 E SAS-358 DO BAIRRO DO SALTINHO PARA CONTROLE DE EROSÃO
PP-155	285/2005	13/07/2005	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL PZH-289 PARA CONTROLE DE EROSÃO RURAL
PP-157	248/2005	13/07/2005	Concluído	55.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA MPR-050 PARA CONSTROLE DE EROSÃO RURAL
PP-158	320/2005	13/07/2005	Concluído	47.699,48	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA RURAL PARA CONTROLE DE EROSÃO.
PP-159	022/2005	13/07/2005	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NO CJ HABITACIONAL TARABAI
PP-16	201/2003	01/07/2003	Concluído	58.726,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-160	158/2005	13/07/2005	Concluído	54.922,79	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	CONTROLE DE EROSÃO RURAL NA MICROBACIA DO BARRO PRETO
PP-162	151/2005	13/07/2005	Concluído	55.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA E CONTROLE DE EROSÃO RURAL - ACESSO AO BAIRRO SANTA RITA
PP-163	247/2005	13/07/2005	Concluído	55.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	ADEQUAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS MTO-60 E MTO-450 PARA CONTROLE DE EROSÃO RURAL
PP-164	184/2005	14/07/2005	Concluído	53.362,45	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA AHM-452 E COMBATE À EROSÃO E ASSOREAMENTO
PP-165	246/2005	14/07/2005	Concluído	55.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA PQB-156 E CONTROLE DE EROSÃO E ASSOREAMENTO

PP-166	235/2005	19/07/2005	Concluído	55.000,00	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI	ELABORAÇÃO DA PUBLICAÇÃO COMEMORATIVA DOS 10 ANOS DO CBH-PP / SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS NA UGRHI 22
PP-167	085/2006	19/07/2005	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA	CONSTRUÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS
PP-168	316/2005	19/07/2005	Concluído	13.900,00	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL	PUBLICAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO.
PP-169	128/2006	19/07/2005	Concluído	245.731,03	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DE SANDOVALINA
PP-17	186/2003	01/07/2003	Concluído	57.271,83	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-170	192/2005	15/08/2005	Concluído	50.162,28	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	ATERRAMENTO PARA COMBATE A EROSÃO DE SOLO EM MICRO-BACIA DO MANANCIAL DO Córrego PALMITAL
PP-18	139/2003	01/07/2003	Concluído	59.685,50	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-19	163/2003	01/07/2003	Concluído	60.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	GALEIRA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-2	147/2003	30/06/2003	Concluído	60.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-20	150/2003	01/07/2003	Concluído	60.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-21	135/2003	01/07/2003	Concluído	32.102,20	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA	ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS DAS ESTRADAS VICINAIS
PP-22	128/2003	01/07/2003	Concluído	59.774,67	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS DAS ESTRADAS VICINAIS
PP-23	193/2003	01/07/2003	Concluído	39.792,99	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	RECICLAGEM DE LIXO DOMICILIAR

PP-25	001/1999	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-26	011/2000	-	Concluído	159.500,00	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI	PLANO DE BACIA DA UGRHI-22 PONTAL DO PARANAPANEMA
PP-27	017/2001	-	Concluído	25.805,00	FUNDAÇÃO INSTITUTO TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - JOSÉ GOMES DA SILVA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PP-28	019/2000	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS-RUA ÁLVARO A.COELHO/MARQUES VEROSPI
PP-29	029/1998	-	Concluído	65.500,47	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-30	042/2000	-	Concluído	68.280,39	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-31	043/2000	-	Concluído	68.252,35	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA VILA ÁUREA
PP-32	044/2002	-	Concluído	49.535,88	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA, NAS RUAS LEONARDO LOPES CORADO E SALVADOR M. MUNHOZ, NA CIDADE DE TEODORO SAMPAIO
PP-33	048/1998	-	Concluído	65.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-34	049/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PROTEÇÃO DE MARGEM E PROTEÇÃO DE CABECEIRA DE PONTE DO RIO SANTO ANASTÁCIO
PP-35	050/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO JARDIM ESPERANÇA, VILA NOVA E PARQUE ANTONIO DARAYA
PP-36	051/2002	-	Concluído	42.941,60	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COLETOR DE LIXO
PP-37	052/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE Á EROSÃO URBANA
PP-38	058/1999	-	Concluído	24.000,00	ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA ARARAJUBA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - DIAGNÓSTICO DOS RECURSOS HÍDRICOS E AÇÕES DE RECUPERAÇÃO

PP-39	059/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA	IMPLANTAÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NO JARDIM PONTAL
PP-40	060/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO E AQUISIÇÃO DE COLETOR COMPACTADOR DE RESÍDUOS DE CARGA TRASEIRA
PP-41	061/1998	-	Concluído	59.848,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPE	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO
PP-42	062/1998	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA	PROJETO DE MICRO BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DOURADO
PP-43	062/2002	-	Concluído	53.754,36	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	EXECUÇÃO DE REDE COLETORA, LIGAÇÕES DOMICILIARES, ESTAÇÃO ELEVATÓRIA E LINHA DE RECALQUE DE ESGOTOS
PP-44	063/2002	-	Concluído	35.000,00	UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA
PP-45	064/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	IMPL.DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS P/COMBATE Á EROSÃO URB.NAS RUAS JÁ COMO ZOCANTE E ÂNGELO SEREGUETE
PP-46	067/2002	-	Concluído	45.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PROLONGAMENTO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO PARQUE DOS GIRASSÓIS E VILA BOM SUCESSO
PP-47	075/2002	-	Concluído	49.589,90	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA
PP-48	077/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	CONTROLE E PREVENÇÃO DE EROSÃO EM MICROBACIA - Córrego Santa Luzia
PP-49	080/1999	-	Concluído	60.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	PROTEÇÃO DAS CABECEIRAS DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIO SANTO ANASTÁCIO
PP-5	145/2003	30/06/2003	Concluído	59.939,62	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	ADEQUAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS DAS ESTRADAS VICINAIS RURAIS
PP-50	081/1998	-	Concluído	51.466,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO

PP-51	095/2002	-	Concluído	46.374,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE	COMBATE A EROSÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAL DA MICRO BACIA DO CÓRREGO ÁGUA DA PRATA
PP-52	096/2002	-	Concluído	43.442,10	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO E AQUISIÇÃO DE COLETOR COMPACTADOR DE RESÍDUOS DE CARGA TRASEIRA
PP-53	104/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	RECUPERAÇÃO DA BACIA DO ALTO LIMOEIRO
PP-54	114/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	CONSERV.RECUPER.E PRESERVAÇÃO RECURSOS NATURAIS DA MICRO BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANASTÁCIO
PP-55	128/1998	-	Concluído	56.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR E REC.AREA DEGRADADA DO Cór. AMARGOSO
PP-56	136/2002	-	Concluído	43.330,27	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA PARA COMBATE À EROSÃO
PP-57	139/2002	-	Concluído	43.948,91	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	IMPLANT.DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS P/ COMBATE A EROSÃO URBANA, NAS RUAS DO CONJ. HABIT. IEPÊ IV
PP-58	148/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	COMBATE A EROSÃO URBANA - DRENAGEM URBANA NO PROLONGAMENTO DAS RUAS JAN BATA E MIGUEL PORTO
PP-59	148/2002	-	Concluído	39.125,60	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	COMBATE A EROSÃO URBANA - GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS - JARDIM EUROPA
PP-60	149/2002	-	Concluído	41.981,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	COMBATE A EROSÃO URBANA - GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS - JARDIM ESPERANÇA - VILA NOVA
PP-61	155/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	RECICLAGEM DE GALHADA-AQUIS.DE EQUIPAMENTOS P/A TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DOS SERV.DE PODAÇÃO
PP-62	156/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	RECICLAGEM DE LIXO DOMICILIAR
PP-63	165/1998	-	Concluído	40.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	RECUPERAÇÃO DA MICRO BACIA DO CÓRREGO ONÇA
PP-64	183/2000	-	Concluído	32.617,92	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	COMBATE A EROSÃO URBANA-IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS RUA NICOLINO RONDÓ - JD.VILA NOVA

PP-65	191/1998	-	Concluído	70.000,00	ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA	AMPLIAÇÃO DO VIVEIRO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS
PP-66	192/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS- AV.DOS MINEIROS E AV.DOS PAULISTAS
PP-67	192/2002	-	Concluído	92.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	ELABORAÇÃO DE PROJETO DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DO BALNEÁRIO DE MARTINÓPOLIS
PP-68	193/2000	-	Concluído	29.883,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO NA FORMA DE VALAS E AQUISIÇÃO DE CAÇAMBA COLETORA/COMPACTADORA
PP-69	203/2000	-	Concluído	34.365,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO COLETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PP-7	149/2003	01/07/2003	Concluído	54.899,40	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-70	212/2000	-	Concluído	32.800,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO COLETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PP-71	213/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO NA VILA ESPERANÇA
PP-72	217/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO EM DIVERSAS RUAS
PP-73	218/2000	-	Concluído	32.785,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO
PP-74	232/1999	-	Concluído	45.576,51	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	PROJETO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA A
PP-75	235/2000	-	Concluído	30.990,57	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	CONTROLE DE EROSÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS, DO SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA, RODOVIA SP-483
PP-76	236/2000	-	Concluído	34.129,44	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	REATIVAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO URBANO, COLETA SELETIVA
PP-77	237/2000	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO PARA O MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS/SP

PP-78	238/2000	-	Concluído	34.650,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO
PP-79	241/2000	-	Concluído	34.536,45	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO NA VILA ÁUREA
PP-8	225/2003	01/07/2003	Concluído	59.997,94	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES	EXECUÇÃO DE GALERIA
PP-80	242/2002	-	Concluído	34.485,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS	IMPLANT.DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA - AV. DR. FÁBIO DAL FABRO
PP-81	243/2000	-	Concluído	24.992,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ	IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO EM VALAS E CENTRAL DE TRIAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS
PP-82	244/2002	-	Concluído	38.107,90	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA
PP-83	245/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE
PP-84	245/2002	-	Concluído	50.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	ATERRO SANITÁRIO - AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA
PP-85	249/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	IMPLANT.DE ATERRO SANITÁRIO NA FORMA DE VALAS E AQUISIÇÃO DE CAÇAMBA COLETORA E COMPACTADORA DE LIXO
PP-86	250/1998	-	Concluído	55.426,00	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS
PP-87	251/2002	-	Concluído	33.773,55	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE A EROSÃO URBANA - ZONA URBANA
PP-88	252/1998	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
PP-89	252/1999	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	COMBATE A INUNDAÇÕES - GALERIA DE ÁGUA PLUVIAIS NA VILA SÃO JOSÉ
PP-9	143/2003	01/07/2003	Concluído	56.840,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	ADEQUAÇÃO DE ESTRADA PQB-050

PP-90	254/2002	-	Concluído	37.445,72	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA	COMBATE A EROSÃO RURAL - ESTRADA MUNICIPAL IND 020 - BAIRRO BARRINHA
PP-91	257/2000	-	Concluído	35.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COLETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PP-93	260/1999	-	Concluído	69.507,53	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NÚCLEO HABITACIONAL JARDIM ALTO ALEGRE
PP-94	261/1999	-	Concluído	49.920,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA	MICROBACIA HIDROGRÁFICA - BAIRRO DO DOURADO
PP-95	265/2002	-	Concluído	40.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE À EROSÃO URBANA - JD. MARINGÁ
PP-96	271/2002	-	Concluído	36.424,09	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	IMPLANTAÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS P/COMBATE A EROSÃO URBANA NA R. FELIPE BERNI - VILA ASSUNÇÃO
PP-97	272/1999	-	Concluído	70.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	COMBATE A EROSÃO URBANA - IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO JD.PAULISTA
PP-98	281/2002	-	Concluído	20.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPE	LIXO - COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PP-99	282/2002	-	Concluído	15.429,92	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	LIXO - RECICLAGEM DE GALHOS
-				24.543.779,81		
EMPREENHIMENTOS EM EXECUÇÃO						
2009-PP-245	274/2010	28/08/2009	Em execução	183.335,33	FUNDAÇÃO UNIESP	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANASTÁCIO UPRH-2 NA UGRHI-22.
2009-PP-253	271/2010	28/08/2009	Em execução	98.456,48	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO DA AMIZADE - ETAPA 1 - CERCAMENTO E REFLORESTAMENTO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.
2010-PP-270	041/2011	07/07/2010	Em execução	184.280,00	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	ESTIMATIVA DOS CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAL-SUA INTERAÇÃO NO MICROZONEAMENTO ECOLÓGICO AMBIENTAL E SUPORTE A GESTÃO HÍDRICA DO CBH-PP NO ESTADO DE SÃO PAULO

2010-PP-271	444/2010	07/07/2010	Em execução	59.652,16	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL
2010-PP-277	213/2011	14/07/2010	Em execução	132.847,00	IPE - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLOGICAS	PROJETO NOSSA BACIA D'ÁGUA: DISSEMINANDO E CONSTRUINDO CONHECIMENTOS PARA A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA
2010-PP-282	469/2010	06/07/2010	Em execução	179.900,77	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE EROSÃO (CONTINUIDADE DE OBRAS EXECUTADA 2ª ETAPA)
2012-PP-306	121/2013	17/04/2012	Em execução	47.088,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DE REGENTE FEIJÓ
2012-PP-312	258/2012	18/04/2012	Em execução	168.247,92	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	CONTROLE DE EROSÃO NA ESTRADA QUE LIGA A CIDADE AO BAIRRO ROSANELA
2013-PP-328	274/2013	23/07/2013	Em execução	68.510,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA	PLANO DIRETOR DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DE ROSANA
2013-PP-333	255/2013	23/07/2013	Em execução	299.592,44	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - RESIDENCIAL NOVO HORIZONTE
2014-PP-341	005/2015	25/06/2014	Em execução	257.264,94	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS PÚBLICAS - BACIA B1.
2014-PP-343	107/2015	25/06/2014	Em execução	398.112,00	ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
2014-PP-345	314/2015	25/06/2014	Em execução	249.487,86	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	MESTRADO PROFISSIONAL EM GEOGRAFIA APLICADO À GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (TURMAS 2, 3 E 4)
2014-PP-352	053/2015	18/07/2014	Em execução	344.000,00	DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (FISCALIZAÇÃO, OUTORGA E COBRANÇA)
2015-PP-358	022/2016	08/07/2015	Em execução	300.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	PROJETO DE REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO DE PRESIDENTE VENCESLAU/SP
2015-PP-359	445/2015	08/07/2015	Em execução	144.958,14	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA	PROJETO DE REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDIANA S/P

2016-PP-364	069/2017	19/05/2016	Em execução	258.533,27	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO	GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - PARQUE ALVORADA
2016-PP-367	203/2016	23/05/2016	Em execução	367.711,31	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU	GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO PARQUE SÃO FRANCISCO
2016-PP-369	130/2016	24/05/2016	Em execução	245.996,44	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTÁCIO	CONTROLE DE EROSAO NAS ESTRADAS SAS 345 E SAS 040
2016-PP-370	041/2017	24/05/2016	Em execução	349.294,72	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, BOCAS DE LOBO, POÇOS DE VISITA E BACIA DE DISSIPAÇÃO.
				4.337.268,78		

Fonte: Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanama. Organizado pela autora.